



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL UFRR/UnB/FLACSO**

TESE DE DOUTORADO

**POLÍTICA EXTERNA DO VIZINHO DISTANTE: ESTUDO DE CASO
DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA**

ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

**BRASÍLIA
2011**

**POLÍTICA EXTERNA DO VIZINHO DISTANTE: ESTUDO DE CASO
DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA**

ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, com Área de Concentração em Políticas Regionais na Amazônia, realizado pela Universidade de Brasília (UnB), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), na modalidade DINTER.

Orientador: Prof. Dr. Argemiro Procópio

Brasília
2011

ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA

**POLÍTICA EXTERNA DO VIZINHO DISTANTE: ESTUDO DE CASO
DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUIANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, com Área de Concentração em Políticas Regionais na Amazônia, realizado pela Universidade de Brasília (UnB), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), na modalidade de DINTER.

Tese de doutorado defendida e aprovada em 27/08/2011, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Argemiro Procópio
Orientador – Universidade de Brasília - UNB

Prof. Dr. José Carlos Brandi Aleixo
Examinador – Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes
Examinador – Universidade de Brasília – UNB

Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira
Examinador – Universidade Federal de Roraima – UFRR

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira
Examinador – Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Prof^a Dr^a Maria das Graças Santos Dias
Magalhães (suplente)
Examinadora – Universidade Federal de Roraima – UFRR

Dedico este trabalho aos meus amados pais,
Francisco e Nilma Linhares,
pela compreensão e estímulo.

À minha esposa Alessandra e aos meus filhos Enzo e Loíse,
pelo carinho de todos os momentos.

Ao Professor Argemiro Procópio,
pela confiança e amizade.

AGRADECIMENTOS

Atribuir ao autor a responsabilidade pelas incorreções e pelos erros ainda presentes numa tese é praxe do protocolo acadêmico, que faz todo sentido, quando tantas e tão importantes pessoas e instituições são citadas numa nota de agradecimentos que, ao mesmo tempo em que mostra gratidão, refaz um percurso de vida.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Argemiro Procópio, seu exemplo, confiança e disposição para ensinar.

Aos meus pais, Francisco e Nilma Linhares, por tudo sou eternamente grato. Espero jamais decepcioná-los.

Devo muitíssimo à minha esposa Alessandra Miglioranza e aos nossos filhos Enzo e Loíse, pelo amor, estímulo e compreensão, sem os quais este trabalho não viraria realidade.

Sou também grato ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, à Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais e ao Núcleo de Estudos da Amazônia e Caribe da Universidade Federal de Roraima, por terem me acolhido como pesquisador. À Universidade da Guiana e ao Secretariado da Caricom, com suas bibliotecas, prestaram valioso auxílio às pesquisas que desembocaram neste estudo. À Suframa por incentivar a realização deste trabalho.

Aos colegas do Dinter, agradeço de coração o aprendizado diário proporcionado no período tão marcante do curso. Faço menção especial à amiga Ana Zuleide, pelo apoio ao longo dessa jornada.

Expresso, por fim, minha gratidão aos colegas e amigos pelas críticas e comentários.

*Riches and conquest, and renown I sing
Riches with honour, conquest without blood
Guiana, whose rich feet are mines of gold
Whose forehead knocks against the roof of stars¹*

George Chapman, *De Guiana, Carmen Epicum*, 1596

¹ Riquezas e conquista, e renome que eu canto/Riquezas com a honra, a conquista sem sangue/Guiana, cujos pés são ricas minas de ouro/Cuja cabeça toca o céu de estrelas.

RESUMO

Esta tese trata das relações externas da República Cooperativa da Guiana, num recorte temporal de quarenta e quatro anos, que vão desde a independência, em 1966 até 2010, período no qual se desenvolveram importantes transformações mundiais, bem como no relacionamento político-diplomático. Remontam a essa época, a formação do marco institucional de representação dos interesses sociais e produtivos, tanto na economia guianense, quanto no âmbito internacional. O objetivo foi traçar a evolução dessa política externa. Para validar os argumentos, utilizou-se a cronologia como fio condutor, entrelaçando as posições diplomáticas das relações internacionais com os acontecimentos mundiais. Também se analisa a política externa guianense no contexto de integração, centrada em quatro vetores ou eixos: o vetor sul (Brasil e Mercosul); o vetor asiático (China e Índia); vetor ocidental (integração da economia guianense com os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a Europa); e um vetor regional, dirigido aos países do Caribe.

Palavras-Chave: Relações exteriores. República Cooperativa da Guiana. Diplomacia.

ABSTRACT

This thesis is regarding the external relations of the Co-operative Republic of Guyana, within a period of forty-four years, since the independence in 1966 until 2010. In that period several important transformations occurred in the world, as well as political-diplomatic matters. It is also from that period the institutional representational mark of social and productive interests, both in the Guyanese economy, and internationally. The objective was to trace the evolution of foreign policy. In order to validate our arguments, we used the chronology as a conductor track, interlacing the diplomatic international relationship with the international world events. We analyze Guyanese policies in the context of integration through the creation of four main vectors: a southern vector (Brazil and Mercosul); an Asian vector (centered in investments from China and India); a western vector (aimed an integrating Guyanese economy with United States of America, United Kingdom and Europe); and a regional vector; directed towards the Caribbean countries.

Keywords: Foreign affairs. Co-operative Republic of Guyana. Diplomacy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da eleição de 1964.....	51
Tabela 2 – Países membros da Caricom.	145

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reservas indígenas na fronteira Brasil-Guiana.....	23
Figura 2 – Reservas de urânio da Guiana.....	92
Figura 3 – Mapa da Guiana.	107
Figura 4 – Limite marítimo entre a Guiana e o Suriname.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da População por afiliação religiosa.....	37
Gráfico 2 – População de estrangeiros na Guiana em 2002.....	45
Gráfico 3 – Evolução populacional da Guiana (1831 a 2002).	104

LISTA DE SIGLAS

ACP	- African, Caribbean and Pacific countries
AIB	- Associação Internacional de Bauxita
APA	- Amerindian Peoples Association of Guyana
CARIFTA	- Caribbean Free Trade Association
CARICOM	- Caribbean Community
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GUMP	- Guyana United Muslim Party
IREL	- Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MINFOR	- Ministry of Foreign Affairs of Guyana
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti
MNA	- Movimento Não Alinhados
MOFTIC	- Ministry of Foreign Trade and International Cooperation of Guyana
NAEA	- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará
ONU	- Organização das Nações Unidas
OESC	- Organização dos Estados do Caribe Oriental
OTCA	- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PNC	- People's National Congress
PPP	- People's Progressive Party
UEL	- University of East London
UG	- University of Guyana
UNASUL	- União de Nações Sul-americanas
USAID	- United States Agency for International Development
UWI	- University of West Indies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO ÉTNICA DA GUIANA.....	20
1.1 OS POVOS PREDECESSORES	20
1.2 OS EUROPEUS NA “TERRA DE MUITAS ÁGUAS”	24
1.3 A PROGÊNIE AFRICANA	25
1.4 A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NA VIDA NACIONAL.....	29
<i>1.4.1 A herança portuguesa</i>	30
<i>1.4.2 A diáspora indiana na Amazônia Caribenha</i>	33
<i>1.4.3 Os chineses: a força amarga</i>	38
<i>1.4.4 A saga dos brasileiros</i>	41
CAPÍTULO II – PARAMOUNT DOCTRINE: O CONTROLE DO ESTADO PÓS-COLONIAL	47
2.1 IDEOLOGIA <i>VERSUS</i> PRAGMATISMO: OS PARTIDOS POLÍTICOS E A INDEPENDÊNCIA	47
2.2 O PREÇO DA SOBREVIVÊNCIA DO REGIME: CRISE ECONÔMICA E SOCIAL	52
2.3 SOCIALISMO COOPERATIVO: MANIPULAÇÃO, CORRUPÇÃO E FRAUDE.....	57
2.4 RAÇA, CREDO E POLÍTICA NA “TERRA DOS SEIS POVOS”	59
<i>2.4.1 O Presidente chinês (1970-1980)</i>	61
<i>2.4.2 O Presidente negro (1980-1985)</i>	61
<i>2.4.3 O Presidente da abertura (1985-1992)</i>	64
<i>2.4.4 O Presidente indiano (1992-1997)</i>	66
<i>2.4.5 O Presidente de transição (1997-1997)</i>	69
<i>2.4.6 A Presidente judia, branca e norte-americana (1997-1999)</i>	69
<i>2.4.7 O jovem Presidente indiano (desde 1999)</i>	70
CAPÍTULO III – PONTES PARA O MUNDO: A GUIANA NO CONTEXTO INTERNACIONAL	73
3.1 A INSERÇÃO NO MUNDO	73
3.2 CUBA, ANGOLA E OS DIREITOS HUMANOS	74

3.3 A DÉTENTE.....	76
3.4 ORIENTE MÉDIO VISTO PELA GUIANA DE MUITOS HINDUS	79
3.5 GUERRA DO VIETNAM	81
3.6 NÃO ALINHADOS E SUA POSIÇÃO NO MUNDO	83
3.7 DO AMBIENTALISMO GENÉRICO AO PRÊMIO <i>CHAMPION OF THE EARTH</i>	85
3.8 AL QAEDA NA AMAZÔNIA CARIBENHA	88
3.9 A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ E O URÂNIO AMAZÔNICO	90
3.10 NARCOTRÁFICO E OMISSÃO.....	93
3.11. BRICS NA GUIANA: COOPERAÇÃO OU DISPUTA	94
CAPÍTULO IV – O DILEMA DE PERDER MAIS OU PERDER MENOS	97
4.1 INDEPENDÊNCIA OU SOBERANIA.....	97
4.2 NECESSIDADE DE CRÉDITOS EXTERNOS	98
4.3 GUIANIZAÇÃO: POLÍTICA RUIM, ECONOMIA RUIM	99
4.4 O RIO SECOU: A ABERTURA ECONÔMICA	102
CAPÍTULO V – OS VIZINHOS	106
5.1 BRASIL, O COLOSSO DO SUL	106
5.2 SURINAME, A VIZINHANÇA ESPINHOSA	117
5.3 VENEZUELA, A AMEAÇA	121
5.4 CARICOM.....	130
5.5 GUIANA E RORAIMA: CAMINHOS COMPARTILHADOS	135
CAPÍTULO VI – INTEGRAÇÃO SUL-SUL	141
6.1 FEDERAÇÃO DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS.....	141
6.2 A INTEGRAÇÃO COMERCIAL DO CARIFTA E CARICOM	142
6.3 CARICOM-MERCOSUL: PERSPECTIVAS	144
CONCLUSÃO.....	149
BILIOGRAFIA	152

INTRODUÇÃO

A República Cooperativa da Guiana, no contexto da América do Sul, assume vocação singular, sendo historicamente o elo do continente com o Caribe. Sua capital é um centro diplomático que se destaca na região por abrigar a sede da CARICOM – *Caribbean Community* –, de que são membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

A Guiana obteve sua independência em 1966 e definiu como diretrizes externas a consolidação de sua emancipação política, financeira e a preservação de sua integridade territorial, ante as reivindicações da Venezuela² e do Suriname³. A pesquisa estuda como sua política quer forjar a unidade de seus diversos grupos étnicos – negros, indianos, europeus, chineses, brasileiros – de diferentes confissões religiosas – anglicanos, católicos, sunitas, hinduístas. O texto, em seu primeiro capítulo, aquilata o quanto esses grupos identificam-se com a Guiana ou se são desprovidos de sentimento de nacionalidade.

A convivência, a integração e o conflito entre esses diferentes grupos também tiveram seu espaço no capítulo inicial. Nesse esforço, em que o estudo das relações internacionais estende a mão para a antropologia cultural, a pesquisa busca explicar como os brasileiros se movem no tabuleiro temático guianense.

A presença do Brasil no vizinho distante se mensurará principalmente no interior desse país. Aí, o grupo que mais cresce é de brasileiros. Calculados em quinze mil, formados majoritariamente por garimpeiros que ingressaram na Guiana nas últimas décadas⁴, muitos ilegalmente. O texto explica como esse segmento social sobrevive e se integra, extraindo ouro e diamante sem grandes investimentos e, ao que parece, com mínimas preocupações ambientais.

²Essequibo.

³*New River Triangle* e limites marítimos.

⁴ Segundo dados fornecidos pelo Primeiro Ministro da Guiana, Samuel Hints, em visita deste pesquisador ao governo da Guiana em setembro de 2008.

O garimpo provoca particular aflição nas comunidades indígenas da fronteira, notadamente, Ingaricó e Macuxi. Por isso, a tese inclui, logo em seu início, o protesto da *Amerindian Peoples Association* contra a poluição mercurial⁵ causada pelos garimpeiros. Essa associação receia que a interligação viária com o Estado de Roraima resulte na imigração de fazendeiros brasileiros para a região⁶, prejudicando as demarcações de suas reservas.

O capítulo introdutório ainda se dedica à análise da participação dos negros, em sua maioria protestantes. A progênie africana compõe um terço dos habitantes. Indianos e paquistaneses juntos formam quase metade da população. Conflitos entre esses grupos, para reproduzir o que acontecia na Índia, foram fomentados no passado pelo governo Forbes Burnham⁷, tema abordado no segundo capítulo. Portugueses⁸ e chineses⁹ completam o mosaico étnico guianense¹⁰.

A atividade profissional deste pesquisador, como magistrado estadual, abriu portas para o contato com outros aspectos da diversidade étnica da Guiana. Por exemplo: os *maroons*, quilombolas guianenses, presos em Roraima, muitos por tráfico de drogas; os *guybras*¹¹, filhos de brasileiros e guianenses, na fronteira em Lethem e os indígenas, nascidos na Guiana, que tentam obter a cidadania brasileira em operações de registro de nascimento tardio, efetuadas pelo Tribunal de Justiça roraimense.

O tráfico de drogas, problema social, político e policial da Guiana, ganhou registro no texto do terceiro capítulo. Desde 1998, segundo dados¹² do *US Drug Enforcement Administration (DEA)*¹³, esse vizinho se converteu em um dos pontos do subcontinente de envio de cocaína para os Estados Unidos e de lavagem de dinheiro. Mesmo que fora do

⁵ ATKINSON, 2008.

⁶ SINCLAIR, 2010.

⁷ O conflito entre Índia e Paquistão não se reproduziu na sociedade guianense, embora tenha sido incentivado no governo Forbes Burnham, para dividir a comunidade indiana e dominar eleitoralmente o país.

⁸ 1.497 habitantes segundo dados do *Guyana Census 2002*

⁹ 1.396 habitantes segundo dados do *Guyana Census 2002*

¹⁰ O percentual de menos de 2% de participação de descendentes de chineses e portugueses na população guianense não é exato. O censo da Guiana abriga no conceito de misturados (*Mixed*), 16,73% dos habitantes, os oriundos de uniões inter-raciais, independente da identidade étnica.

¹¹ Filhos de brasileiros com guianenses na região de fronteira. Falam português e inglês muito bem e dominam os códigos sociais e culturais do Brasil e da Guiana.

¹² Disponível em <<http://guyaneforestry.blogspot.com/2007/03/major-traffickers-untouched.html>> Acesso em: 04 jun. 2011.

¹³ Disponível em <<http://stopthedrugwar.org/chronicle-old/417/guyana.shtml>> Acesso em: 03 jun. 2011.

escopo desta pesquisa, o estudo do narcotráfico entra na agenda de trabalho por seus reflexos nos espaços limdeiros com o Brasil.

O terceiro capítulo ainda cuida da questão ambiental, em especial o acordo sobre administração internacional da reserva Iwokrama, e explica como seus efeitos ressoam no Brasil. A rodovia que liga Georgetown a Roraima atravessa 72 quilômetros da área central dessa reserva.

Essa tese adentra pela história das relações internacionais da Guiana e investiga o dinamismo político de Georgetown, evidenciado em plena Guerra Fria, quando apostava em uma diplomacia pendular entre os Estados Unidos da América e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse compasso binário de sua política externa rendeu frutos, abriu espaço no cenário internacional e marcou sua presença como membro rotativo no Conselho de Segurança da ONU em 1975, 1976, 1982 e 1983. Tema também trabalhado no terceiro capítulo.

A pesquisa observa como a invasão de Granada¹⁴, o fim da Guerra Fria e a globalização levaram a Guiana a novo contexto político, desta vez, desfavorável ao seu ativismo diplomático regional caribenho e onusiano, fenômeno que é objeto de estudo do quarto capítulo.

Medindo a extensão das raízes históricas no problema das disputas fronteiriças, esse estudo, em seu quinto capítulo, descreve como a Guiana mantém sua integridade ante as já citadas reivindicações da Venezuela¹⁵ e do Suriname¹⁶, que juntos reclamam mais de 70% de seu território.

Atento à forma como Georgetown fala em opção continental no fortalecimento das relações com Brasília, a tese, em suas hipóteses, estuda se lá ainda subsiste a percepção de que o Brasil esteja se transformando no colosso do sul¹⁷, uma cópia continental do colosso do

¹⁴ A invasão ocorreu em 1983.

¹⁵ Essequibo

¹⁶ *New River Triangle*

¹⁷ Editorial do *Stabroek News* de 16 de setembro de 2008.

norte, os EUA. O quinto capítulo analisa se esse receio se fortaleceu com a presença brasileira, em outro país do Caribe, o Haiti¹⁸.

A geografia do país em tela, pouco menor em área que o Estado de São Paulo (248.209 Km²), com 214.969 Km², abriga uma população inferior à da cidade de Campinas¹⁹, ou São Gonçalo²⁰, no Rio de Janeiro. Seu Produto Interno Bruto é menor que o faturamento da cervejaria Ambev ou da companhia aérea TAM²¹. Contudo, olhar apenas para números distorce a importância da Guiana, sede da Caricom e país com o qual o Brasil tem sua quinta mais extensa fronteira (1.605 km), maior que a divisa com a Argentina (1.236 km), Paraguai (1.365 km) ou Uruguai (1.068 km), principais parceiros brasileiros no Mercosul.

Com estreitas ligações com Washington, Georgetown zela pela segurança de suas estratégicas fronteiras com a Venezuela, maior produtor continental e primeiro do mundo em reservas de petróleo. Para o Brasil, com enorme extensão territorial na Amazônia, a Guiana é uma saída para o Caribe e o acesso marítimo mais próximo dos EUA. Por isso, esta pesquisa, em seu sexto capítulo, estudará o potencial de Georgetown para parceria estratégica com a comunidade caribenha, notadamente no domínio da integração política.

Averiguando, como na geopolítica comercial do Caribe o estreitamento das relações comerciais com a Guiana oferece condições para torná-la a porta de entrada dos produtos brasileiros nos países que integram a Caricom, o último capítulo descreve o terreno dessa região onde, segundo o Itamaraty²², o comércio com o Brasil cresceu mais que com outras, em termos percentuais:

Durante o período 2002-2009, as exportações brasileiras para os países do Caribe cresceram de US\$ 880 milhões em 2002 para US\$ 5 bilhões em 2009 (aumento de 472,7%). As importações brasileiras provenientes dos países do Caribe cresceram de US\$ 53 milhões em 2002 para US\$ 514 milhões em 2009 (aumento de 869,80%). O intercâmbio comercial (exportações mais importações) do Brasil com os países do Caribe cresceu de US\$ 933 milhões em 2002 para US\$ 5,5 bilhões em 2009 (aumento de 495,4%). O superávit comercial do Brasil com os países do Caribe passou de US\$ 827 milhões em 2002 para US\$ 4,5 bilhões em 2009 (aumento de 447,6%). Até agosto de 2010, o intercâmbio comercial do Brasil com os países do Caribe Central havia atingido US\$ 4 bilhões, ou 73,3% do intercâmbio comercial do ano [anterior].

¹⁸ Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti.

¹⁹ 1.056.644 habitantes (IBGE).

²⁰ 982.832 habitantes (IBGE).

²¹ PIB da Guiana: US\$ 787 milhões (2005). TAM: US\$ 4.9 bilhões (2007) e AmBev: US\$ 9.8 bilhões (2007).

²² Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo>> Acesso em: 03 jun. 2011.

A metodologia utilizada combinará o sistema dedutivo e indutivo, como abordagens complementares e não excludentes, para compreensão do caráter fragmentário da nacionalidade guianense. Para sanar essa debilidade na formulação de sua política externa, Georgetown privilegiou o trato da integridade territorial livre de influências desagregadoras estrangeiras.

Dessa premissa, seguem as hipóteses de investigação. A primeira, procura saber como as questões de fronteiras com a Venezuela²³ e com o Suriname²⁴ influenciam a política externa de Georgetown. Quer entender como a participação de sua diplomacia objetiva assegurar a integridade territorial do país, o que resulta, seguidas vezes, em posturas ideológicas contraditórias. Por exemplo: a falta de coerência de sua política externa, que ora enxerga os investimentos estrangeiros como essenciais para o desenvolvimento, ora como uma ponte para a dominação e a dependência.

Indaga a pesquisa se a participação do Brasil na Minustah²⁵ alimenta desconfianças na Guiana de um “subimperialismo” brasileiro no Caribe e como este ensombrece a integração continental.

A tese trabalha, como terceira hipótese, a recente influência de grupos religiosos radicais do Oriente Médio e do Paquistão sobre as comunidades muçulmanas históricas da Guiana, que datam de 1838. Anota que, depois de oficializada como membro da Organização da Conferência Islâmica, essa parte setentrional da Amazônia entrou na agenda estadunidense de combate das novas ameaças. A constatação empírica da existência de grupos radicais islâmicos se deu em 2007, quando prenderam guianenses por planejamento de ação terrorista no aeroporto JFK, em Nova Iorque. Mais que trabalhar o terrorismo como hipótese, levou o autor a se perguntar a respeito das reações de Brasília. Procurou saber o que propõe o Itamaraty diante dessas novas ameaças nesse vizinho distante. Dentro dessa perspectiva, o texto arquitetará respostas a várias indagações. Privilegiará as relacionadas à formulação da política externa guianense para sugerir uma forma de inclusão da Guiana aos projetos de integração regional capitaneados pela Otca, Mercosul e Unasul.

²³ Essequibo.

²⁴ *New River Triangle* e limites marítimos.

²⁵ Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti.

O tratamento da complexidade guianense apresenta desafios, e essa pesquisa os enfrenta, aprofundando a visão introspectiva dos problemas brasileiros em geografias lindeiras. A integração continental, a inclusão étnico-religiosa e a preservação da floresta são peças desse mosaico que o texto tentará agrupar nas explicativas do lado esquecido dessa Amazônia caribenha²⁶.

²⁶ O conceito de Amazônia caribenha tem conotações múltiplas: para alguns seria a área de interseção cultural entre as regiões da Amazônia e do Caribe, para outros corresponde ao perímetro geográfico do planalto das Guianas, rotulado de Ilha das Guianas, formado pela Guiana portuguesa ou brasileira (Roraima, Amapá e parte do Amazonas e do Pará), pela Guiana espanhola ou venezuelana (Guayana, Bolívar e Amazonas), pela Guiana britânica (República Cooperativa da Guiana), pela Guiana holandesa (Suriname) e pela Guiana francesa.

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO ÉTNICA DA GUIANA

1.1 OS POVOS PREDECESSORES

Guiana, nome indígena – originário do aruaque Wayana²⁷ – significa “terra de muitas águas”,²⁸ simboliza seus vários córregos e rios. O governo, frequentemente, tenta dar a conotação de que as muitas águas representam os povos que formam a Guiana²⁹ e fluem para o mesmo destino. A prática é bem diferente. Após a independência, os europeus e os chineses emigraram, restaram os ameríndios, os filhos da Índia e os afrodescendentes. Hoje, os islâmicos e os hindus somados constituem a maioria da nação e dividem entre si o poder.

Os indígenas foram aliados de qualquer poder real e algumas de suas associações, como a *Amerindian Association of Guyana* e até o *National Guyana Party*, partido político predominantemente silvícola, nasceram como tentativas de manipulação do eleitorado indígena, formulada por grupos políticos que pouco comprometimento têm com sua causa, como observou Borges da Silva³⁰:

Em 1963, foi criada a *Amerindian Association of Guyana*, que poderia significar um primeiro passo na organização política dos indígenas se não permanecesse em mãos de S. Campbell, representante da UF [United Force] na Assembléia, mesmo que em 1968, o *National Guyana Party*, preponderantemente indígena, tenha tido iniciativas no sentido de criticar a manipulação política por outros partidos sobre os eleitores indígenas. O que vale destacar para o caso da Guiana é que apenas depois da Revolta do Rupununi, os chamados ameríndios lograram relativa participação política, quando para atraí-los, Burnhan firmou com eles um pacto de defesa da soberania do país. Outra vez foi utilizada uma estratégia, muito frequente na colonização, quando se pretendia a defesa territorial: a utilização do indígena como guardião das fronteiras nacionais.

²⁷ Disponível em <<http://wikitravel.org/en/Guyana>> Acesso em: 10 jun. 2011.

²⁸ Disponível em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Guyana>> Acesso em: 10 jun. 2011.

²⁹ O nome Guyana, com “y” era utilizado pelos holandeses, quando da colonização. Os ingleses preferiram a forma latinizada “Guiana”, denominando sua colônia *British Guiana*. Após a proclamação da República, como forma de afirmar a identidade nacional, o governo adotou a denominação atual de Guyana (leia-se: Guay+ana). Na Venezuela, a região é chamada Guayana, foneticamente similar ao termo em inglês.

³⁰ SILVA, Carlos Alberto Borges da. **A Revolta de Rupununi**: uma etnografia possível. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2005, p. 218.

A identidade, embora seja elemento agregador dos ameríndios, em virtude de suas várias etnias – Aruaque, Caribe, Macuxi, Wai Wai, Wapixana, Patamona, Warraus, Akawaio e Arecuna³¹ – e até pelo isolamento de algumas de suas comunidades, pouco se unem e carecem de uma liderança política genuinamente indígena.

Essa fragmentação resulta do processo de aculturação. Forte nas tribos costeiras – Aruaque e Caribe – com elevado grau de miscigenação com os indo-afrodescendentes. Fraco nas áreas indígenas do interior – Macuxi, Wai Wai, Wapixana – mas não menos relevante, ante os efeitos dos missionários religiosos de confissão anglicana, que por décadas atuam na região.

A *Amerindian Peoples Association* calcula em sessenta mil os indígenas no país, isto é, 7% da população. No entanto, como a quase totalidade dos indo-afroguianenses vive na faixa costeira, os índios são a maioria no interior.³² Sem meios de sobrevivência, muitos se envolvem com a mineração em suas próprias terras, o que não é permitido pela legislação guianense, o *Amerindian Act*. Porém, a negligência, a omissão criminosa e a falta de fiscalização adequada deixam essas terras sujeitas à própria sorte. Contribui para isso a flexível legislação indígena guianense que exclui das reservas os rios e suas margens. Por consequência, a poluição, sobretudo mercurial, é generalizada, com reflexos na água potável e na pesca. Outros graves problemas: a alta incidência de SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – e de malária, as principais causas de óbito entre os indígenas.

A Organização das Nações Unidas pelo Comitê de Eliminação da Discriminação Racial recomendou à Guiana o adequado reconhecimento de direitos de propriedade e posse de comunidades indígenas sobre as terras que ocupam, segundo padrões antropológicos e não em critérios meramente numéricos.³³ O Comitê também externou preocupação com a baixa expectativa de vida nessas comunidades, afetadas pela malária e poluição ambiental dos rios – mercurial e bacteriana – decorrentes de mineração³⁴.

³¹ Disponível em <<http://www.amerindian.gov.gy/discover/tribes/index.html>> Acesso em: 10 jun. 2011.

³² Disponível em <http://www.nsi-ins.ca/english/pdf/guyana/guyana_exec_summary_eng.pdf> Acesso em: 10 jun. 2011.

³³ Habitantes por quilômetro quadrado.

³⁴ Disponível em <<http://www.stabroeknews.com/2008/opinion/letters/07/26/the-amerindian-act-is-in-need-of-amendment/>> Acesso em: 10 jun. 2011.

O *Amerindian Act*³⁵, o estatuto indígena da Guiana, é criticado por incompatibilidade com tratados internacionais de direitos humanos por ela subscritos. A *Amerindian Peoples Association* – APA, *The Amerindian Action Movement of Guyana* – TAAMOG e a *Guyana Organisation of Indigenous Peoples* – GOIP argumentam que: “A discriminação contra os povos indígenas permanece entrincheirada (...) e os direitos às terras, territórios, recursos e à autodeterminação não são reconhecidos, nem adequadamente protegidos.”³⁶

Os direitos indígenas na Guiana, balizados pelo paradigma da integração, estão em processo de reivindicação.³⁷ Existem avanços, questões como mineração, silvicultura e poluição que eram exclusivamente indígenas, evoluíram para temas nacionais, recorrentes até nos discursos do presidente Bharrat Jagdeo.³⁸

A legislação guianense, tal qual a brasileira, assegura aos silvícolas o direito de manter e desenvolver seus costumes, crenças e tradições, protegendo, assim, os valores da espiritualidade e dos cultos indígenas. Resguarda também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Na Guiana, ao contrário do Brasil, as reivindicações de direitos indígenas se dá de forma mais consensual na sociedade, ante a inexistência de conflitos com o agronegócio.

Guianenses em Lethem manifestaram a Baines que: “os povos indígenas não têm nenhum futuro com o governo de Georgetown e olham para o Brasil como um grande sucesso econômico e como um caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam densamente o povoado litoral atlântico do país.”³⁹ As reservas demarcadas, do lado brasileiro (mapa abaixo), também servem de modelo para as reivindicações dos indígenas guianenses.

³⁵ Aprovada em 16.02.2006 e sancionada em 14.03.2006

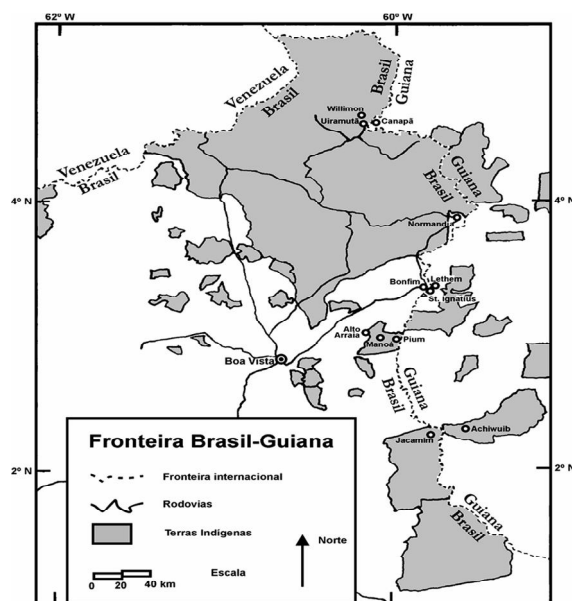
³⁶ Disponível em: <<http://cacreview.blogspot.com/2005/10/amerindian-act-in-guyana.html>> Acesso em: 10 jun. 2011.

³⁷ *Ibid.*, p. 162.

³⁸ Disponível em <http://opnew.op.gov.gy/index.php?option=com_content&view=article&id=1039:uyana-has-best-indigenous-peoples-policy> Acesso em: 10 jun. 2011.

³⁹ BAINES, Stephen Grant. **Os índios Macuxi e Wapichana e suas relações com estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana**. Série Antropológica. Brasília, 2003, p. 8.

Figura 1 – Reservas indígenas na fronteira Brasil-Guiana.



Fonte: Disponível em:
<http://br.monografias.com/trabalhos/indianidade-nacionalidade-fronteira-brasil-guiana/Image2741.jpg>

À idêntica conclusão chegou Mariana Cunha Pereira. Ao pesquisar o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana, observou que o indígena reconhece as fronteiras geopolíticas historicamente impostas e aprendeu a manipular sua identidade nacional. Há situações, relata, em “que a identidade nacional dos brasileiros é por eles requisitada, por causa dos programas assistenciais do governo municipal, estadual e federal. A identidade nacional brasileira para eles é mais prestigiosa que a guianense; significa direitos sociais instituídos.”⁴⁰

O autor, em sua atividade como magistrado estadual, percebeu essa busca pela nacionalidade brasileira em operações de registro efetuadas pelo Tribunal de Justiça de Roraima na fronteira da Guiana. Como em ambos os lados da divisa habita a mesma etnia, muitas vezes os indígenas guianenses se apresentam como brasileiros, alguns até falando português fluente. Uma inquirição detalhada, com pesquisa na comunidade e com o Tuxauá,

⁴⁰ PEREIRA, Mariana Cunha. **A ponte imaginária**: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana. Tese. CEPPAC, UnB, Brasília/DF 2005, p. 162.

muitas vezes é a única forma de detectar eventual fraude. Tudo tem que ser feito com cautela, para evitar a sonegação de direitos a quem realmente os têm e deles necessita.

Em suma, embora Georgetown mencione a importância do índio para a identidade nacional,⁴¹ sua política indigenista nada tem de edênica. A integração dos ameríndios ao sistema econômico guianense normalmente se dá nos extratos sociais de menor poder aquisitivo, acarretando fluxos migratórios para o Brasil.

1.2 OS EUROPEUS NA “TERRA DE MUITAS ÁGUAS”

O primeiro europeu a visitar a costa da Guiana foi Cristóvão Colombo⁴² e o fez em 1498, quando de sua terceira viagem ao continente americano.⁴³ A região não despertou interesse, historiadores contam que era um pântano infestado de mosquitos.⁴⁴ Apenas no início do século 17, os holandeses se fixaram na Guiana, em locais atualmente conhecidos como Essequibo, Demerara e Berbice, áreas negligenciadas pelos espanhóis.

Dedicaram-se, inicialmente, ao comércio com os indígenas e, depois, ao cultivo da cana para o açúcar, com tecnologia trazida do nordeste brasileiro. Mudaram-se do interior para o litoral, drenaram o mangue costeiro e construíram elaborado sistema de barragens. Data dessa época a fundação das principais cidades: Stabroek⁴⁵, atual Georgetown⁴⁶, e Nieuw Amsterdam⁴⁷.

⁴¹ Disponível em <http://opnew.op.gov.gy/index.php?option=com_content&view=article&id=1039:guyana-has-best-indigenous-peoples-policy> Acesso em: 10 jun. 2011.

⁴² Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_Guyana> Acesso em: 10 jun. 2011.

⁴³ OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha:** aspectos da colonização européia entre os séculos XVI e o XVIII. As relações internacionais na fronteira norte do Brasil. Coletânea de Estudos, UFRR, Boa Vista 2008, p. 139.

⁴⁴ Disponível em <http://www.mongabay.com/reference/country_studies/guyana/all.html> Acesso em: 10 jun. 2011.

⁴⁵ Na época da ocupação pelos franceses denominou-se *La Nouvelle Ville*, em 1782. Dois anos após, sob domínio holandês, foi rebatizada como Stabroek ([HTTP://www.newworldencyclopedia.org/entry/georgetown,_guyana](http://www.newworldencyclopedia.org/entry/georgetown,_guyana)).

⁴⁶ Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Georgetown,_Guyana> Acesso em: 10 jun. 2011.

⁴⁷ Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/New_Amsterdam,_Guyana> Acesso em: 10 jun. 2011.

As razões do declínio e expulsão dos holandeses fogem do objeto desta pesquisa. A contribuição que deixaram para a Guiana está no cultivo da cana-de-açúcar e em nomes de região, como: Uitvlugt, Vreedenhoop, Stabroek, Beterverwagting⁴⁸, dentre outros.

A França, outra potência europeia a se interessar pela região, entre 1782 e 1784, ocupou as colônias holandesas de Demerara. Como a exploração não se revelou auspiciosa, abandonou-as e os holandeses reassumiram o controle. Desse período, remanescem nomes de origem francesa em fazendas da região: La Bonne Intention, La Penitence, Chateaux Margot, Le Resouvenir e Lusignam.⁴⁹

Em 1796, as colônias passaram para as mãos britânicas, sem qualquer tipo de resistência, sendo reunidas, no ano de 1831, sob a denominação de *British Guiana*. Nomes ingleses marcam povoados e cidades, incluído Georgetown, em homenagem ao rei George III.⁵⁰ Os ingleses incorporaram a Guiana a seu império, deixando vasto legado que vai do idioma à cultura.

1.3 A PROGÊNIE AFRICANA

O tráfico negreiro forçou a imigração de milhões de africanos, nos séculos 15 ao 19, especialmente da costa oeste da África para as Américas. A Guiana se inseriu na rota desse comércio. Os registros históricos, fragmentários, raramente permitem a reconstrução precisa do período.⁵¹ Sabe-se que o comércio de vidas negras se iniciou no século 17 para prover “força de trabalho aos incipientes assentamentos holandeses em Essequibo e Berbice.”⁵² Esse tráfico foi mínimo, a preocupação inicial dos colonizadores europeus não estava nas fazendas

⁴⁸ KING, K. F. S. **Land and people in Guyana**. Commonwealth Forestry Institute the Oxford, 1968, p. 23

⁴⁹ CAMPBELL, Nestor P. **The A B C of Guyana's Essequibo Territory: History Law Justice**. Georgetown: The Publications Division, 1981. *Canadian Review of Sociology and Anthropology*. 1981. p. 57.

⁵⁰ DALY, V. T. **A Short History of the Guyanese People**. Macmillan Education, London 1975, p. 21.

⁵¹ MCGOWAN, Winston F. **The African Slave Trade to Guyana. Themes in African-Guyanese History**. Free Press 1998, p. 25.

⁵² *Ibid.*, p. 20.

de açúcar, mas sim no comércio com os indígenas.⁵³ Há registro de produtos holandeses até a confluência dos rios Negro e Solimões, o que levou os portugueses a ocupar a Amazônia:

A partir do séc. XVI diversos explorados vieram de várias regiões percorrendo as terras do rio Negro em busca do El Dorado. À medida que os exploradores avançavam, povoações iam surgindo. Com a formação desses povoados, os indígenas ou eram obrigados a se mudar da região ou ir para o cativoiro. Muitos índios, atraídos pela tecnologia do homem branco tornavam-se cativos voluntariamente e, às vezes, serviam de guias à caça de seus próprios irmãos. Ajuricaba, líder dos Manaus, inconformado com a situação aliou-se com os holandeses. Os indígenas barganhavam produtos extraídos da mata em troca de mercadorias e utensílios fabricados pelos europeus, principalmente facões e armas de fogo.⁵⁴

A situação mudou em 1655, quando os holandeses, expulsos do nordeste do Brasil, mudaram-se para lá e plantaram cana-de-açúcar em Essequibo.⁵⁵ Em 1661, a área cultivada estendeu-se para Berbice. A carência de mão-de-obra escrava inviabilizou a exploração em larga escala.⁵⁶ O suprimento de escravos para Essequibo, Berbice e Demerara permaneceu constante até 1770. Ainda assim, a população de origem africana aumentou, não em virtude do tráfico, mas de sua elevada taxa de natalidade, fenômeno que sequer ocorreu no Brasil.⁵⁷ “O número de escravos em Essequibo e Demerara cresceu, respectivamente, de estimados 3.986 e 5.987, em 1769, para 8.700 e 12.559, em 1784. Em Berbice o número saltou de 3.370, em 1764, e para 8.050, em 1782”.⁵⁸

O “embargo britânico aos navios holandeses e a insegurança que o transporte nesses barcos representava”⁵⁹ deixou Demerara, Essequibo e Berbice em agruras. “Produtores dessas colônias enfrentaram dificuldades em importar escravos e em exportar seus produtos para a Holanda. Essa situação convenceu muitos fazendeiros a aceitar o governo britânico, o que permitiu o suprimento de escravos por navios ingleses e o escoamento da produção.”⁶⁰

⁵³ Ibid., p. 20.

⁵⁴ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Manauas > Acesso em: 10 jun. 2011.

⁵⁵ Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u37.jhtm> > Acesso em: 10 jun. 2011.

⁵⁶ AUGIER, F. R. *et al.* **The making of the West Indies**. Longman Caribbean Ltd, 1960, p. 41

⁵⁷ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Editora Companhia das Letras, 1988, p. 305

⁵⁸ MCGOWAN, op. cit., p. 26.

⁵⁹ Ibid., p. 28.

⁶⁰ Ibid., p. 26.

No ano de 1796, o Império Britânico ocupou as três colônias⁶¹ selando o fim do comércio holandês de escravos, vitimado pela reduzida oferta e procura inadequada para seu sucesso naquela geografia,⁶² “a colonização britânica de Demerara, Essequibo e Berbice marcou um período sem precedentes de suprimento de escravos.”⁶³ Estima-se que “os britânicos transportaram, anualmente, 42.482 escravos, cifra sete vezes superior ao pico do comércio de escravos feito pelos holandeses, em 1770.”⁶⁴ Isso explica a diferença do comércio de escravos entre britânicos e holandeses.

O florescimento desse comércio aumentou a produção e estimulou a vinda de novos colonizadores. Em apenas três anos, a área cultivada⁶⁵ em Essequibo e Demerara aumentou 10% e o número de fazendas subiu de 392 para 490. Isso durou pouco. Em 1807, o Império Britânico declarou ilegal o comércio de escravos em todas suas possessões⁶⁶ e décadas mais tarde impediu o tráfico em navios de outras bandeiras.

A abolição⁶⁷, em 1.º de agosto de 1834, representou expressiva mudança para os ex-escravos, apontou novas oportunidades sociais e capacidade de vender sua própria força de trabalho. Para os antigos senhores, destruiu o sonho de retornar com dinheiro para a metrópole.⁶⁸

O fim da escravidão não significou o término da exploração da força de trabalho nas fazendas de açúcar. Daí o esforço feito para manter os africanos atados ao sistema, com baixo nível remuneratório. Brian Moore⁶⁹ afirma que, com o apoio das autoridades coloniais, os fazendeiros brancos continuaram a controlar o sistema político, essencial para determinar o resultado da luta pela supremacia econômica. Restringiram o acesso de ex-escravos a terras e a créditos. Tentaram, assim, manter a imobilidade social nas *plantations*.⁷⁰

⁶¹ KING, K. F. S. *Land and people in Guyana*. Commonwealth Forestry Institute the Oxford, papel, 39, 1968, p. 235

⁶² MCGOWAN, op. cit., p. 28.

⁶³ Ibid., mesma página.

⁶⁴ Ibid., p. 29.

⁶⁵ Ibid., mesma página.

⁶⁶ Ibid., p. 30.

⁶⁷ Ibid., p. 136.

⁶⁸ MOORE, Brian L. **The Social and Economic Subordination of the Guyanese after Emancipation. Themes in African-Guyanese History**. Free Press, 1998, p. 141.

⁶⁹ Ibid., p. 141.

⁷⁰ Ibid., p. 145.

Essa política falhou devido à oposição resoluta dos ex-escravos, que exigiam melhores salários, com greves nas fazendas de açúcar de Demerara e Essequibo.⁷¹ A solução encontrada pelos fazendeiros foi o aumento no número de trabalhadores imigrantes, a força de trabalho alternativa. O influxo de imigrantes, em 1848, deu-se de modo tão expressivo que os africanos perderam o domínio da força de trabalho. O resultado configurou-se no êxodo massivo para as cidades, ocasionando graves problemas sociais⁷² em Georgetown e em New Amsterdam. Processo que a história registrou como *village moviment*.

A população africana urbana cresceu de vinte mil para cinquenta mil, entre 1840 e 1891. Correspondia a 80% da população urbana da Guiana no final do século 19.⁷³ Subempregados, a criminalidade transformou-se em meio de vida, uma opção real, ante a existência miserável.⁷⁴ Criou-se um estado de pobreza. O sonho de liberdade econômica dos afroguanenses se revelava distante da realidade.

Nas cidades, aos poucos, conseguiram trabalhar como artesãos, condutores, porteiros, domésticos. Trabalho particularmente cobiçado, ontem como hoje, era no serviço público, mas obstáculos erigidos limitaram o acesso de afrodescendentes nesse setor. Essas discriminações, comuns na sociedade daquela época, não impediram o surgimento de uma classe média negra. Membros dessa nova classe começaram a se formar como médicos e advogados, angariando respeito e avançando socialmente. Dessa forma, nas primeiras décadas do século 20, a maioria dos médicos e advogados da colônia era de origem africana.⁷⁵ O problema é que poucos conseguiram isso.

Característica marcante em todo esse período foi o racismo. Amparados em uma visão equivocada do que posteriormente se denominou Darwinismo Social,⁷⁶ apregoava-se, entre os ingleses, que os negros não evoluíram da mesma forma que os brancos, ou seja, não alcançaram o mesmo nível de desenvolvimento humano. Por isso, deveriam ter suas atividades sociais restringidas.

⁷¹ ROSE, James G. **The Strikes of 1842 and 1848. Themes in African-Guyanese History**. Free Press, 1998, p. 158.

⁷² Ibid., p. 189.

⁷³ Ibid., p. 147.

⁷⁴ MOORE, op. cit., p. 149.

⁷⁵ Ibid., p. 149.

⁷⁶ Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/Social_Darwinism> Acesso em: 10 jun. 2011.

O exame sócio-econômico da Guiana Britânica pós-abolição, em especial entre 1880 e 1905, mostra uma economia em recessão, altos impostos, elevado custo de vida e baixos salários.⁷⁷ Isso expõe o domínio da oligarquia açucareira que, com a indulgência das autoridades coloniais, restringia a participação econômica das massas por meio de legislações injustas e inadequadas, causando um sentimento de insatisfação, não só entre a classe menos aquinhoadas, mas também entre os membros da classe média, profissionais liberais e pequenos negociantes.⁷⁸

Os afroguianenses deram significativa colaboração para a formação da Guiana. Com seu trabalho edificaram canais ao longo da costa, tornando agriculturáveis grandes extensões de terra, nas quais se assenta a maioria da população do país. Construíram diques e propiciaram a força de trabalho à indústria açucareira. Dentre seus membros⁷⁹, destacam-se escravos insurretos⁸⁰, líderes sindicais⁸¹ e políticos⁸².

1.4 A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NA VIDA NACIONAL

Cessado o período de aprendizagem, no qual os ex-escravos continuaram vinculados às fazendas até 1838, o medo e a incerteza pairavam sobre os produtores agrícolas da Guiana. Para eles, a carência de mão-de-obra apressava o desastre econômico da indústria açucareira.

O êxodo massivo de ex-escravos das fazendas, durante esse período crucial, confirmou os temores. Esse movimento era esperado. Após décadas de escravidão, as fazendas eram vistas como símbolo de desumanização, degradação e desmoralização. Suas vítimas, naturalmente, quiseram se afastar dos fazendeiros brancos e de tudo o que representavam.

⁷⁷ NEHUSI, Kimani S. **The Causes of the Protest of 1905. Themes in African-Guyanese History**. Free Press, 1998, p. 252.

⁷⁸ Ibid., p. 265.

⁷⁹ MOORE, Brian L. **Race, Power and Social Segmentation in Colonial Society: Guyana after Slavery**. New York. Gordon and Breach Science Publishers, 1987, p. 92.

⁸⁰ Cuffy, Akara e Quamina

⁸¹ Nathaniel Critchlow

⁸² Forbes Burnham

Em 1840, aproximadamente, oitenta mil ex-escravos abandonaram as *plantations*. Até hoje, é pequeno o percentual de afroguianenses em atividades agrícolas.⁸³ Assim, a única chance de sobrevivência econômica da colônia era a importação de mão-de-obra, uma vez que os silvícolas se recusavam a trabalhar nas fazendas de açúcar.

Os anos entre 1830 e 1860 foram cruciais na história da imigração na Guiana Britânica. Primeiro, chegaram os portugueses⁸⁴ da ilha da Madeira⁸⁵, depois⁸⁶ os indianos⁸⁷ e, finalmente⁸⁸, os chineses⁸⁹, todos como trabalhadores contratados.

Embora a escravidão tenha sido abolida com a alforria dos escravos, seus antigos senhores não se libertaram da mentalidade de considerar o diferente como inferior, sem identidade ou história.⁹⁰ Isso se constituiu em uma das tragédias do sistema de importação de trabalhadores que formou o mosaico étnico e cultural da Guiana.

1.4.1 A herança portuguesa

A imigração portuguesa para a Guiana, exclusiva da ilha da Madeira, tem explicação histórica. Era porto de abastecimento para navios ingleses que faziam a ligação da Inglaterra com o Caribe, sua população possuía longa tradição no cultivo da cana-de-açúcar e estava em condições de extrema pobreza após a guerra civil entre constitucionalistas, apoiados por D.

⁸³ BRAITHWAITE, Carl A. **The African-Guyanese Demographic Transition: An analysis of Growth Trends, 1838-1988.** Themes in African-Guyanese History. Free Press, 1998, p. 228

⁸⁴ MENEZES, Mary Noel. **The Portuguese of Guyana: A study in culture and conflict,** Anand Press. Gujarat, Índia, 1992, p. 13.

⁸⁵ 1835

⁸⁶ 1838

⁸⁷ MANGRU, B. **From Bengal to British Guiana. The emigration of Indian indentured labour.** Doctoral dissertation, University of London, 1981, p. 12.

⁸⁸ 1853

⁸⁹ CRAWFORD; Marlene Kwok. **Scenes from the history of chinese in Guyana. Georgetown.** The author, 1989, p. 8

⁹⁰ MENEZES, op. cit., p. 4

João VI e D. Pedro I – Pedro IV, em Portugal – e absolutistas, liderados por D. Miguel. A ilha foi ocupada várias vezes pelas facções em conflito.⁹¹

A imigração, nesse cenário, apresentou-se como a saída para melhores condições de vida. Em 3 de maio de 1835, aportou em Georgetown o navio *Lousia Baille*, com quarenta colonos madeirenses. A impressão inicial, causada pelos portugueses, foi de trabalhadores valorosos e engenhosos.⁹² Nesse mesmo ano, chegaram mais 429 madeirenses⁹³, alguns com suas famílias. Muitos desses primeiros imigrantes morreram, vitimados por doenças tropicais e precárias condições de habitação, alimentação e trabalho.

O governo português não ficou alheio a isso. O administrador de Funchal, Domingo Olavo Correa d’Azevedo alertou, em 1841, sobre promessas vãs e sem garantias de imigração para o Caribe.⁹⁴ Esse apelo deu poucos resultados. Em 1841, chegaram à Guiana 8.144 imigrantes, desses 3.893 eram portugueses.⁹⁵ Enfrentaram a dureza do trabalho no campo, o clima equatorial e as doenças tropicais que dizimaram 7% deles, apenas em 1841. Por isso, a imigração oficial cessou no ano seguinte⁹⁶ e só se reiniciou em 1846. Apesar disso, nesse período, 1.200 madeirenses viajaram para a Guiana⁹⁷.

Os imigrantes lusitanos perceberam, antes de qualquer outro grupo, que a Guiana era uma colônia pobre, com escassos estabelecimentos comerciais, e que o valor da propriedade era mínimo. Assim, fixaram-se no comércio de vinhos, bebidas e bens de consumo. Entre 1844 e 1845, os portugueses passaram de trabalhadores agrícolas para comerciantes. Das 800 licenças comerciais concedidas entre julho de 1844 e fevereiro de 1845, 40,5% restaram outorgadas aos portugueses.⁹⁸

Isso gerou um sentimento antilusitano nos comerciantes locais e nos fazendeiros, que viam o movimento trabalhista para fora dos campos como o pior dos crimes. Entre 1841 e

⁹¹ *Ibid.*, p. 12

⁹² *Ibid.*, p. 18.

⁹³ 1835

⁹⁴ MENEZES, op. cit., p. 21.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 22.

⁹⁶ 1842

⁹⁷ MENEZES, op. cit., p. 28.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 30.

1849, aproximadamente, 15.704 portugueses imigraram para a Guiana. No final de 1849, apenas 5.026 permaneciam nas fazendas.

Em Georgetown, os portugueses eram proprietários de 171 dos 296 estabelecimentos comerciais. Na área rural, 312 dos 423 existentes.⁹⁹ O jornal *The Colonist* observou que os madeirenses tomaram o comércio dos afroguianenses porque estes eram “deficientes na indústria, no comércio e na perseverança que caracteriza os esforços portugueses.”¹⁰⁰ Sem desmerecer o trabalho árduo, a tenacidade e o tino comercial dos colonos da ilha da Madeira que superaram toda sorte de vicissitudes, eles tiveram acesso a créditos e a financiamentos, negados aos demais imigrantes e aos afroguianenses, circunstância que causou revolta e protestos contra a presença lusa na Guiana.

O censo guianense classifica sua sociedade em europeus, africanos, ameríndios, portugueses, indianos e misturados. Posteriormente, incluíram os chineses. Entre os brancos, os portugueses jamais foram classificados como europeus porque, embora da mesma cor, não se vestiam, alimentavam-se ou se portavam como ingleses.¹⁰¹ Projetavam uma imagem social distinta dos demais europeus.¹⁰²

Dos primeiros colonos que aportaram em 1835, a bordo do *Lousia Baille*, os portugueses chegaram a quase 3% da população¹⁰³ guianense¹⁰⁴. Mantiveram por décadas a unidade do grupo, conservando a língua, os costumes e a cultura¹⁰⁵. Porém, em meados do século 20, substituíram a lusofonia pela anglofonia. Anglicizados, viviam como *british gentlemen*¹⁰⁶. Mesmo assim, o censo continuava a classificá-los em um grupo separado dos europeus, para lembrar que eram brancos de outro gênero. Esse tipo de atitude tornou os portugueses mais portugueses, como ocorre com os asiáticos e negros no Reino Unido, no Canadá e nos Estados Unidos da América.

⁹⁹ Ibid., p. 42.

¹⁰⁰ Ibid., p. 31.

¹⁰¹ Ibid., p. 61.

¹⁰² Ibid., p. 60.

¹⁰³ 8.247 portugueses de um total de 309.676 guianenses.

¹⁰⁴ MENEZES, op. cit, p. 48.

¹⁰⁵ Ibid., p. 62.

¹⁰⁶ Ibid., p. 187.

Paradoxalmente, durante a luta pela independência, os portugueses restaram identificados com o *establishment* colonial britânico, quando os afrodescendentes e indoguianenses alcançaram o poder, em 1966. Muitos portugueses emigraram para o Reino Unido, Estados Unidos da América e Canadá. Hoje representam pequena fração da sociedade guianense.¹⁰⁷

A principal característica que permaneceu entre seus imigrantes foi afiliação à Igreja Católica. Entre os portugueses que deixaram legado de contribuição para a Guiana destaca-se: Peter D'Aguiar, empresário, político, ministro das finanças do primeiro governo do país e líder do *United Force*, partido liberal e cristão.

1.4.2 A diáspora indiana na Amazônia Caribenha

Os fazendeiros britânicos, na busca incessante por mão-de-obra após a abolição da escravidão, recrutaram trabalhadores da Índia, então colônia de seu império. As condições contratuais eram simples: trabalhar por cinco anos e, após, se desejar, ganhar passagem de volta. Aproximadamente 240.000 indianos¹⁰⁸ imigraram para a Guiana¹⁰⁹, entre 1838 e 1917.

O recrutamento era sistemático, a contratação se dava em mercados, estradas, vilas, às vezes mediante intimidação e coerção. Quando esses métodos falhavam, os agentes da imigração chamados *Arkatís* no norte da Índia e *Maistris* no sul¹¹⁰ recorriam a sequestros, especialmente de mulheres¹¹¹.

Imigrantes vinham de todas as castas, ocupações e religiões, inclusive monges, escribas e comerciantes. Brâmanes e outras altas castas constituíam 13,6%, 30,1% eram de

¹⁰⁷ 1.497 habitantes segundo dados do *Guyana Census 2002*

¹⁰⁸ RAMRAJ, Robert. **Guyana: Population, Environments, Economic Activities**. Battleground Printing & Publishing. Greensboro, North Carolina/USA, 2003, p. 93

¹⁰⁹ RODNEY, W. **A history of the Guyanese working class people, 1881-1905**. Jonh Hopkins Univ. Press, 1981, p. 52.

¹¹⁰ SMITH, R. T. **Some social characteristics of Indian immigration to British Guiana**. Population Studies. 1959, p. 14.

¹¹¹ RAMRAJ, op. cit., p. 94.

castas agrícolas, 8,7% da casta dos artesãos e 31,1% das castas baixas. Outros 16,3% eram muçulmanos e 0,1% cristãos.¹¹²

Transportados por ferrovia, os recrutados iam para Calcutá e de lá embarcavam em navios. As condições a bordo e em terra eram duras. A mortalidade era elevada devido à superlotação e à péssima alimentação. Na longa viagem se formavam amizades chamadas *jahaazi*¹¹³ que asseguravam apoio moral não apenas no mar, mas após o desembarque. Os *jahaazi* se respeitavam, se tratavam como familiares e os contatos eram tão frequentes quanto possíveis¹¹⁴.

Em cinco de maio de 1838, o primeiro navio com imigrantes da Índia para a Guiana – o *Hesperus*¹¹⁵ – aportou depois de noventa dias de viagem desde Calcutá¹¹⁶. Madras e Calcutá eram os dois portos de embarque das Índias Orientais. A carga do *Hesperus* consistia em 155 homens, somente 5 mulheres e 10 crianças. Quatorze indianos morreram durante a viagem, dois por afogamento.¹¹⁷ O *Whitby* que também chegou em maio do mesmo ano, após 114 dias de viagem, perdeu quatro passageiros.¹¹⁸

Os imigrantes indianos, desde o início cercados de preconceito, eram denominados *coolie*. Termo de origem chinesa, traduzido como força amarga¹¹⁹. Embarcados em Macau, nas escalas na Índia, os hindus recebiam a mesma denominação. Os primeiros *coolies* indianos foram trabalhar nas fazendas Vreedenhoop, Vreedenstein, Anna Regina Bel Vue, Waterloo e Highbury¹²⁰.

O número de imigrantes do sexo feminino era inferior ao masculino. Havia escassez de mulheres, principalmente nos primeiros anos de imigração. Viúvas, esposas abandonadas – ou em fuga – e sogras eram as principais candidatas ao recrutamento.¹²¹ Existiam leis contra o recrutamento de mulheres casadas e outras normas para assegurar certa proporção de

¹¹² Ibid., p. 94.

¹¹³ Jahaaj, Jahaazi ou Jahaaz é uma palavra urdu, significa navio: Disponível em: <<http://www.thebestcaribbean.com/ourfeature.05.05.08.htm>> Acesso em: 10 jun. 2011.

¹¹⁴ SMITH, op. cit., p. 43.

¹¹⁵ *Hesperus* vem do grego Ἑσπερος (*Hesperos*) e significa Venus ou estrela do entardecer.

¹¹⁶ RAMRAJ, op. cit., p. 95.

¹¹⁷ Ibid., p. 95.

¹¹⁸ Ibid., p. 95.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.soentpiet.com/coolies.htm>> Acesso em: 10 jun. 2011.

¹²⁰ MANGRU, op. cit., p. 39.

¹²¹ Ibid., p. 43.

mulheres entre os imigrantes, mas nem sempre observadas. Indianas eram poucas na Guiana e a procura grande, pois os casamentos inter-raciais eram raros.¹²² A poliandria se tornou comum. Há registro de mulheres com dois ou mais maridos concomitantemente. Situação que causou o assassinato de esposas com justificativas culturais e religiosas.¹²³

As condições de vida se assemelhavam às da escravidão, sendo a mortalidade elevada entre os imigrantes.¹²⁴ Por isso, alguns retornaram à Índia. Por exemplo: os navios Louisa Baillie e Water Witch chegaram à Guiana britânica, respectivamente, em 28 de março e 7 de maio de 1843, com 396 imigrantes. Durante os primeiros cinco anos de contrato, 236 retornaram para a Índia, 98 morreram, 2 desertaram e apenas 60 permaneceram nas fazendas.¹²⁵

A insatisfação dos imigrantes com os abusos ganhou corpo e distúrbios ocorreram. O mais conhecido, o levante de Devonshire Castle¹²⁶, ocorreu em setembro de 1872. Outro protesto foi em Enmore, em 1948, 31 anos após o término da imigração¹²⁷. Cinco trabalhadores foram mortos pela polícia. Eles são conhecidos como os “Mártires de Enmore.”¹²⁸ A causa do protesto se relacionava às péssimas condições de vida e de trabalho.

Contratualmente os fazendeiros providenciavam habitação, atendimento médico e hospitalar para o trabalhador. Tudo isso se fazia de forma precária e incipiente. Mas o importante é que, pela primeira vez, introduziram serviço médico nas fazendas.¹²⁹ Ainda assim, a expectativa de vida era baixa entre os imigrantes indianos, em média inferior a cinquenta anos.¹³⁰ Alguns fugiram das fazendas ou morreram tentando. Outros faleceram de doenças ou de exaustão. Poucos, principalmente chineses, conseguiram escapar para países vizinhos como Suriname, Guiana Francesa, Venezuela e Trinidad.¹³¹

¹²² RAMRAJ, op. cit., p. 95.

¹²³ SMITH, op. cit., p. 45.

¹²⁴ RAMRAJ, op. cit., p. 95.

¹²⁵ Ibid., p. 95.

¹²⁶ Ibid., mesma página.

¹²⁷ Ibid., p. 96.

¹²⁸ ROSE, J. G. *The Enmore incident of 1848*. History Gazette, University of Guyana.

¹²⁹ RAMRAJ, op. cit., p. 96.

¹³⁰ MANGRU, op. cit., p. 82.

¹³¹ RAMRAJ, op. cit., p. 96.

A imigração foi contínua de 1838 a 1917. Queixas, oficiais ou não, eram comuns contra os fazendeiros, em cujas terras labutavam os imigrantes. Bechu¹³², trabalhador indiano, o mais articulado dos imigrantes, denunciou as condições de vida e de trabalho, elaborou um memorando com acusações para testemunhar perante a Comissão Real das Índias Ocidentais. Em 1910, Thomas Summerbell, membro do parlamento britânico, acusou o sistema de similar à escravidão e que deveria ser abolido. William Des Voeux, magistrado britânico na Guiana, liderou a comissão que duramente investigou, expôs e criticou o sistema de importação de mão-de-obra.¹³³

Em 1840, William Russel, Secretário Colonial, reportou-se ao sistema como: “a nova escravidão.”¹³⁴ Após a revolta de Devonshire Castle, o Times de Londres registrou: “se isso não é escravidão, certamente está longe da liberdade.”¹³⁵

Instituições e lideranças da Índia, incluindo Mahatma Gandhi, opunham-se à imigração, por razões humanitárias. O governo da Índia chegou a suspender temporariamente a exportação de seus cidadãos para a Guiana¹³⁶, porém, somente a banuiu em 1917.

Como mencionado antes, aproximadamente, 240.000 pessoas partiram da Índia, durante os anos de imigração, para a Guiana. Evidentemente, nem todos permaneceram após o término do contrato de trabalho. Calcula-se que 74.645 retornaram para a Índia, aproximadamente 31% do total de imigrantes. Em 1938 viviam na Guiana 142.376 indianos.¹³⁷ Depois de três anos de trabalho, permitia-se ao imigrante alugar uma pequena área de terra. A maioria se engajou na agricultura, alguns se envolveram com o comércio. Atualmente, a maioria dos proprietários rurais e agricultores guianenses são de origem indiana.¹³⁸

¹³² SEECHARAN, Clem. **Bechu**: bound coolie radical in British Guiana 1894-1901. The Press UWI Biography Series.

¹³³ RAMRAJ, op. cit., p. 96.

¹³⁴ MANGRU, op. cit., p. 82.

¹³⁵ Ibid., p. 82.

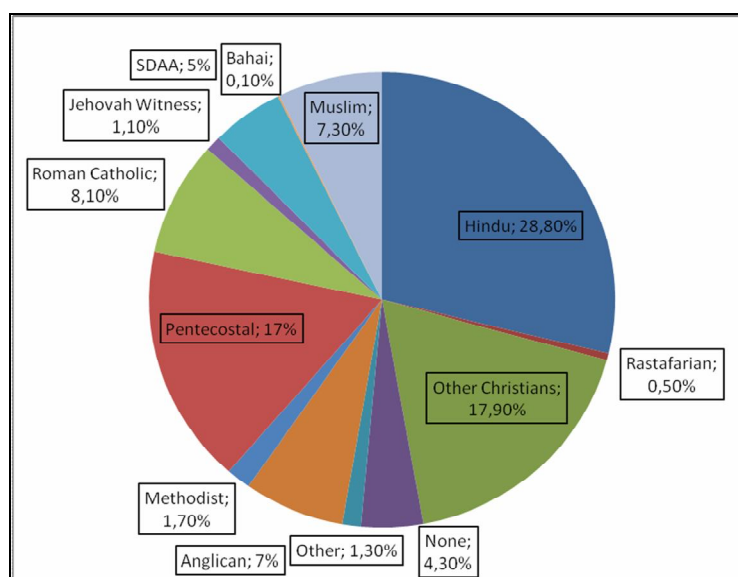
¹³⁶ RAMRAJ, op. cit., p. 96.

¹³⁷ SMITH, op. cit., p. 129.

¹³⁸ RAMRAJ, op. cit., p. 97.

São nomes indianos comuns na Guiana: Singh, Persaud, Mohan, Charran, Ali, Khan e Mohamed. Os três últimos são típicos sobrenomes muçulmanos¹³⁹, fato que retrata a paisagem cultural da Guiana – várias vezes visitada no decorrer desta tese – dotada de templos hindus e mesquitas. O gráfico abaixo registra essa diversidade religiosa:

Gráfico 1 – Distribuição da População por afiliação religiosa.



Fonte: Disponível em:

<<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html#popcenfinal>>

O sucesso da imigração indiana se atribui a uma série de fatores; o primeiro, as condições de trabalho e vida no Caribe eram relativamente próximas às da Índia; o segundo, os indianos trouxeram a cultura do arroz para a Guiana, assegurando um fornecimento contínuo e barato desse produto, transformado no segundo mais importante item agrícola de suas exportações; e o terceiro, a maioria dos trabalhadores optou por não retornar à Índia, após o término do contrato de trabalho¹⁴⁰. A explicação para isso é que esses imigrantes conseguiram adquirir pequenas propriedades. Nos primeiros anos, a propriedade da terra

¹³⁹ RAMRAJ, op. cit., p. 97.

¹⁴⁰ Ibid., p. 97.

podia ser trocada pela passagem de retorno para à Índia, todavia essa prática se extinguiu no governo de Henry Irving¹⁴¹, entre 1882 e 1887.

Entre os imigrantes indianos que significativamente contribuíram para a Guiana incluem-se Bechu – o líder na crítica ao sistema de trabalho temporário –, Cheddi Bharat Jagan¹⁴², Sridat Ramphal¹⁴³, Joshua Ramsamy¹⁴⁴ e Bharrat Jagdeo, atual presidente. A lista não é exaustiva.

1.4.3 Os chineses: a força amarga¹⁴⁵

A historiografia oficial aponta o *Glentanner* como o primeiro navio a aportar na Guiana com imigrantes chineses. A viagem de 134 dias começou em 1.º de setembro de 1852, no porto de Amoi e terminou em Georgetown¹⁴⁶, em 12 de janeiro de 1853.

Importante que se diga o *Glentanner* revelou o primeiro resultado de um processo, iniciado bem antes. Com a dificuldade em obter mão-de-obra da Índia para as *plantations*, fazendeiros da Guiana resolveram trazer trabalhadores da China, operação vista por Lai Look como mais onerosa¹⁴⁷. Procópio debita o insucesso dessa imigração às revoltas e à fama de vingativo do *coolie*¹⁴⁸.

Essas viagens dos *indentured labourers* tiveram características em comum, dentre as quais se destacam as condições degradantes de transporte e a elevada mortalidade. Contribuíram para isso a ausência de água fresca, a comida inapropriada e as doenças: cólera, disenteria e diarreia.

¹⁴¹ MANGRU, op. cit., p. 36.

¹⁴² Político e fundador do moderno estado guianense.

¹⁴³ Diplomata e homem de estado.

¹⁴⁴ Educador e acadêmico.

¹⁴⁵ *Coolie*, palavra originária do mandarim; em vernáculo, significa força ou trabalho amargo. Traduz, em poucas palavras, o sofrimento imposto a esses imigrantes.

¹⁴⁶ CRAWFORD, op. cit., p. 9

¹⁴⁷ LOOK LAI, Walton. **The Chinese in the West Indies: a documentary history, 1806-1995.** Stephenson's Litho Press Ltd. Jamaica, 1998, p. 2.

¹⁴⁸ PROCÓPIO, Argemiro. **Modelo Dissociativo: uma saída para a crise brasileira.** Jornal de Brasília, Brasília, 5.12.1982

Por exemplo, no segundo navio a aportar, *Lord Elgin*, a mortalidade chegou a inacreditáveis 44,8%, em virtude de comida estragada. No *Royal George*, quarta embarcação a chegar, morreram 49 pessoas, por causa da falta de ventilação e da superlotação do barco. Em alguns navios, como o *Norwood* e o *Mystery*, atribuíram-se os óbitos ao consumo excessivo de ópio. Na viagem do *Prides of the Ganges* (1866) houve motim por causa do arroz estragado¹⁴⁹.

Muitas viagens transcoreram com tranquilidade. O *Whilwind*, que aportou em 1860, sete anos após o início da imigração, trouxe as primeiras chinesas, objeto de curiosidade e interesse local. Em outra viagem dessa mesma embarcação (1861), chegaram as primeiras prostitutas chinesas¹⁵⁰.

O recebimento desses pioneiros marcou-se por particular frieza. Nos primeiros anos a perplexidade foi a tônica. Os chineses enfrentaram desconfianças, críticas e elogios. Na colônia, os trabalhadores tiveram pouco tempo para se acostumar ao clima e alguns foram levados às fazendas tão logo chegaram¹⁵¹. Lá sofreram com a língua, a alimentação, e sobretudo, as condições de trabalho provocaram nesses imigrantes uma grande desilusão. Muitos fugiram, alguns se suicidaram e outros sucumbiram diante das duras condições de vida e dos ganhos irrisórios¹⁵².

Apesar das dificuldades, a capacidade de trabalho do chinês se destacou, obtendo elogios: “Um tipo de gente muito útil, aptos, inteligentes e bem dispostos.”¹⁵³ Para outros: “Os chineses são os melhores trabalhadores desta fazenda, pela força e resistência são iguais aos africanos (...) São alegres, dispostos e satisfeitos.”¹⁵⁴

Entretanto, esses encômios logo cessaram. A inteligência, que inicialmente rendeu admiração aos chineses, permitiu que eles, mais que qualquer outro grupo de imigrantes, compreendessem os termos de seus contratos de trabalho e ficassem frustrados com as injustas condições a que estavam sujeitos. Deteriorando, rapidamente, as relações existentes

¹⁴⁹ CRAWFORD, op. cit., p. 9.

¹⁵⁰ LOOK LAI, op. cit., p. 256.

¹⁵¹ CLEMENTI, Cecil. **The Chinese in British Guiana**. Ed. The Argosy Company Ltd. 1915, p. 12.

¹⁵² CRAWFORD, op. cit., p. 28.

¹⁵³ BUTTS, 1853 *apud* CLEMENTI, op. cit., p. 17.,

¹⁵⁴ BASCOM, 1853 *apud* CLEMENTI, op. cit., p. 17.

com a plantocracia, que preferia trabalhadores mais submissos e dóceis. Dessa forma, o fluxo imigratório de chineses para a Guiana praticamente cessou em 1866, treze anos depois de seu início. Após essa data, apenas dois navios de imigrantes chegaram (1874 e 1879)¹⁵⁵.

Entre 1853 e 1879, a Guiana Britânica recebeu quase quatorze mil imigrantes chineses.¹⁵⁶ Em 1900 a população chinesa caiu para menos três mil pessoas, em grande parte devido à dificuldade na formação de famílias¹⁵⁷, apenas 17% dos imigrantes eram mulheres¹⁵⁸. Muitos homens se viram forçados a achar esposas ou coabitar com mulheres de outra raça, afastando-se da cultura chinesa. Outros imigraram para países vizinhos, bem como para os Estados Unidos da América, Canadá e Reino Unido.

Ao término do contrato de trabalho, muitos chineses se estabeleceram no comércio¹⁵⁹, em Georgetown, e prosperaram. Ingressando, posteriormente, na classe média guianense, como proprietários de lavanderias, restaurantes e supermercados.

Parte desse grupo deixou a Guiana no grande êxodo que se seguiu à independência. Atualmente, os guianenses de origem chinesa não chegam a 1% da população. O censo de 2002, último realizado, apontou somente 1.395 chineses na Guiana e desses 646 eram nascidos na China, ou seja, estrangeiros.¹⁶⁰

Em virtude disso, várias associações chinesas, que datavam do início do século 20, entraram em declínio, como a Loja Maçônica Chinesa – fundada em 1907, sob a denominação de Templo Silencioso –, o Esporte Clube Chinês – de 1931 – e a igreja anglicana *Saviour's Chinese Church* – de 1939 –, esta última atualmente não ostenta mais o nome chinês em sua denominação¹⁶¹, como verificou o autor em visita ao local.

A contribuição chinesa se deu em vários campos, destacando-se a indústria aurífera com Ho-a-Shoo e diamantífera com Evan Wong que foi também o primeiro concessionário da

¹⁵⁵ CRAWFORD, op. cit., p. 41.

¹⁵⁶ LOOK LAI, op. cit., p. 251.

¹⁵⁷ Ibid., mesma página.

¹⁵⁸ CRAWFORD, op. cit., p. 52.

¹⁵⁹ LOOK LAI, op. cit., p. 251.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html>> Acesso em: 10 jun. 2011.

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.sdn.org.gy/chinese/church.html>> Acesso em: 10 jun. 2011.

exploração de bauxita.¹⁶² Os chineses se destacaram nos estudos, como habitual, formaram advogados, médicos e engenheiros.

Essa organização da comunidade chinesa e o respeito que angariou na sociedade guianense permitiram que um de seus membros, Raymond Arthur Chung, magistrado de excelente reputação, fosse eleito pela Assembléia Nacional como o primeiro Chefe de Estado da Guiana. Permaneceu no cargo de Presidente e Comandante em Chefe das Forças Armadas de 17 de março de 1970 até 6 de agosto de 1980, quando uma alteração constitucional atribuiu funções executivas ao cargo, que passou a ser ocupado por Forbes Burnham, até então primeiro-ministro.

Arthur Chung também foi o primeiro descendente de chineses a presidir um país não-asiático. Gozou de grande respeito na Guiana até seu falecimento ocorrido em 23 de junho de 2008, aos 90 anos.¹⁶³

1.4.4 A saga dos brasileiros

A Guiana é um país em construção. Lá os brasileiros são uma comunidade em expansão. Entram como “turistas” e acabam como clandestinos em grotões no meio da selva, em busca de ouro e diamante. Embora Georgetown não fale em expulsá-los, indiferente aos transtornos a eles impingidos, fecha os olhos para a extorsão cometida por agentes do governo. Assaltos e assassinatos de garimpeiros são notícias corriqueiras nos jornais locais¹⁶⁴.

¹⁶² LOOK LAI, Walton. op. cit., p. 252.

¹⁶³ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Arthur_Chung> Acesso em: 10 jun. 2011.

¹⁶⁴ - A Brazilian man was killed in the interior on Tuesday and the police are investigating the circumstances surrounding his death. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2011/news/.../06/.../brazilian-man-killed-at-echerak/>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

- A Brazilian gold miner was robbed at Robb Street, Bourda last night by three gunmen who shot at his car before escaping in a waiting vehicle. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2011/.../brailian-gold-miner-robbed-of-600000/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

- Wycliffe Smith, the man accused of killing *Brazilian* miner Armando Da Silva, in Moco Moco, Central Rupununi, was yesterday arraigned on a. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../'tarzan'-charged-over-murder-of-brazilian-in-shallow-grave/>>. Acesso em: 29 jan. 2011.

Hisakhana Pahoona Corbin¹⁶⁵ definiu, com bastante felicidade, a imigração brasileira para a Guiana como uma estratégia de sobrevivência. Os brasileiros que lá se encontram, em sua maioria garimpeiros, originaram-se de uma corrente migratória que se iniciou no nordeste, percorreu a Amazônia e terminou nas florestas da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa.

-
- The man accused of murdering Brazilian miner Jose Rodriguez De Oliveira was yesterday remanded to prison when he appeared before Magistrate. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../accused-in-murder-of-brazilian-miner-appears-in-court/>>. Acesso em: 13 ago. 2010.
 - A Brazilian miner was chopped to death during a heated argument with his drinking partner at Aranka Backdam, Cuyuni River on Saturday. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../brazilian-miner-chopped-to-death-at-aranka/>>. Acesso em: 10 ago. 2010.
 - Police are investigating the shooting and robbery of a Brazilian miner which occurred on Friday at Black Water Backdam, Cuyuni River. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/.../brazilian-miner-shot-robbed-at-cuyuni/>>. Acesso em: 04 jul. 2010.
 - Two Brazilian miners were shot on Thursday morning after telling a man that they had no job to give him. At about 11am, police said in a. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../man-shoots-brazilian-miners-after-being-denied-job/>>. Acesso em: 26 jun. 2010.
 - A Brazilian miner was shot dead during an armed robbery at his mining camp located at Black Water Backdam, Cuyuni River, on Wednesday. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/.../another-brazilian-miner-robbed-killed/>>. Acesso em: 26 mar. 2010.
 - A Brazilian man was shot in his face on Monday at Butterfly Backdam in the northwest by a fellow countryman after an argument over money. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/.../brazilian-shot-dead-at-butterfly-backdam/>>. Acesso em: 25 fev. 2010.
 - A Brazilian miner was shot and killed during a robbery at his mining camp at Oku Backdam, Cuyuni on Wednesday and the perpetrators are still. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/.../brazilian-gunned-down-during-robbery/>>. Acesso em: 06 fev. 2010.
 - A Brazilian national who journeyed to Lethem to party was found stabbed to death near the Takutu Bridge on Christmas morning and. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../christmas-day-killing-brazilian-found-stabbed-to-death-on-takutu-bridge/>>. Acesso em: 27 dez. 2009.
 - A Brazilian businessman was on Sunday robbed of raw gold and cash when two armed men descended on his Bartica residence and shot him twice. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/news/.../brazilian-shopkeeper-shot-robbed/>>. Acesso em: 15 dez. 2009.
 - in Cuyuni mining camp raid A Brazilian dredge owner was shot three times by heavily armed bandits who descended on his camp at Arangoy. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/news/stories/.../ak-47-bandits-shoot-brazilian/>>. Acesso em: 7 abr. 2009.
 - A Brazilian miner was robbed of his vehicle and shot at Arimu Backdam, Cuyuni River early yesterday morning. According to a police press Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/news/.../brazilian-miner-robbed-of-atv-shot/>>. Acesso em: 19 fev. 2009.
 - Two men, one armed with a handgun, attacked and robbed a *Brazilian* businessman at Bartica yesterday after posing as customers interested in Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../bandits-rob-brazilian-businessman-at-bartica/>>. Acesso em: 8 fev. 2009
 - Defence wants surveillance tape checked A third man was yesterday charged with the murder of the two Brazilian miners who were gunned down Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/.../third-man-charged-with-murder-of-brazilian-miners/>>. Acesso em: 21 jun. 2008.
 - Bandits yesterday morning shot a 39-year-old Brazilian man during an attack on his business place at Marudi, near the Mazaruni. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2008/news/.../03/.../brazilian-shot-in-marudi-attack/>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

¹⁶⁵ CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2007.

Esquecidos à própria sorte, são verdadeiros exilados ambientais, compelidos aos rincões fronteiriços por proibições ambientais de Brasília.

Clandestinos condenados ao limbo jurídico, aos garimpeiros são sonogados os mais básicos Direitos Humanos. “O caldo amargo da intolerância transformou a garimpeira em escória, sem mais direito que sua vida, sua história.”¹⁶⁶ O Itamaraty ignora solenemente os brasileiros dessa diáspora garimpeira, muitas vezes submetidos à escravidão em terras estrangeiras. Como lembra Procópio: “Nas minas (...) máfias controlam homens submetidos a trabalhos degradantes. Há localidades onde para cada pequeno grupo de garimpeiros tem capatazes que os vigiam armados (...). Negros, hindus e muçulmanos bancam senhores, e o brasileiro o novo estigmatizado servo.”¹⁶⁷

Essas frentes de expansão, quando ultrapassam as fronteiras do Brasil, geram situações de conflito, ao que se saiba, quase nunca percebida pela diplomacia brasileira. Para os setores marginalizados da sociedade guianense – indígenas, garimpeiros locais e pequenos camponeses –, a presença brasileira representa incômoda ocupação de seus espaços vitais. Daí vêm os discursos contrários formulados pela *Amerindian Peoples Association* e pela *Guyana Gold and Diamond Miners Association*, ambas fundadas em proteção ambiental.

Já para os setores dominantes desses países – autoridades públicas, empresários e *Guyana Geology and Mines Commission* –, que mantêm interesses com o desenvolvimento econômico dessas regiões, os brasileiros são vistos como trabalhadores portadores da modernização econômica para esses espaços periféricos. Possuem conhecimentos que levam à descoberta de novos veios e técnicas de exploração, que viabilizam a atividade, como observado por Argemiro Procópio¹⁶⁸.

Essa dicotomia gera situações de conflito, como o que ocorreu, no final de dezembro de 2009, no Suriname entre os *maroons*, quilombolas surinameses, e garimpeiros.¹⁶⁹

O número de garimpeiros cresce, assim como a demanda por bens e serviços brasileiros. Tal fato provoca ondas sucessivas de imigração, de comerciantes, líderes

¹⁶⁶ PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 5.^a ed., Juruá. Curitiba, 2011, p. 381.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 382.

¹⁶⁸ PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 4.^a ed., Juruá. Curitiba, 2009, p. 322.

¹⁶⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3012200901.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

religiosos¹⁷⁰, contrabandistas, traficantes e prostitutas¹⁷¹. Expressivo número deles conheceu a migração interna e agora segue as rotas da imigração.

Essa situação propicia a formação de guetos. Os empresários brasileiros contratam poucos guianenses, preferem empregar compatriotas, mesmo em situação irregular no país. Raros são os que investem na Guiana os recursos obtidos com a mineração. Consequentemente, o elevado desemprego de guianenses nessas áreas resulta na migração deles para as cidades litorâneas, aumentando a presença de brasileiros no interior do país, dando aos locais a idéia de ocupação estrangeira. Trata-se de um problema semelhante ao que ocorre em outros países:

La llegada de fuertes cifras de inmigrantes puede provocar muchas veces sentimientos de miedo y rechazo. Los llegados pueden generar desempleo, sobrepoblación, aumento de la marginación, conflictos culturales cuando son tan numerosos que amenazan la identidad cultural del grupo receptor¹⁷²

No caldeirão de egoísmos étnicos¹⁷³ da Guiana, o ingresso de mais um grupo aumenta as tensões. Pode desestabilizar o frágil equilíbrio do sistema de poder, onde privilégios raciais se confundem com cargos políticos¹⁷⁴. Há de forma velada, permeando a sociedade local, um sentimento antibrasileiro. Para alguns, eles são forasteiros, só querem explorar as riquezas do país, sem nada deixar em troca. Para outros, são estrangeiros com línguas, costumes e religião diferente¹⁷⁵.

¹⁷⁰ HEIJE, Marjo de. **Migration and Religious Transnationalism: recent Research and the case of the Brazilians in Suriname.** In *Brazil and the Americas. Convergence and Perspectives.* P. Birle, S. Costa, and H. Nitschack, eds. Pp. 151-170. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana / Vervuert Verlag, 2008.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=111630>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

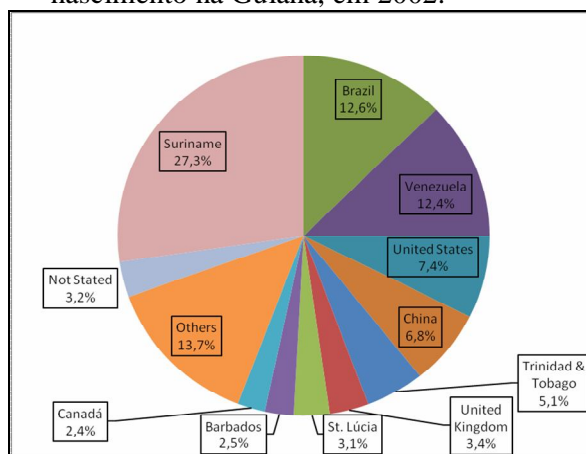
¹⁷² CAPEL, Horacio. Inmigrantes extranjeros en España. El derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grandes expectativas y duras realidades. **Escrita Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, n. 81, 13 de fevereiro de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-81.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2010.

¹⁷³ PROCÓPIO, Argemiro. **Diplomacia e desigualdade.** 2. ed., Curitiba: Juruá, 2011, p. 126.

¹⁷⁴ PPP-C e PNC-R

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/opinion/editorial/07/14/the-security-of-the-guyana-brazil-border/>>. Acesso em: 10 jun. 2011

Gráfico 2 – População de estrangeiros distribuída por país de nascimento na Guiana, em 2002.



Fonte: Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html#popcenfinal>>

A cizânia decorre também do fato de esses brasileiros serem trabalhadores sazonais. Desinteressados em se fixar definitivamente no país, poucos transcendem a barreira da língua oficial – o inglês – ou se inserem na cultura local. Essas peculiaridades da presença brasileira obstam a integração na comunidade e geram baixa participação política. Uma prova disso se vê na inexistência de registro de lideranças guianenses de origem brasileira.

A despeito dos estereótipos do subimperialismo, paradoxalmente, a maioria dos guianenses vê o Brasil com simpatia. Uma terra de oportunidades que oferece promessas de emprego e de uma vida melhor. Há um pouco de ressentimento com o fato de existirem relações tão tênues com o Brasil e tão poucos investimentos brasileiros por lá. Sentem que o Colosso do Sul está de costas para eles¹⁷⁶, que poderia fazer mais, com mais iniciativa e, obviamente, mais investimento.

Apesar de relutantes anfitriões, os guianenses viram surgir em seu mosaico étnico-cultural os *guybras*, filhos de brasileiros com guianenses. Transfronteiriços, dominam os códigos culturais e linguísticos de ambos os povos. São, como lembra Procópio, “Simpatizantes radicais do pragmatismo circunstancial, assumem a nacionalidade brasileira ou guianense segundo suas necessidades.”¹⁷⁷ Transitam com facilidade pelos costumes

¹⁷⁶ Disponível em: <<http://br.taringa.net/posts/noticias/3441/O-Brasil-sob-os-olhos-da-America-do-sul.html>>. Acesso em: 10 jun. 2011

¹⁷⁷ PROCÓPIO, Argemiro. Rev. Bras. Polít. int. 50 2 p. 97-117, 2007.

nortistas, nordestinos¹⁷⁸, africanos e *coolies*. Filhos de garimpeiros, reconhecidamente de baixo poder aquisitivo, apresentam uma identidade desprestigiada, no aspecto econômico, em ambos os lados da fronteira.

No Brasil, há o preconceito por ser negro e estrangeiro. Na Guiana, há um sentimento xenófobo bastante forte. Um sentimento que talvez represente uma mescla de desprezo e medo por um grupo que, embora reduzido, tem potencial de crescimento e de ameaça à identidade guianense e ao frágil equilíbrio étnico lá existente. Trata-se de um problema semelhante ao que ocorre em outras regiões de fronteira¹⁷⁹.

¹⁷⁸ A maioria dos garimpeiros da fronteira com a Guiana são originários do Pará, do Maranhão e de Roraima.

¹⁷⁹ PEREIRA, Mariana Cunha. **Reconstruções Identitárias em Sociedades Plurais**: os povos da fronteira Brasil – Guiana. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1305/1073>> Acesso em: 10 jun. 2011.

CAPÍTULO II – *PARAMOUNT DOCTRINE*: O CONTROLE DO ESTADO PÓS-COLONIAL

2.1 IDEOLOGIA *VERSUS* PRAGMATISMO: OS PARTIDOS POLÍTICOS E A INDEPENDÊNCIA

Na primeira metade do século 20, as organizações políticas da Guiana Britânica eram fragmentadas, representavam interesses setoriais e extratos étnicos da sociedade, por exemplo: *Guiana Industrial Workers Union* – GIWU, *British Guiana Labour Union* – BGLU, *Man Power Citizens' Association* – MPCA, *The League of Coloured People* – LCP, *British Guiana East Indian Association* – BGEIA, *Portuguese Club* e *Chinese Association*¹⁸⁰.

Em 1946, Cheddi Jagan, Janet Jagan, Jocelyn Hubbard e Ashton Chase, jovens comunistas, fundaram o *Political Affairs Committee*¹⁸¹ – PAC, embrião do partido socialista que criariam. Esse Comitê adotou o modelo do *Political Action Committee of the Congress of Industrial Organizations*¹⁸² dos Estados Unidos da América¹⁸³. Apelidado de *Push all Communism*¹⁸⁴, editaram o *PAC Bulletin* com o objetivo de difundir a teoria Marxista e unir o povo contra o colonialismo britânico. Atraíram jovens de todos os segmentos da população. Nesse mesmo ano, fundaram a *Women's Political and Economic Organization* – WPEO¹⁸⁵ para incentivar a participação feminina nos processos de tomada de decisões e nas instâncias de poder.

Após o massacre dos trabalhadores de Emmore¹⁸⁶, os líderes do *Political Affairs Committee* fundaram o Partido Popular Progressista – PPP¹⁸⁷ para combater o colonialismo e

¹⁸⁰ JAGAN, op. cit., p. 64.

¹⁸¹ Comitê para Assuntos Políticos

¹⁸² Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_v._Congress_of_Industrial_Organizations>. Acesso em: 17 jun. 2011.

¹⁸³ JAGAN, op. cit., p. 68.

¹⁸⁴ Empurrando todos para o comunismo.

¹⁸⁵ JAGAN, op. cit., p. 68.

¹⁸⁶ Cinco trabalhadores da fazenda Emmore mortos por policiais, enquanto protestavam por melhores condições. Atualmente é feriado nacional na Guiana

guiar a Guiana para a independência. Esse partido – a primeira organização de massas multirracial do país – apresentava-se como uma agremiação genuinamente nacional¹⁸⁸ e com programa socialista, copiado do jamaicano *Peoples's National Party*¹⁸⁹.

A estrutura original do partido obteve notável apelo popular. Sua reputação atraiu guianenses de todas as origens¹⁹⁰ – indianos, africanos e chineses¹⁹¹ engrossaram suas fileiras. Seu primeiro congresso, em abril de 1951, elegeu Forbes Burnham como Presidente do Partido, Cheddi Jagan como Líder do Grupo Legislativo e Janet Jagan como Secretária-Geral. Todos se tornaram presidentes da Guiana¹⁹².

Nesse ano, para viabilizar a independência¹⁹³, o Império Britânico outorgou à sua colônia uma constituição que oferecia, ao sistema da época, elevado grau de autogoverno¹⁹⁴ e irrestrito direito de voto¹⁹⁵. Esse foi o primeiro passo para a moderna história política da Guiana, que começou efetivamente em abril de 1953¹⁹⁶, quando Cheddi Jagan e Forbes Burnham obtiveram triunfante vitória na primeira eleição com sufrágio universal¹⁹⁷. Ganharam 18 das 24 cadeiras do parlamento e formaram o primeiro governo marxista eleito para o cargo. Provavelmente, o primeiro em todo o Império Britânico.

A Grã-Bretanha, embora comprometida com seu programa de descolonização, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, havia “projetado um futuro bastante conservador para as suas colônias, sonho do qual não compartilhava o Dr. Jagan. Logo ao

¹⁸⁷ *People's Progressive Party*

¹⁸⁸ JAGAN, Cheddi. **The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom.** London: Michael Joseph, 1966, p. 102.

¹⁸⁹ BIRBALSINGH, Frank. **The People's Progressive Party of Guyana.** London: Hansib Publications, 2007, p. 64.

¹⁹⁰ JAGAN, op. cit., p. 111.

¹⁹¹ Clinton Wong, guianense de origem chinesa, tornou-se vice-presidente do PPP.

¹⁹² JAGAN, op. cit., p. 102.

¹⁹³ Disponível em: <http://www.guyana.org/govt/declassified_british_documents_1953.html>. Acesso em: 17 jun. 2011.

¹⁹⁴ Waddington Constitution

¹⁹⁵ A constituição anterior era a clássica colonial, com restrição ao direito de voto.

¹⁹⁶ RABE, Stephen G. **U.S. Intervention in British Guiana: a cold war story.** The University of North Carolina Press, 2005, p. 13.

¹⁹⁷ JAGAN, op. cit., p. 111.

assumir o seu cargo [de *Premier*, em 1953], além de adotar uma atitude de confronto com a metrópole, mostrou sua intenção de [se] aproximar¹⁹⁸ da então União Soviética.

A tensão internacional causada pela Guerra Fria, “vigente no início dos anos 50 e a paranóia dos Estados Unidos com a possibilidade da expansão do comunismo”¹⁹⁹, confirmaram a previsão presunçosa de Winston Churchill de que, “na Guiana Britânica, o anticolonialismo americano seria compensado pelo anticomunismo²⁰⁰”. Apenas com 133 dias de Cheddi Jagan²⁰¹ no governo, o Escritório Colonial Britânico interveio e suspendeu a constituição, com o seguinte ato:

Tem sido evidente que as intrigas dos comunistas e seus associados, alguns em cargos ministeriais, ameaçam o bem-estar e boa administração da colônia. Se isso continuar sem contestação, eles tentarão, através de métodos que são familiares a outras partes do mundo, estabelecer um Estado dominado pelos comunistas. Isso levaria ao derramamento de sangue.

Tendo em conta os últimos acontecimentos, o Governo de Sua Majestade, sente a necessidade de enviar forças navais e militares para Georgetown (capital da Guiana Inglesa), a fim de preservar a paz e a segurança de todos.²⁰²

A política colonial de dividir para governar se colocou em prática. Em 1955, o Partido Popular Progressista e o movimento popular que representava dividiram-se em dois grupos. Um liderado por Cheddi Jagan e outro por Forbes Burnham. Pragmático, esse último percebeu que os britânicos e os norte-americanos jamais permitiriam a instalação de um governo comunista na região. Adotando um discurso moderado, rompeu com o Partido Popular Progressista e fundou seu próprio partido: o Congresso Popular Nacional – PNC²⁰³.

Como observa Bernard²⁰⁴:

Político astuto, Burnham aprendeu muito bem a lição de 1953. Compreendeu que naquele momento o radicalismo político não seria tolerado na Guiana e que os ingleses sob a tutela dos norte-americanos não concederiam a independência a nenhum governo com pretensões comunistas. Ademais, entendeu que Cheddi Jagan, por motivos ideológicos, não temperaria a sua posição radical. Logo, num lance oportunista, separou-se de Jagan em 1955, alegando que a política deste era radical demais, faria do país um satélite soviético e comprometeria sua luta pela independência.

¹⁹⁸ BERNARD, Cecily Philippa. **A República da Guiana e o mundo: Fundamentos para uma inserção guianense no contexto internacional.** Dissertação - Universidade de Brasília. Brasília, 1993. p. 15-17.

¹⁹⁹ BERNARD, op. cit., p. 17.

²⁰⁰ RABE, op. cit., p. 13.

²⁰¹ JAGAN, op. cit., p. 111.

²⁰² Ibid., p. 129.

²⁰³ *People's National Congress*

²⁰⁴ BERNARD, op. cit., p. 17.

A divisão do passado entre as duas principais forças políticas, por linhas raciais – *coolies* e africanos – gerou um antagonismo ainda hoje existente na sociedade guianense. Na época, Burnham declarou: “Um movimento nacionalista não pode ser sectário. E não podemos transmitir a impressão que somos um partido comunista. Para o movimento nacional, como o único em nossa área, isso seria o caminho mais rápido para o suicídio²⁰⁵.”

A análise política de Burnham e sua opção por fundar um novo partido se revelaram corretas. Os documentos que os Estados Unidos liberaram em 1997, sobre esse período da história, deixam claro que o governo americano via a ascensão do Partido Popular Progressista ao poder como a transformação da Guiana em uma nova Cuba. O que não admitiriam, como demonstra a comunicação do secretário de Estado do governo Kennedy, Dean Rusk²⁰⁶, ao Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido: “(...) acreditamos que Jagan e sua esposa americana são realmente esquerdistas, e que sua ascensão ao poder na Guiana Britânica seria um sério e desagradável revés nesse hemisfério²⁰⁷.”

A inteligência americana comungava desse entendimento: “Acreditamos que Jagan é comunista, mas o grau de controle de Moscou não é claro²⁰⁸.” A preocupação dos Estados Unidos com a independência da Guiana era tanta que, em 1962, o secretário de Estado enviou um memorando ao presidente Kennedy, descrevendo-lhe a situação da seguinte forma:

À luz de todas as evidências, até agora acumuladas, acredito que devemos basear nossa política na premissa de que, uma vez independente, Cheddi Jagan estabelecerá um regime marxista na Guiana Britânica e associará seu país ao bloco soviético, em um grau inaceitável, para um Estado do hemisfério ocidental²⁰⁹.

A solução encontrada foi alijar Cheddi Jagan e pavimentar a ascensão de Forbes Burnham ao poder. Arthur Schlesinger²¹⁰, na época Assessor Especial do presidente Kennedy, resumiu bem a situação: “Concordo que não há futuro com Jagan e que o risco Burnham é

²⁰⁵ MORRISON, Andrew. **Justice – The Struggle for Democracy in Guyana**. Red Thread Women’s Press, 1997, p. 11.

²⁰⁶ David DEAN RUSK (1909-1994) foi Secretário de Estado dos Estados Unidos de 1961 a 1969, nos governos Kennedy e Lyndon Johnson.

²⁰⁷ MORRISON, op. cit., p. 26.

²⁰⁸ Ibid., p. 29.

²⁰⁹ Ibid., p. 30.

²¹⁰ Arthur Meier Schlesinger Jr. – Assessor Especial do Pres. Kennedy

menor que o risco Jagan²¹¹”. Assim foi feito, em 1964 – dois anos antes da independência – houve eleição proporcional para o parlamento guianense, com o seguinte resultado²¹²:

Tabela 1 – Resultado da eleição de 1964.

PARTIDO	VOTOS	ASSENTOS
PPP	109.332	24
PNC	96.567	22
UF	26.612	07

Fonte: JAGAN, Cheddi *The West on Trial. The Fight for Guyana's Freedom*. 1972. p. 326.

Não obstante a vitória eleitoral do Partido Popular Progressista, os ingleses mudaram o formato eleitoral de maioria simples para o de representação proporcional. Rompendo uma tradição parlamentar, o governador britânico da Guiana, Sir Richard Luyt²¹³, convidou o líder do Congresso Popular Nacional, Forbes Burnham, para formar o governo com o apoio de Peter D’Aguiar, do Partido da Força Unida²¹⁴. Essa coalizão durou até 1968²¹⁵.

Sob as bênçãos da antiga metrópole e dos Estados Unidos da América, o Congresso Popular Nacional chegou ao poder. Em 26 de maio de 1966, o Duque de Kent, enviado pela Rainha Elizabeth II, transmitiu para Forbes Burnham, no Parlamento, os instrumentos constitucionais que outorgaram a independência à Guiana²¹⁶.

²¹¹ MORRISON, op. cit., p. 30.

²¹² JAGAN, op. cit., p. 326.

²¹³ Sir Richard Edmonds Luyt

²¹⁴ *United Force* – UF – partido capitalista fundado para atrair a classe média portuguesa, chinesa e coolie.

²¹⁵ Em 25 de setembro de 1967, um ano após a independência, o PNC consolidou seu controle sobre o Estado, independente de seu parceiro de coalização. O líder do UF não teve outra opção, a não ser renunciar. (HINTZEN, Percy C. *The Cost of Regime Survival*. Cambridge University Press. Cambridge, 2006, p. 156-157)

²¹⁶ Disponível em: <<http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter182.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

2.2 O PREÇO DA SOBREVIVÊNCIA DO REGIME: CRISE ECONÔMICA E SOCIAL

De 1966 até 1970 o alinhamento da Guiana com a política norte-americana recebeu boa costura da Aliança para o Progresso²¹⁷ e da elaboração do Primeiro Programa de Desenvolvimento. Esse plano, que atraía investimentos externos e de infraestrutura, deu pífios resultados: a dívida externa cresceu quase 300%²¹⁸, a carga tributária aumentou seis vezes e o desemprego atingiu um quarto da população²¹⁹.

As declarações de Burnham, nessa época, eram claramente anticomunistas, como essa, feita em 1966: “Nós rechaçamos o dogma e o sistema comunista como irrelevantes e incompatíveis com nossas aspirações e necessidades²²⁰.” Essa postura rendeu apoio dos Estados Unidos, tanto que a Guiana recebeu mais de 50% de toda a ajuda da *United States Agency for International Development*²²¹ para o Caribe.

Seu governo tinha duas prioridades: internamente, consolidar seu poder para estabelecer um sistema autoritário; externamente, assegurar a integridade territorial do país, diante das pretensões territoriais da Venezuela²²² e do Suriname²²³.

Justo por isso, a política exterior era de contenção dessas reclamações e de alinhamento com as posições dos Estados Unidos da América e do Brasil. Georgetown, desde a independência (1966), via o fortalecimento das relações com Brasília como essencial para conter as pretensões expansionistas da Venezuela. Essa política foi duramente criticada por Cheddi Jagan que, sem visão estratégica, rotulava o governo militar brasileiro de reacionário e fascista: “Apesar de repetidos avisos, o governo Burnham tem aprofundado as relações com o

²¹⁷ *Alliance for Progress* – programa desenvolvido em 1961 no governo Kennedy, para evitar a influência comunista na América do Sul e no Caribe.

²¹⁸ Disponível em: <<http://www.franzlee.org.ve/coopguy.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²¹⁹ O PIB passou de 464 milhões de dólares americanos, quando da independência, para 562 milhões, em 1971. A dívida externa triplicou no período, saltando de G\$ 107 para G\$ 319 milhões. A dívida externa passou G\$ 2,79 milhões, em 1966 para G\$ 15,1 milhões (1972: G\$ 1 = US\$ 0.50).

²²⁰ TURNO A., Sadio Garavini di. **A Política Exterior de Guyana**. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudos de América Latina, 1988, p. 80.

²²¹ USAID.

²²² Essequibo

²²³ *New River Triangle*

governo fascista do Brasil (...) O mais recente desperdício de dinheiro público é o estabelecimento de uma embaixada no Brasil²²⁴.”

A pacificação das fronteiras externas – ou ao menos o congelamento do problema – e a dificuldade dos Estados Unidos da América de intervir militarmente na região, após o acirramento da guerra do Vietnã, levaram o governo guianense a migrar para posições mais de esquerda, aproximando-se do bloco comunista, então existente.

Em 1970, a Guiana passou a ser uma república cooperativista e, logo em seguida, lançou o Plano Socialista²²⁵. Esse giro à esquerda ocorreu porque a população guianense tinha tradição sindical e anticolonial, independente de seu estrato étnico²²⁶. O Congresso Popular Nacional apossou-se dessa retórica socialista para se tornar aceitável pelas massas.

Lembra Bernard²²⁷ que: “a ideologia de ‘socialismo não alinhado’ adotada (...) bastou para evitar o tipo de pressão internacional que Jagan havia sofrido do Ocidente, devido a sua ideologia política abertamente em favor do Bloco Comunista.”

Embora Burnham apontasse a dependência do capital externo e de multinacionais como um dos males da nação, na prática, via esse controle estrangeiro sobre os setores mais importantes da economia também como um obstáculo a seu projeto de perpetuação no poder. Para tanto, expandiu a propriedade estatal sobre esses, por meio de nacionalizações²²⁸.

As indústrias de açúcar e bauxita, as principais do país, pertenciam ao capital estrangeiro. “Duas empresas britânicas, *Booker Bros. McConnell & Co. Ltd* e *Jessel's Securitie* controlavam a produção de açúcar e exerciam grande influência sobre a nação. No início de 1970, a *Booker Bros. McConnell*, sozinha, respondeu por quase um terço do produto interno bruto da Guiana. A empresa produziu 85% do açúcar guianense, empregou 13% da força de trabalho e responsabilizou-se por 35% das receitas cambiárias do país.”²²⁹

²²⁴JACKSON, Rashleigh. **Guyana's Diplomacy**. Free press, Georgetown, Guyana. 2003, p. 42.

²²⁵ 1971

²²⁶ Trabalhadores na fazenda de açúcar eram em sua maioria indianos e operários da extração de bauxita, afroguianenses.

²²⁷ BERNARD, op. cit., p. 21.

²²⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_da_Guiana>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²²⁹ Disponível em: <<http://countrystudies.us/guyana/55.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Em relação à mineração, a situação era parecida. “Duas empresas estrangeiras dominavam o setor: a *Demerara Bauxite Company* (Demba), subsidiária da *Aluminum Company of Canada* (Alcan) e a *Reynolds Bauxite Company*, subsidiária da americana *Reynolds Metals Company*. Juntas, essas empresas respondiam por 45% das divisas do país. As empresas estrangeiras também controlavam os principais bancos.”²³⁰

Durante a década de 1970, a Guiana nacionalizou as principais empresas que operavam no país. “Demba tornou-se uma empresa estatal em 1971. Três anos depois, o governo assumiu a *Bauxite Reynolds*. (...) em seguida, voltou sua atenção para a indústria do açúcar. (...) nacionalizou a *Securities Jessel*, em 1975 (...). Em 1976, o governo nacionalizou a companhia *Booker McConnell*. Ao final dos anos 1970, o governo controlava mais de 80% da economia²³¹.” Canadá, Reino Unido e Estados Unidos da América, países afetados pelas nacionalizações, em represália, reduziram sua assistência e os negócios com Georgetown²³².

Essas aquisições transformaram a renda nacional em débito internacional. Pesado ônus se transferiu para os ganhos futuros em moeda estrangeira²³³. A estipulação de que esses acordos de nacionalização seriam pagos com os lucros das empresas estatizadas era letra morta. As companhias deram enormes perdas. O governo ignorava como fazer o *marketing* do produto para o estrangeiro, como adquirir equipamentos, como obter licenças internacionais e como pagar as patentes de tecnologias utilizadas na indústria, em suma, não sabia administrar.

Essa nacionalização, travestida de socialismo, objetivava o domínio da economia pela elite afroguianense do Congresso Popular Nacional, que aparelhou todo o Estado e os meios de produção. Instalando um clientelismo perverso que levou a corrupção aos altos escalões e permitiu que a incompetência técnica desse novo grupo dirigente lesasse a capacidade produtiva do país.

Como consequência dessa política, os gastos do governo aumentaram 484%. A dívida externa duplicou, ao passar de US\$ 600 milhões para aproximadamente US\$ 1.3

²³⁰ Ibid.

²³¹ Ibid.

²³² BERNARD, *op. cit.*, p. 28.

²³³ Ibid., p. 32.

bilhões de dólares²³⁴, quase seis vezes o PIB da época. “A produção de bauxita que já havia caído de 3 milhões de toneladas por ano na década de 1960 para 2 milhões de toneladas em 1971, despencou para 1,3 milhões de toneladas até 1988”. De igual modo, “a produção de açúcar caiu de 330 mil toneladas, em 1976, para cerca de 245 mil toneladas em meados dos anos 1980, e reduziu-se para 168 mil toneladas até 1988. A Produção de arroz nunca mais atingiu o seu pico de 1977 de 210.000 toneladas. Em 1988, a produção nacional de arroz foi quase 40% menor²³⁵ do que em 1977.”

Resultado disso é que a *renda per capita* declinou. Estimativas oficiais apontam uma queda de 15% entre 1976-1980. O desemprego tornou-se crônico e atingiu 40% da força de trabalho. A inflação aumentou. Os investimentos privados estrangeiros desapareceram. As agências de créditos internacionais reduziram a ajuda à Guiana²³⁶.

Nesse período, acentuou-se o êxodo de mão de obra qualificada, sobretudo, para os Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha. Calcula-se que 72 mil guianenses emigraram entre 1976 e 1981, quase um décimo da população²³⁷. O país perdeu as pessoas mais qualificadas²³⁸. Houve emigração para os países vizinhos. Os produtores de arroz, em sua maioria, emigraram para o Suriname, diante dos baixos preços pagos pela agência estatal comercializadora da Guiana, e 60% das terras cultivadas com arroz foram abandonadas. Os criadores de gado, principalmente do sul do país, mudaram para a Venezuela e alguns para o Brasil, após a revolta de Rupununi²³⁹, tema trabalhado no quinto capítulo desta tese. Terras produtivas foram reduzidas à agricultura de subsistência e à plantação de drogas ilícitas, especialmente maconha.

Iniciou-se, nesse cenário, o Terceiro Plano de Desenvolvimento (1977-1983), ancorado em empréstimos do Fundo Monetário Internacional, condicionados a “orientações econômicas” e redução do déficit público. A política econômica ditada pelo FMI sequer impediu a deterioração da economia guianense. Não obstante os créditos concedidos de US\$

²³⁴ Ibid., p. 32.

²³⁵ Disponível em: <<http://countrystudies.us/guyana/55.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²³⁶ PEFAUR, Beatriz. **Cáceres de. Guyana Hoy**. Corpoandes. Editorial Venezolana, p. 159.

²³⁷ Disponível em: <<http://countrystudies.us/guyana/55.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²³⁸ BERNARD, op. cit., p. 33.

²³⁹ A revolta de Rupununi foi a tentativa de independência do sul da Guiana, formentada pela Venezuela. Há tese da Unicamp sobre o assunto, de lavra do Prof. Dr. Carlos Alberto Borges da Silva.

18,8 milhões de dólares, em 1978, US\$ 80 milhões em 1979, US\$ 132,1 milhões em 1981, aumentado, posteriormente, para US\$ 174 milhões²⁴⁰. O próprio Brasil concedeu, em 1976, uma linha de crédito de US\$ 5 milhões, posteriormente, elevada para US\$ 10 milhões de dólares²⁴¹.

A elite do Congresso Popular Nacional perdeu a oportunidade de aproveitar o fluxo de capital para equilibrar a economia. Ela sabia que os empréstimos do FMI, prorrogados até 1983, apesar dos fracassos guianenses, tinham finalidade política e objetivavam amenizar a influência esquerdista no Caribe²⁴², como revelou o *Washington Post*²⁴³.

As consequências desse plano foram lastimáveis, com decréscimo econômico, aumento do déficit, redução de gastos sociais e comprometimento das reservas públicas para pagamento de empréstimos. Em razão disso, a economia estagnou e entrou em acentuada deterioração. A infraestrutura desintegrou-se, inclusive a geração de energia elétrica. A política salarial naufragou, juntamente com o comércio e os investimentos. O PIB da Guiana reflete essa deterioração da economia, decrescendo 6% ao ano durante a década de 1980. Em 1990, o PIB era de apenas US\$ 275 milhões e a renda *per capita* de US\$ 369,00, uma das mais baixas do continente americano²⁴⁴.

Observa Bernard que, em 1983, depois de vários pacotes de ajuda, o FMI e a Guiana não conseguiram “chegar a um acordo sobre um empréstimo de US\$ 90 milhões. Por causa das moras acumuladas com o Fundo, a Guiana foi declarada inelegível para empréstimos futuros. O Banco Mundial (BIRD) e o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), instituições com as quais o país também estava em atraso (...) seguiram o caminho do FMI, virtualmente eliminando o país da assistência financeira do Ocidente.”²⁴⁵,

A diáspora da mão de obra qualificada continuou e até se acentuou. A pobreza se tornou perene. A economia não colapsou apenas por causa da informalidade e da remessa de dólares dos guianenses que moravam no exterior.

²⁴⁰ Disponível em: <<http://www.franzlee.org/ve/coopguy.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁴¹ TURNO A., op. cit., p. 123.

²⁴²“(...) of potentially major significance in US efforts to check the spread of leftist influence in the Caribbean”

²⁴³ Disponível em: <<http://www.franzlee.org/ve/coopguy.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁴⁴ Ibid.

²⁴⁵ BERNARD, op. cit., p. 36.

Burnham nunca reconheceu os efeitos desastrosos de seus planos econômicos. Somente após sua morte, em 1985, essas políticas começaram a ser revistas. Seu sucessor, Desmond Hoyte²⁴⁶, isolado e pressionado pelos credores internacionais, implementou as reformas propostas pelo FMI, abriu a economia e desmontou o Estado socialista. Com isso, a estrutura de poder do Congresso Popular Nacional se enfraqueceu e seus alicerces ruíram. Em 1992, Cheddi Jagan, de origem indiana e líder da oposição, elegeu-se presidente. Governou por cinco anos. Faleceu no exercício da função, em 1997.

Janet Jagan, viúva de Cheddi Jagan, elegeu-se presidente em 1997. Dois anos depois²⁴⁷, renunciou por problemas de saúde. Assumiu o poder Bharrat Jagdeo, também do Partido Popular Progressista, atual presidente da Guiana. Jagdeo iniciou a aproximação com o Brasil e tenta implementar a opção continental, tantas vezes adiada.

Hodiernamente, a Guiana tenta se viabilizar, mas está por se recuperar das políticas econômicas incorretas e da prática de clientelismo, enraizada nos anos de governo de Forbes Burnham. O mercado interno pequeno, a infraestrutura precária e o êxodo constante da mão de obra qualificada impedem a acumulação própria de capital, tornando o país dependente de financiamento externo. A solução para esses problemas, com a inserção na economia informatizada, é o grande desafio para o futuro do país.

2.3 SOCIALISMO COOPERATIVO: MANIPULAÇÃO, CORRUPÇÃO E FRAUDE

O objetivo da nacionalização, segundo Brunham (1966-1985), era criar um terceiro setor na economia nacional: o cooperativo. Ao lado do privado e do estatal deveria ser o dominante. Historicamente, esse setor cooperativo tem sido, e ainda permanece assim, como parte liliputiana da economia guianense. Até as instituições que se designam como cooperativas são fundadas, mantidas e operadas pelo Estado, como: *Guyana National Co-operative Bank*, *Guyana Agricultural Co-operative Development Bank*, *Guyana National Co-*

²⁴⁶ Hugh Desmond Hoyte

²⁴⁷ 1999

operative Bank Trust Company. As cooperativas fundadas pela iniciativa privada operam como empresas capitalistas, utilizam da denominação “cooperativa” para obterem isenções²⁴⁸.

Outro aspecto desse socialismo cooperativista diz respeito à percepção que era parte da doutrina socialista, a existência de um partido que predominava sobre todos e até sobre o Estado. Essa política de supremacia partidária – *paramount doctrine* – resultou na união do partido oficial a um departamento do governo e em seu financiamento com fundos públicos. Como afirmou Burnham: “É o partido que formula a política baseado na sua ideologia, estratégia e tática (...) é o partido que depois seleciona os membros do governo político para executar a sua política”²⁴⁹.

Como o Congresso Popular Nacional carecia de legitimidade popular, essas medidas resultaram na declaração de uma ditadura. “Da supremacia do partido à supremacia do líder foi um passo bastante curto. A consolidação do poder máximo de Burnham veio em 1980 com a promulgação da nova constituição²⁵⁰,” que lhe concedeu o poder de nomear o líder da oposição, demitir funcionários, “consolidando assim a ascendência do aparato político sobre a burocracia estatal²⁵¹”.

O controle autoritário de Burnham sobre a sociedade civil se deu por meios ideológicos e coercitivos. Em 1967, as forças de defesa eram de 1.124 homens. Dez anos depois, alcançaram a impressionante cifra de 21.751 militares, predominantemente afroguianenses, ou seja, um militar para cada 37 civis²⁵². Montou-se um aparato institucional para perpetuar Burnham no poder.

Esses aspectos do socialismo cooperativista se acompanharam de publicidade autopromocional e iniciativas “radicais” de política exterior: reconhecimento de Cuba, apoio ao Movimento para Libertação de Angola – MPLA, retórica antiapartheid, suporte à causa árabe, apoio à Nova Ordem Econômica Internacional, visitas e contatos com o Leste Europeu e com a República Popular da China. Porém, quando examinado esse quadro em conjunto

²⁴⁸ PEFAUR, op. cit., p. 161.

²⁴⁹ BURNHAM, Forbes. **Toward the Socialist Revolution**. Georgetown: People’s National Congress, 1975, p. 8.

²⁵⁰ BERNARD, op. cit., p. 23.

²⁵¹ Ibid., p. 23.

²⁵² HINTZEN, Percy C. **The Cost of Regime Survival**. Cambridge University Press. Cambridge, 2006, p. 161.

com o panorama interno, ele é predominantemente propagandístico, por exemplo: o apoio ao MPLA se deu apenas no estágio final da guerra. O reconhecimento de Cuba se insere em iniciativa da comunidade caribenha em reconhecer diferentes regimes.

Entretanto, a despeito de tantas evidências da intenção propagandística do governo na área de política externa, os atos de nacionalização da indústria e a retórica socialista levaram o líder da oposição, Cheddi Jagan, cego por sua intransigência ideológica, a acreditar na virada radical do regime rumo ao socialismo de Moscou. Por isso, em 1975, o Partido Popular Progressista adotou a política de *critical support* ao governo Burnham²⁵³.

Essa nova linha da oposição se refletiu na adoção da tese de pluralidade de partidos socialistas, segundo a qual, o objetivo de todos era sobrepujar o capitalismo. Cheddi Jagan e as demais lideranças de seu partido demoraram a perceber que a “radicalização” da administração do Congresso Popular Nacional se cercou de medidas antidemocráticas, como: eleições fraudadas para negar a vontade do eleitorado, supressão de direitos humanos e de sindicalização, abolição do princípio da legalidade e da independência do Judiciário. O que resultou no afastamento das massas de qualquer chance de poder.

O socialismo cooperativista durou pouco. A grave crise econômica, o falecimento inesperado de Burnham e a abertura política de Desmod Hoyte levaram ao seu fim. Remanesce, contudo, a alusão ao cooperativismo no nome oficial da República da Guiana e em várias de suas instituições²⁵⁴.

2.4 RAÇA, CREDO E POLÍTICA NA “TERRA DOS SEIS POVOS”²⁵⁵

Cheddi Jagan e Forbes Burnham foram os líderes mais carismáticos na curta vida política da Guiana. Suas carreiras individuais e conjuntas definiram a história do país desde 1940 até o final da década de 1990. Desditosamente, a longa luta desses dois homens pelo

²⁵³ Disponível em: < http://www.guyanajournal.com/ppp_birbalsingh.html>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁵⁴ *Guyana National Co-operative Bank, Guyana Agricultural Co-operative Development Bank, Guyana National Co-operative Bank Trust Company*

²⁵⁵ Disponível em: < <http://www.landofsixpeoples.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

poder comprometeu o desenvolvimento do país e inibiu a idéia de nação. A exploração das divisões étnicas, arquitetadas por eles como estratégia de mobilização eleitoral e de governo, deixou amargo legado ao país. Conflito e desunião ainda engrossam o debate político e desafiam seus sucessores.

Ambos se elegeram presidentes e falharam em forjar um sentimento de nação. Essa tarefa ficou para uma nova geração de líderes políticos que tem a árdua missão de reformular a política guianense e reconciliar os habitantes da “terra dos seis povos²⁵⁶”, como a Guiana era chamada no período que antecedeu à independência. Essa missão está em curso. É um processo lento, marcado pelo antagonismo do mundo pós-Guerra Fria, redefinido pela emergência da Ásia como o epicentro da economia global.

A passagem da Ásia de mercado do colonialismo europeu para centro vital da economia mundial muito ensina à Guiana. O relativo sucesso de países como a Malásia – com longo histórico de conflitos étnicos²⁵⁷ –, no novo contexto internacional, pode dar à nova geração de líderes guianenses motivos para reconhecer que a política de pluralismo racial fornece a base para administrar a diversidade cultural da qual a sociedade guianense é herdeira.

Em sua curta história a Guiana já viu presidentes de diversificadas origens. As diferenças são grandes. Quer pelo gênero: homem²⁵⁸ e mulher²⁵⁹, pela raça: chinês²⁶⁰, indiano²⁶¹, africano²⁶² e europeu²⁶³ ou pelo credo: anglicanos²⁶⁴, hindus²⁶⁵ e judeus²⁶⁶. Talvez repouse nessa diversidade, raiz de tantos conflitos, a solução para o desenvolvimento do país. Daí a importância de se conhecer a biografia desses líderes da Guiana, ver o caminho que traçaram e a melhor forma de administrar os conflitos que dividiram sua sociedade.

²⁵⁶ Disponível em: < <http://www.landofsixpeoples.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁵⁷ Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mal%C3%A1sia>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁵⁸ Arthur Chung, Forbes Burnham, Desmond Hoyte, Cheddi Jagan e Bharrat Jagdeo.

²⁵⁹ Janet Jagan.

²⁶⁰ Arthur Chung

²⁶¹ Cheddi Jagan e Bharrat Jagdeo.

²⁶² Forbes Burnham e Desmond Hoyte.

²⁶³ Janet Jagan.

²⁶⁴ Arthur Chung, Forbes Burnham e Desmond Hoyte.

²⁶⁵ Cheddi Jagan e Bharrat Jagdeo.

²⁶⁶ Janet Jagan.

2.4.1 O Presidente chinês (1970-1980)

Arthur Raymond Chung, o primeiro presidente da Guiana, guarda o simbolismo de ser o único descendente de chineses a chefiar o Estado de uma nação não-asiática. Assumiu em 1970, após o país se tornar República e o presidiu até a reforma constitucional de 1980, quando substituído por Forbes Burnham, que acumulou as funções de chefe de Estado e de Governo.

Não se pode dizer que houve política externa conduzida por Arthur Chung, seu cargo era apenas cerimonial e quem sempre deteve o poder real foi Burnham. Mas é inegável que sua assunção à presidência emitiu claro sinal de aproximação com a China, visitada por ele em abril de 1977, ocasião em que manteve encontro com o presidente chinês Hua Guofeng²⁶⁷ e o Vice-premier Li Xiannian²⁶⁸.

Essa viagem, marcada por simbolismo, de ambos os lados, ajudou a reforçar laços com a nação que alguns anos depois se assumiria como o gigante asiático. Essa iniciativa diplomática de Georgetown veio na esteira da ousada decisão do Congresso Popular Nacional de reconhecer a República Popular da China.

2.4.2 O Presidente negro (1980-1985)

Cheddi Jagan, ao retornar dos Estados Unidos²⁶⁹, em outubro de 1943, iniciou a movimentação política que levaria à independência da Guiana e à sua transformação em nação socialista. Com o escopo de angariar apoio da comunidade afroguianense, avessa a ele em virtude de sua origem indiana, convidou lideranças negras, dentre as quais se destacava o

²⁶⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hua_Guofeng>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁶⁸ Disponível em: <<http://cncforumenglish.mofcom.gov.cn/aarticle/aboutus/200411/20041100299136.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁶⁹ JAGAN, op. cit., p. 59.

jovem Forbes Burnham, advogado formado na Inglaterra e um dos fundadores do Partido Popular Progressista.

Forbes Burnham era o típico representante da elite afroguianense: protestante, educado na Inglaterra e criado em Georgetown. Não atuava no vácuo histórico ou cultural. Representava o grupo que se sentia herdeiro do governo britânico. A rivalidade com Cheddi Jagan, hindu, camponês e instruído nos Estados Unidos, desde logo surgiu e tem raízes até sociológicas, embora Stephen Rabe²⁷⁰ aponte apenas um combate egoístico por poder.

Na prática, essa luta política produziu um racha no Partido Popular Progressista, liderado por ambos, e tal divisão se estendeu à sociedade. De um lado, os afroguianenses fundaram seu próprio partido, o Congresso Popular Nacional – PNC, de outro, os indoguianenses permaneceram no Partido Popular Progressista – PPP. Essa fratura expôs a divisão étnica latente na sociedade, mas até então desconhecida na batalha pelo poder, com bases raciais.

Após a vitória na eleição de 1953, Burnham exigiu a liderança do partido, sob pena de se retirar²⁷¹, o que de fato aconteceu dois anos depois. Sua estratégia era controlar os votos negros urbanos e para isso fundou seu próprio partido, o Congresso Nacional Popular, em 1957. Em 1963, conseguiu apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra, como candidato moderado e anticomunista que levaria a Guiana à independência. Burnham queria o poder e o conseguiu. Entretanto, dele o país guarda desagradáveis lembranças.

William Shakespeare²⁷² disse que: “Aos homens sobrevive o mal que fazem, mas o bem quase sempre com seus ossos fica enterrado”. Essa frase se aplica a Forbes Burnham. Homem sem princípios²⁷³, na presidência, fraudou todas as eleições que disputou. Para dar uma aparência multirracial a seu governo, ainda que apenas simbólica, usou o poder, a chantagem e o dinheiro para angariar apoios, inclusive na comunidade indoguianense.

²⁷⁰ RABE, op. cit., p. 53.

²⁷¹ BIRBALSINGH, op. cit., p. 45.

²⁷² SHAKESPEARE. William Júlio César. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/william-shakespeare/julio-cesar-3.php>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁷³ BIRBALSINGH, op. cit., p. 182.

Também o acusam de estabelecer a divisão étnica com base em estrutura de corrupção. Instituiu um regime de medo²⁷⁴. Acabou responsabilizado pelo assassinato de Walter Rodney, ameaça real a seu poder, pois era liderança negra guianense²⁷⁵, com amplo apoio em Georgetown. De igual forma o responsabilizam pela emigração massiva da mão de obra qualificada, o desastroso *brain drain*²⁷⁶ de quase um décimo de sua população²⁷⁷. Tornando o país uma das nações particularmente prejudicadas por essa perda de cérebros²⁷⁸.

Contudo, para alguns, ele se mostrou como um líder inteligente e pragmático que guiou a nação à independência e assegurou sua integridade territorial, ante as aspirações da Venezuela²⁷⁹ e do Suriname²⁸⁰. Visionário, personagem central na formulação da *Caribbean Free Trade Association* – CARIFTA foi um dos fundadores da *Caribbean Community* – CARICOM, sendo signatário do Tratado de Chaguaramas²⁸¹.

Inaugurou a representação diplomática em Brasília e estimulou a aproximação com o Brasil, percebido à época como opção continental e parceiro seguro para conter as pretensões expansionistas da Venezuela sobre Essequibo.

Em 1972, ainda como primeiro-ministro de Arthur Chung, estabeleceu relações diplomáticas com Cuba e trabalhou para que a Jamaica, Barbados e Trinidad e Tobago rompessem o isolamento diplomático à ilha caribenha. Em movimento ousado, aproximou-se da China, então sob regime maoísta. Um dos primeiros líderes a se posicionar contra o *apartheid*, aliou-se aos movimentos de independência das nações africanas.

Essa atuação no cenário internacional impactou favoravelmente à Guiana, sendo eleita, em 1974, para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

²⁷⁴ Ibid., p. 45.

²⁷⁵ Ibid., p. 182/183.

²⁷⁶ Ibid., p. 182.

²⁷⁷ Disponível em: <<http://countrystudies.us/guyana/55.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁷⁸ Disponível em: <http://www.guyanachronicleonline.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=11181:guyan-a-tops-most-improved-list&catid=4:top-story&Itemid=8>. Acesso em: 17 jun. 2011

²⁷⁹ Essequibo.

²⁸⁰ *New River Triangle*.

²⁸¹ MAJEED. op. cit., p. 28.

Depois de sua morte, Rajiv Gandhi, então primeiro-ministro da Índia (1984-1989), elevou-o ao patamar de um dos grandes líderes de seu tempo.²⁸²

A ironia da história é que Forbes Burnham, reconhecido pelo governo britânico como socialista moderado, se comparado ao grupo liderado por Cheddi Jagan, morreu depois de cirurgia realizada por médicos cubanos e guianenses, em 1985. Por sua vez, Cheddi Jagan, esquerdista radical, ostensivamente marxista-leninista, faleceu em 1997, sob os cuidados de médicos americanos, em Washington.

2.4.3 O Presidente da abertura (1985-1992)

A morte prematura de Forbes Burnham levou ao poder outro afroguianense, Desmond Hoyte²⁸³, seu vice-presidente e primeiro ministro, também do Congresso Nacional Popular. Hoyte era um técnico, ex-ministro da Fazenda por mais de uma década, conhecia, como poucos, o funcionamento da Guiana e sabia que o “socialismo cooperativo” tinha falhado. Seu governo surpreendeu ao abandonar o discurso ideológico e se voltar para a recuperação econômica e abertura política.

Percebeu que o controle pelo Estado de quase 80% dos meios de produção, efetuado por Burnham, revelou-se ruinoso e o alinhamento com a então União Soviética tornou a Guiana vítima da Guerra Fria. As mudanças foram complexas. Seu partido vinha de um longo período de suporte à ortodoxia marxista e a oposição era incondicionalmente pró-soviética.

Hoyte deu os primeiros passos para abandonar a agenda socialista interna e externamente. Afastou do governo elementos notoriamente esquerdistas e os substituiu por tecnocratas. Fechou a escola de treinamento ideológico de seu partido, o PNC, e encerrou os convênios para formação política em Cuba e na extinta União Soviética. Também cancelou os acordos para treinamentos militares com as nações do Leste Europeu. Isso facilitou a aproximação com os Estados Unidos.

²⁸² Ibid., p. 1.

²⁸³ 1985

Segundo Cheddi Jagan²⁸⁴, Hoyte “fingiu se distanciar da imagem de autoritário de seu antecessor, mas a máscara caiu quando ele, em dezembro de 1985, fraudou as eleições, a fim de permanecer no poder”. Somente com pressão internacional o regime, isolado e fraco, permitiu eleições gerais livres e justas.

Na segunda metade da década de 1980, a situação do país era crítica²⁸⁵. A economia enfrentava imensas dificuldades: desemprego, dependência do mercado externo de *commodities*, ausência de capacidade industrial, escassez de mão de obra qualificada, estrutura econômica inadequada.

Na economia, adotou o receituário de Washington, com pesadas medidas de contenção de despesas: desvalorização da moeda, elevação da taxa de juros e redução do déficit orçamentário. As consequências dessa política são conhecidas: declínio real dos salários, elevação generalizada de preços, corte de investimentos, especulação, recessão, desemprego e grave crise social.

Cheddi Jagan e seu partido se opuseram à política liberalizante do novo governo, que enfrentou cerca de 712 greves. A pressão política levou Hoyte a anunciar, em 1987, durante Congresso do PNC, que seu partido rejeitava a ortodoxia comunista e a idéia de partido único, foi o início da abertura democrática²⁸⁶.

Na área externa, afirmou que essa se basearia na realidade e ambicionaria o possível. Disse que: “não somos a consciência do mundo. Não somos o guardião da chama sagrada da justiça e da moralidade internacional. Não somos Dom Quixote em busca de sonhos impossíveis. Nossa política externa deve ser a do possível. Não vamos buscar o Santo Graal. Somos pessoas práticas, vivendo em um mundo prático. Temos que nos adequar às praticidades do mundo²⁸⁷”.

Sustentava que a política externa se associaria ao desenvolvimento econômico e partiria do pressuposto de que “a Guiana era o centro do mundo²⁸⁸”. Disse, ainda, que ela

²⁸⁴ JAGAN, op. cit., p. 449.

²⁸⁵ Disponível em: <<http://www.franzlee.org.ve/coopguy.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁸⁶ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/People%27s_National_Congress>. Acesso em: 17 jun. 2011.

²⁸⁷ HOYTE, op. cit., p. 24.

²⁸⁸ Ibid., p. 34.

tinha que trazer benefícios efetivos. Por isso, via suas relações externas em “três círculos concêntricos. O primeiro, cimentar as relações com nossos vizinhos: Venezuela, Brasil, Suriname e, lógico, Caricom. O segundo, cimentar as relações com os vizinhos continentais das Américas do Norte, do Sul e dos países caribenhos que não são parte da Caricom. E, por último, cimentar as relações com as demais nações do mundo²⁸⁹”.

Ainda em 1989, compreendeu a importância das questões ambientais, sendo o arquiteto da Reserva Ambiental Iwokrama²⁹⁰, a primeira reserva ecológica do mundo gerida por um consórcio internacional. O foco de sua política externa foi o restabelecimento dos laços com os Estados Unidos da América e o abandono da política ideológica.

2.4.4 O Presidente indiano (1992-1997)

Cheddi Jagan veio de uma típica família hindu. Seu pai era imigrante e cortador de cana. Cresceu em ambiente estritamente indiano, marcado pela pobreza e pelo trabalho rural, como relata em seu livro autobiográfico *The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom*²⁹¹. Inteligente, conseguiu bolsa para estudar odontologia nos Estados Unidos da América²⁹², onde ficou por sete anos, entre 1936 e 1943. Nesse período, travou contato com as ciências sociais, com o legado de Mahatma Gandhi e com a questão indiana. Também conheceu o racismo e o preconceito²⁹³. Todos deixaram marcas indeléveis em sua formação.

Sua influência cultural variada se marcou profundamente pela leitura da autobiografia do líder indiano Nehru²⁹⁴, intitulada *Towards Freedom*. Casou-se com uma judia americana de origem tcheca, Janet Rosenberg, com desaprovação dos dois lados da fronteira cultural²⁹⁵. Ela integrava a Liga de Jovens Comunistas dos Estados Unidos e o

²⁸⁹ Ibid., p. 34.

²⁹⁰ Iwokrama significa, no idioma Macuxi, lugar de refugio. A rodovia que liga o Brasil a Georgetown atravessa 72 quilômetros dessa reserva, a primeira do mundo a ser administrada por um consórcio internacional.

²⁹¹ *The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom*. London: Michael Joseph, 1966.

²⁹² *Howard University Dental School*, em Washington, D.C. e *Northwestern University*, em Chicago.

²⁹³ JAGAN, op. cit., p. 58.

²⁹⁴ BIRBALSINGH, op. cit., p. 29.

²⁹⁵ JAGAN, op. cit., p. 58.

apresentou à literatura marxista-leninista. De volta à Guiana, Jagan e sua esposa formaram grupos de jovens comunistas e em torno do *Political Action Committee*, a base do partido marxista que mais tarde fundaram: o Partido Popular Progressista.

O resto da carreira de Jagan se conhece. Em 1947, elegeram-no membro do Conselho Legislativo, o parlamento da Guiana. Depois se tornou líder do Partido Popular Progressistas – PPP desde sua fundação em 1950 até sua morte em 1997. Seu partido ganhou a eleição legislativa de 1953 e após 133 dias no poder, como *Chief of Ministry* da então Guiana Britânica, foi removido do cargo. Venceu as eleições de 1957 e de 1961, liderou ambos os governos como *Premier*. Em 1964, embora seu partido tenha obtido a maioria dos assentos no parlamento foi alijado do poder por um novo sistema de representação proporcional²⁹⁶. Apenas em 1992 conseguiu ser presidente, após vencer a primeira eleição sem fraude desde 1964; governou o país até seu falecimento, em 1997.

O pensamento político de Cheddi Jagan reflete o contexto social em que viveu. Ele descende de trabalhadores indianos que chegaram ao país, na segunda metade do século 19, para substituir a mão de obra africana, recém libertada da escravidão. Como parte do contrato de trabalho, esses imigrantes indianos receberam passagem de volta para a Índia e, por isso, não fizeram grandes esforços de integração ao resto da sociedade ou para assimilar as normas e as práticas sociais. Ocorre que, em vez de retornarem à Índia, eles se tornaram a maioria na Guiana e o segundo grupo étnico em Trinidad.

Desde cedo surgiu o receio de que os indianos assumissem o controle dessas sociedades, pois sua cultura “pagã” significaria o fim do processo civilizatório britânico. Justamente por isso, na Guiana, o temor de dominação indiana era grande, já que representavam a maioria da nação. Assim, enquanto em Trinidad as lideranças indianas eram mais defensivas e conciliatórias, na Guiana, ao contrário, foram inflexíveis²⁹⁷.

Nenhum líder indoguanense representa melhor esse radicalismo que Cheddi Jagan. Embora a rigidez messiânica tenha dado o impulso inicial à sua carreira política, assegurando-lhe expressivo sucesso eleitoral, gerou a intransigência ideológica que o impediu de trabalhar com as demais forças que buscavam a independência da Guiana. Provavelmente, isso

²⁹⁶ BIRBALSINGH, op. cit., p. 28.

²⁹⁷ HINTZEN, op. cit., p. 3

representa um importante fator para o fracasso do projeto de união política entre afrodescendentes e indianos, ocorrido em 1953.

A inabilidade política em interpretar os sinais do tempo e os espaços de poder, levou Jagan a querer implantar um Estado comunista às portas dos Estados Unidos da América, em plena Guerra Fria. Pagou a ousadia com décadas de ostracismo. Apenas após o desmantelamento da União Soviética conseguiu chegar ao poder, com um discurso social-democrata, exibindo um pragmatismo que lhe faltou ao longo de quase toda sua longa vida política.

Menos gerencial e mais ideológico, seu governo seguiu a política externa de seu antecessor, com mudanças mais verbais que práticas. Tal fato serviu para desdramatizar as relações com os Estados Unidos da América, que o perseguiram no passado. Na presidência, Jagan tentou emprestar maior visibilidade ao país frente à comunidade internacional, ao defender uma nova agenda mundial estruturada em torno de questões como democracia, desenvolvimento, redução da pobreza, perdão das dívidas das nações empobrecidas, direitos humanos e meio ambiente.

Não se pode dizer que obteve êxito em sua empreitada. O discurso adotado era igual ao de várias nações, inclusive do Brasil. Faltou-lhe projeto próprio e visão moderna de mundo. De costas para a América do Sul, não percebeu a opção que essa oferecia para a Guiana. Tampouco soube explorar as afinidades com a Índia, terra de seus pais e de boa parte da população de seu país, para buscar parceira estratégica, essencial em um mundo globalizado.

Um último ponto a ser ressaltado, embora fosse recorrente em seus discursos a menção à nova ordem democrática guianense, com incorporação da sociedade ao centro decisório, em seu governo (1992–1997) não houve alteração no processo de formulação da política externa, que continuou centrado na figura do Presidente, com pouco pluralismo e transparência.

2.4.5 O Presidente de transição (1997-1997)

Após a morte de Cheddi Jagan, Samuel Hinds, primeiro-ministro, tomou posse como presidente interino, nos termos da Constituição. Afroguianense – rotulado de fantoche²⁹⁸ dos *coolies* pelo Congresso Popular Nacional²⁹⁹ – coube-lhe garantir a estabilidade do país, diante do vazio político, e presidir as eleições, marcadas para dezembro de 1997.

Seu governo durou pouco mais de nove meses³⁰⁰ e apresentou um caráter de transitoriedade, sem grandes projetos ou marcos a assinalar. Sua maior atividade diplomática consistiu em recepcionar os observadores internacionais da eleição presidencial que elegeu Janet Jagan.

2.4.6 A Presidente judia, branca e norte-americana (1997-1999)

A história recente da Guiana confunde-se com a do casal Jagan, Cheddi e Janet. Após a morte do marido, ela se tornou Primeira-ministra, sendo eleita presidente³⁰¹. A revista *Times* chegou a compará-la a Eva Peron³⁰², um exagero. Ela de fato foi mais poderosa que aquela e bem menos amada por seu povo. Ganhou a eleição presidencial numa apertada³⁰³ margem³⁰⁴ e seu governo durou um ano e oito meses. Renunciou por problemas cardíacos que a impediram, segundo suas palavras, de exercer a liderança vigorosa e forte que o país precisava³⁰⁵.

²⁹⁸ *negroe puppet*

²⁹⁹ Disponível em: <<http://propagandapress.wordpress.com/2011/01/23/wikileaks-guyana-names-to-watch-for/>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

³⁰⁰ Durou de 06 de março a 19 de dezembro de 1997

³⁰¹ Dezembro de 1997.

³⁰² Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,828158,00.html>>. Acesso em: 17 jun. 2011.

³⁰³ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Guyanese_legislative_election,_1997>. Acesso em: 17 jun. 2011

³⁰⁴ 55,3% dos votos.

³⁰⁵ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Janet_Jagan>. Acesso em: 17 jun. 2011

Obteve projeção internacional por ser a primeira mulher nascida nos Estados Unidos da América a assumir a presidência de uma nação; a primeira judia a ocupar, nos tempos modernos, cargo de tamanha envergadura, ainda que em um pequeno país. Não usou essa visibilidade. Centrada em problemas internos, especialmente em questões partidárias, manteve inalterada a política externa de aproximação com os Estados Unidos da América, com pouco mais de politização.

A crítica feita à sua conduta internacional é a mesma que recai sobre a de seu marido: pouco ativa e esquecida da América do Sul. O eixo de suas relações externas se focava em busca de investimentos e ajuda entre os países ricos, bem como na integração cultural com as nações da Caricom.

2.4.7 O jovem Presidente indiano (desde 1999)

O fim do governo de Janet Jagan coincide com o esgotamento das antigas forças políticas que lutaram pela emancipação do país. Seu partido, em processo de renovação, abriu espaço para as jovens lideranças, dentre as quais se destacava Bharrat Jagdeo, economista formado na antiga União Soviética, à época ministro da fazenda. Eleito presidente com apenas trinta e cinco anos, dele se esperavam grandes obras e resolução de antigas rixas entre o PPP e o PNC, que dividiam o país. Pensavam que ele desanuviaria a atmosfera política contaminada pelo conflito entre Janet Jagan e Desmond Hoyte, líder da oposição. Seus gestos conciliatórios apontavam para a reunificação da nação, fraturada por décadas de disputa estéril.

Sua base política era diferente daquela do casal Jagan. Quando eleito presidente, o país havia atravessado por décadas de ideologia socialista e ansiava por novas idéias. Ele era centralista e populista, nacionalista e regionalista, pró-empresa pública e pró-empresa privada, pró-Rússia e pró-América, tudo ao mesmo tempo. Nos assuntos domésticos, Jagdeo não tinha desejo de emular Cheddi e Janet Jagan. A última coisa que queria era extirpar a orientação

constitucional de Forbes Burnham ou estilo econômico de Desmond Hoyte. Intencionava assimilá-los em sua própria metodologia de gestão da economia política.

Isso lhe proporcionou abundante vantagem, permitiu abraçar praticamente todos os setores de opinião e de interesses culturais. Jagdeo, sem o impedimento de inflexibilidade ideológica de seus antecessores, parecia mais adequado para guiar o seu partido e conduzir a nação. Seu maior êxito diplomático se mostrou em 20 de setembro de 2007, quando o Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, sediado em Hamburgo, delimitou a fronteira marítima com o Suriname, em grande parte ao longo das linhas reivindicadas pela Guiana.

Idêntica sorte não teve com a Venezuela. Jagdeo subestimou a intransigência histórica desse país sobre sua reivindicação territorial de Essequibo e foi obrigado a aceitar os vetos de Hugo Chavez aos acordos da Guiana com a *Beal Aerospace Technologies* para construir uma instalação de lançamento de satélites na Região Barima-Waini. Também foi obrigado a suspender os direitos de exploração *offshore* de duas empresas americanas – Century e Exxon –, depois que a Venezuela se opôs. Todas as três empresas se retiraram posteriormente.

Suas conquistas mais visíveis foram o prêmio *Champion of the Earth*, o mais importante concedido pelas Nações Unidas para lideranças ambientais, e a eleição para a presidência da Unasul. Obteve êxitos na economia e nos serviços sociais. Conseguiu perdão de dívidas da Guiana, incluindo-a no rol dos Países Pobres Altamente Endividados³⁰⁶. O Banco Mundial cancelou sua dívida junto à Associação de Desenvolvimento Internacional no valor de US\$\$ 133 milhões e de US\$ 189 milhões junto à Iniciativa Multilateral de Alívio de Dívida. Tomou iniciativa pela redução da dívida com o G8 e o FMI perdoou US\$ 65 milhões³⁰⁷.

A dependência chinesa, os médicos cubanos e os voluntários britânicos parecem ter se tornado uma prática administrativa normal. O crescimento econômico, robusto sob a presidência de Cheddi Jagan, desacelerou-se depois de 1997. Os investimentos estrangeiros diminuíram, o desemprego cresceu e imigração de pessoas qualificadas – médicos,

³⁰⁶ *Heavily Indebted Poor Countries - HIPC*

³⁰⁷ Fundação Alexandre de Gusmão. Curso para Diplomatas Sul-Americanos (2: Rio de Janeiro: 2007), p. 445/446.

enfermeiras e professores – aumentou, sangrando o anêmico serviço público. Marcaram a sua presidência: os casos de corrupção; a incapacidade de ver a conexão entre os crimes transnacionais e os internos; a falta de repressão ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando, ao tráfico de armas e de pessoas.

No final de seu governo, em 2011, reina um sentimento de esgotamento e frustração, por ausência de opção política. Com efeito, quando se sentiu que Forbes Burnham e Desmond Hoyte realizavam pouco para o bem comum, o povo se voltou para Cheddi Jagan. Quando Janet Jagan assumiu o cargo, esperava-se que continuasse o trabalho de seu marido. Jagdeo, ao final de seu governo, dá a impressão de que não há ninguém a quem recorrer. A oposição está debilitada, seu principal partido, o Congresso Popular Nacional, carece de liderança e a agremiação governista tem muito pouco a oferecer.

O Partido Popular Progressista anunciou Donald Ramotar como o seu candidato às eleições presidenciais de 2011. Com 60 anos, ele é um homem do partido, não do povo. Um *insider*, com carreira estritamente partidária. Nunca ocupou cargos públicos eletivos³⁰⁸, porém controla o PPP como secretário-geral, desde 1997, quando sucedeu a Cheddi Jagan³⁰⁹. Ramotar, o candidato escolhido – e provavelmente eleito, ante o caráter étnico do voto – tem um discurso demasiado colado ao do atual governo. Não haverá renovação, apenas rotatividade nos cargos diretivos da nação.

³⁰⁸ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/guyana-review/09/30/donald-ramotar-%E2%80%93-last-man-standing/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

³⁰⁹ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Donald_Ramotar>. Acesso em: 17 jun. 2011.

CAPÍTULO III – PONTES PARA O MUNDO: A GUIANA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

3.1 A INSERÇÃO NO MUNDO

Expressiva parte da análise das relações exteriores da Guiana se limitou, até agora, ao estudo de teses de economia e de segurança. O amplo espaço dedicado a esses temas demonstra a relevância deles para a formulação de sua política externa. Contudo, isolados não a explicam. Um exame aprofundado do comportamento internacional do país revela a influência de outros fatores, como a busca por prestígio internacional e o desejo de exercer sua independência. Por meio do exame deste capítulo, demonstrar-se-á que a pequena população e a reduzida área territorial não fazem da Guiana, necessariamente, um Estado inferior, no sentido de sua soberania.

Como os demais países, a Guiana luta para influenciar eventos mundiais e, de alguma forma, contribuir para seus resultados, a despeito de sua reduzida capacidade e limitadíssimo poder de persuasão. Para isso, sua política externa será examinada diante de questões caribenhas e globais. Por exemplo: a Guerra Fria, o conflito árabe-israelense, a guerra do Vietnã, a questão angolana na década de 1970, o bloqueio ao regime cubano, a contenda entre as forças emergentes e as nações desenvolvidas, além de direitos humanos e democracia. Esses temas aqui selecionados representam típicos impasses internacionais e a Guiana os enfrentou logo após sua independência.

Angola, por exemplo, retrata o problema da descolonização e do conflito político-ideológico. Esse último muito presente na questão cubana. A institucionalização dos direitos humanos, como tema internacional, era atividade reservada apenas aos grandes e poderosos Estados. Problemas atuais como terrorismo, meio ambiente e narcotráfico são tratados, em especial, por seus reflexos em espaços limítrofes com o Brasil.

A apreciação da política externa guianense, diante dessas demandas, revela que a diplomacia do país ousou e ultrapassou os temas normalmente reservados, pela comunidade internacional, aos pequenos estados. A forma como lidou com eles e com a sutil ameaça de se envolver em temas reservados aos grandes, demonstra o equívoco de considerar sua política externa menos propositiva do que ativa³¹⁰. Também expõe que a Guiana, como estado caribenho, não limita sua atividade diplomática apenas à segurança e à economia, como se inexistisse interesse nos demais problemas mundiais.

O capítulo evita uma exaustiva análise desses temas. Seus detalhes revelar-se-ão somente quando necessários para explicar a percepção diplomática dessas questões por Georgetown e seus reflexos políticos, objetivo deste trabalho.

3.2 CUBA, ANGOLA E OS DIREITOS HUMANOS

Como nação do chamado Terceiro Mundo, a posição da Guiana a favor da descolonização e autodeterminação dos povos tem pouco de original e, por isso, carece de maior aprofundamento nesta tese. Todavia, a política da *State House* de reconhecer movimentos e grupos internacionais é tema delicado que confrontou a comunidade internacional em vários conflitos, que se seguiram à partida dos colonizadores europeus, especialmente na África.

Nesses casos, a Guiana apelou para a autodeterminação dos povos e, por afinidade política, em 1974, reconheceu o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA³¹¹. Deu-lhe suporte ideológico e condenou o ingresso de mercenários estrangeiros ao lado da Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA, assim como as incursões das forças armadas sul-africanas. O apoio dado, no ano de 1975, resumia-se na autorização para pouso e

³¹⁰ S. K., Julien. *The Problems of Samll States*. The Round Table, v. 321, p. 46-47.

³¹¹ Disponível em:
<[http://www.thefreelibrary.com/Guyana%3A+Remembering+Forbes+Burnham.++\(Diaspora\).-a095103317](http://www.thefreelibrary.com/Guyana%3A+Remembering+Forbes+Burnham.++(Diaspora).-a095103317)>.
Acesso em: 24 jun. 2011.

reabastecimento de aeronaves cubanas com destino a Luanda³¹² e teve que ser retirado ante protestos e ameaças dos Estados Unidos da América.

A reaproximação de Cuba com as nações caribenhas se deu em 1972, por iniciativa de Eric Williams, primeiro-ministro de Trinidad e Tobago. Seguido por seu colega da Jamaica, Michael Manley, e da Guiana, Forbes Burnham. Juntos propuseram, na 7.^a Conferência de Chefes de Governo da Comunidade Caribenha, o estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, “por questões econômicas, políticas, ou por ambas”³¹³.

A cooperação entre Cuba e a Comunidade Caribenha desenvolveu-se rapidamente, em especial, com a Jamaica e a Guiana. Em 1973, Manley e Burnham aceitaram o convite de Fidel Castro para viajar com ele para a Conferência de Não-alinhados. Depois, ambos visitaram Cuba, sendo agraciados com a ordem José Martí, tradicionalmente oferecida aos chefes de Estado, de Governo, líderes de partidos e movimentos políticos que se distinguem por sua solidariedade internacional, pela luta contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo e por sua amizade com a revolução socialista de Cuba³¹⁴.

Em 1976, a Guiana firmou acordos comerciais com Cuba para a venda de arroz, madeira, cimento e para assistência técnica e treinamento de bombeiros e pilotos guianenses. A Guiana, em contrapartida, franqueou o acesso de militares cubanos ao país, como explicitado anteriormente³¹⁵.

A institucionalização dos direitos humanos, na Guiana, encontra sua origem no ingresso do país nas Nações Unidas e na ratificação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, reafirmada no Tratado de Chaguaramas, em Trinidad. Vários de seus aspectos, como primazia da lei e pluralismo político, foram negados aos seus cidadãos no governo Burnham.

Esse fato animou Georgetown a reconhecer o movimento de libertação. Boa parte de sua política de afirmação da liberdade de autodeterminação se proclamava inerente aos

³¹² Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Brazil%E2%80%93Guyana_relations>. Acesso em: 24 jun. 2011.

³¹³ Disponível em: <http://www.cubaminrex.cu/English/Speeches/FCR/fcr2002/FCR_key%20remarks%20on%20occasion%20of%2030%20anniversary%20of%20establishment%20of%20diplom%20relations.asp>. Acesso em: 24 jun. 2011.

³¹⁴ Disponível em: <<http://www.landofsixpeoples.com/news022/ns21227.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

³¹⁵ Ibid.

direitos humanos, ainda que relegassem os direitos individuais a um plano secundário³¹⁶. Ou seja, a política guianense de direitos humanos era tímida, fraca e retórica. Não desempenhou o papel importante afirmado em discursos governamentais.

3.3 A DÉTENTE

Georgetown, tradicionalmente, viu a Guerra Fria como uma fonte de oportunidade e de perigo. Se, por um lado, o conflito incentivou as grandes potências a prestarem atenção aos pequenos Estados e colocar em marcha um fluxo substancial de recompensas materiais, por outro lado, sempre houve o perigo de que os Estados Unidos da América ou a então União Soviética interferissem nos assuntos internos e desestabilizassem o país. A Guiana, sensível a esse perigo, queria manter um equilíbrio nas suas relações com as superpotências. Daí a razão para a aproximação com a China e da eleição de um descendente de chineses, Arthur Chung, como primeiro Chefe de Estado do país, em 1970. Pensava-se que a aliança sínica diminuísse a presença soviética.

O maior triunfo dessa época – a negociação para a independência – resultou de intervenção diplomática de Washington para afastar a ameaça do comunismo de Cheddi Jagan e seu partido pró-Moscou. Temia-se um novo aumento da influência soviética no Caribe, depois de Cuba, que ameaçaria a estabilidade de toda a região e de parte da América do Sul. As oportunidades do sistema bipolar, manifestados na Guerra Fria, viabilizaram a Forbes Burnham a assunção ao poder. Permitiu que a Guiana recebesse ajuda econômica de ambos os grupos, sem necessariamente ficar dependente de nenhum deles. Essa foi a grande jogada diplomática de Georgetown, enquanto os demais no subcontinente permaneciam sob o cajado de um só pastor.

Durante anos, os líderes guianeses recearam que seu país ficasse excessivamente disputado pelos protagonistas da Guerra Fria, tornando-se vítima de um choque entre eles. Essa preocupação foi a lógica principal por trás da opção de não-alinhamento. Mesmo

³¹⁶ MORRISSON, op. cit., p. 106.

reconhecendo os benefícios materiais que a Guerra Fria lhe trazia, o governo Burnham era incomodado por um sentimento perturbador, ou seja, que as superpotências viam Georgetown apenas como mero peão em sua luta pela supremacia mundial³¹⁷.

No início da década de 1980, a *détente* passou a ser vista sob nova luz. A evolução da situação internacional levou alguns a concluir que houve um relaxamento na tensão entre as superpotências. Fato atribuído, principalmente, ao declínio da ideologia como determinante do comportamento das nações³¹⁸.

Para Cheddi Jagan, líder da oposição e do Partido Popular Progressista, pró-Moscou, a ideologia era o principal combustível da Guerra Fria e o conflito permaneceria enquanto subsistissem diferenças ideológicas entre as nações³¹⁹. Não há registros claros de como Forbes Burnham, presidente da Guiana à época, percebeu isso. Embora fosse mais pragmático que ideológico, manteve seu discurso socialista. Mas seu sucessor, Desmond Hoyte (1985-1992), não titubeou em abandonar a ideologia em nome de interesses econômicos, o que demonstra que setores do governo e do próprio partido presidencial, percebiam a diminuição das rivalidades entre as superpotências³²⁰.

Embora diferenças ideológicas continuassem no relacionamento entre os Estados Unidos da América e a extinta União Soviética, setores dessas sociedades, traumatizados por conflitos como a guerra do Vietnã e do Afeganistão, ansejavam por soluções negociadas e não conflituosas. A chegada dessa geração menos belicista ao poder, nas superpotências, serviu de prova ao mundo de que o tipo de expansionismo ideológico, baseado no conflito da Guerra Fria, tornava-se obsoleto.

No lado comunista, as mudanças se caracterizaram pelo crescente “pragmatismo” de Moscou. Exemplo típico na Guiana foi o suporte dado ao partido de Forbes Burnham, desconsiderando o velho aliado Cheddi Jagan. Em qualquer caso, a *détente* reduziu as perspectivas de um cataclisma entre as superpotências. O que, em última análise, congelou as reivindicações da Venezuela sobre Essequibo.

³¹⁷ JACKSON, Rashleigh. **Guyana's Diplomacy**. Free press, Georgetown, Guyana, 2003, p. 71.

³¹⁸ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Gradiva. 3. ed., Lisboa, 2007, p. 667.

³¹⁹ JAGAN, op. cit., p. 348.

³²⁰ HOYTE, op. cit., p. 106

O declínio da ideologia também apresentou riscos. A Guerra Fria era geralmente vista como uma forma menos definida de conflito, na verdade, uma competição entre as grandes potências por esferas de influência. Enquanto essas potências mundiais se motivaram por aspirações ideológicas, a possibilidade de um acordo de fato, em tais esferas, para não falar de conluio, seguramente poderiam ser descartadas. Devido ao declínio da ideologia, no entanto, a Guiana passou a enfrentar um *front* em que as grandes potências se mostravam conscientes do alto custo econômico de suas rivalidades³²¹.

O equilíbrio do terror, lembrado por R. Aron³²², entre os russos e os norte-americanos facilitou a acomodação de interesses mútuos e a edificação de um relacionamento entre as superpotências. Conseqüentemente, os pequenos estados ficaram menos cotejados. Apesar disso, acentuaram-se as assimetrias entre Washington e Georgetown para permitir uma verdadeira cooperação, mesmo que fosse apenas para deter o avanço da ideologia marxista.

A tendência da Guiana, como exposta por Rashleigh Jackson³²³, ex-ministro do exterior, de tentar discutir com os Estados Unidos da América e a União Soviética, em termos menos assimétricos, reflete o fato de que a relação de Georgetown com cada uma das superpotências concentrava-se em série de problemas frequentes e semelhantes. Dentre eles, o pagamento de dívidas, as condições de ajuda e os perigos da dependência. Em se tratando das superpotências, os guianeses sentiram que deveriam ser cautelosos e evitar riscos políticos desnecessários.

Havia a impressão de que Washington e Moscou davam insuficiente atenção aos pequenos países. Nesse cenário, a aproximação da China com os Estados Unidos se coroou na famosa visita de Nixon a Mao. Esse novo alinhamento mundial, percebido com cautela, refletia interesses de ordem binária e não os dos pequenos Estados.

Contudo, a acomplagem das relações comerciais da China com o resto do mundo impulsionou a esfera de influência do Império do Meio para fora do sudeste asiático. Essa alternativa, para a Guiana se revelava como oportunidade. Vista com entusiasmo, acreditava o

³²¹ JACKSON, op. cit., p. 78.

³²² ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**, UnB, 2002.

³²³ JACKSON, op. cit., p. 74.

governo que aumentaria a presença naquele país do gigante asiático e auferiria maiores ganhos para a Guiana. Seu principal caminho seriam os chineses ultramarinos residentes em Georgetown. Nessa acoplagem desigual, escoam minérios raros e preciosos em troca de io-iôs que jamais retirarão a Guiana do seu subdesenvolvimento estrutural³²⁴.

Assim, a Guiana, que uma vez se viu confrontada por dois blocos da Guerra Fria, equilibrando-se entre um e outro, via-se agora num tabuleiro com nova geometria, onde a China se revela um particular desafio.

3.4 ORIENTE MÉDIO VISTO PELA GUIANA DE MUITOS HINDUS

No governo Burnham, a Guiana apoiou os árabes no conflito *versus* Israel. Exemplos disso são os vínculos com a “Líbia, assim como relações cordiais com a (...) Organização para Libertação da Palestina”³²⁵.

A coincidência de opiniões entre políticos muçulmanos e o Congresso Nacional Popular repousava sobre percepções essencialmente diferentes do conflito. Forbes Burnham via o anti-imperialismo como a questão central e, por isso, o conflito restou percebido como uma prova de que o imperialismo ainda ameaçava os países recém-independentes. Consideravam Israel como criação ocidental, um posto avançado da América no Oriente Médio.

Em contrapartida, a elite muçulmana na Guiana viu a disputa árabe-israelense, principalmente, como uma situação em que se exigia a unidade islâmica. Embora a principal base para a identificação com os árabes fosse a religião, os ismaelitas guianenses comumente citavam a gratidão pelo apoio econômico que os árabes deram ao país após sua independência. Os refugiados palestinos também eram lembrados, mas sob uma ótica diferente. Causava perplexidade, na Guiana, país marcado por fortes divisões étnicas e

³²⁴ PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 4. ed., Juruá. Curitiba, 2009.

³²⁵ BERNARD, op. cit., p. 9.

religiosas, o comportamento arcaico de Israel, que expulsava de suas fronteiras aqueles que tinham uma religião diferente³²⁶.

Após o falecimento de Burnham, a solidariedade aos palestinos se tornou menos pronunciada. Georgetown continuou a proclamar sua simpatia pela causa árabe e a instar Israel a cumprir as resoluções das Nações Unidas sobre o Oriente Médio³²⁷. Mas esse apoio, estritamente verbal, temperava-se com moderação³²⁸, não obstante a pressão pró-palestina feita pelos muçulmanos guianenses e pelo *Guyana United Muslim Party* – GUMP, o primeiro partido islâmico da América do Sul³²⁹.

Desmond Hoyte identificou que o real interesse da Guiana estava na ajuda externa para seu desenvolvimento econômico e, para isso, era essencial manter boas relações com os seus credores ocidentais. Ou seja, o país não poderia se prejudicar pelo suporte, ainda que retórico, à causa árabe. Os anos de radicalismo irresponsável haviam terminado³³⁰.

Esse pensamento animou os membros da política externa guianense no governo Hoyte (1985-1992). O conflito no Oriente Médio se percebia como uma guerra entre nações distantes, independente da simpatia pelos árabes e da presença islâmica na Guiana. Também havia boa dose de desprezo pela incompetência dos árabes e de desconfiança por causas dos flertes com os soviéticos. No Ministério do Exterior e em círculos da Igreja Anglicana crescia um sentimento generalizado de que a política racional para a Guiana seria aquela que visse o conflito no Oriente Médio não como uma questão religiosa, mas como um conflito entre as nações árabes e Israel.

Embora a oposição criticasse a política pós-Burnham para o Oriente Médio, houve praticamente unanimidade de que os árabes foram irrealistas ao tentar destruir Israel em guerras desnecessárias. A imagem árabe também não era das melhores e os grupos hindus jamais esconderam isso. Existia a crença de que os líderes muçulmanos pareciam pouco

³²⁶ GARNER, op. cit., p. 279.

³²⁷ BROTHERTON, Festus. The Foreign Policy of Guyana, 1970-1985. Forbes Burnham's Search for Legitimacy. *Journal of Inter-american Studies and World Affairs*, 31:3, 1989, p. 11.

³²⁸ HOYTE, op. cit., p. 121

³²⁹ Fundado em 1970. A primeira tentativa de criação de um partido islâmico na América do Sul foi o *Muslim Partij*, no Suriname, em 1946, mas se constituiu como partido nacional após a independência, em 1975. Fonte: *Islam outside the Arab world* (David Westerlund, Ingvar Svanberg) 1999.

³³⁰ BERNARD, op.cit., p. 9.

confiáveis e havia a preocupação de que algumas de suas missões diplomáticas pudessem servir de canal para a infiltração de agentes islâmicos, que desestabilizariam o frágil equilíbrio religioso islâmico-hinduista existente na Guiana³³¹.

Houve certa dose de simpatia por Israel entre os políticos guianenses ligados ao governo, ainda que raramente expressada publicamente. Admirava-se aquilo que os israelenses fizeram por seus próprios esforços. Sob múltiplos aspectos, Israel era o país que fornecia o melhor modelo para a Guiana e a presidência, no período que permaneceu em mãos de uma presidente de origem judia (1997-1999), reforçou esse pensamento.

Em suma, o conflito no Oriente Médio, sem ser preocupação central em Georgetown, restou percebido como luta das nações pequenas tentando se manter independentes das grandes potências. Essa visão permeia a política externa da Guiana, que parte da perspectiva de um mundo hostil, no seu entorno, seja ele geográfico ou político.

3.5 GUERRA DO VIETNAM

O conflito do Vietnam, ainda que distante de Georgetown, revelou grande importância simbólica. Houve inclinação para ver a guerra como prova de que as grandes potências não tinham escrúpulos em perseguir seus interesses, em detrimento dos países fracos.

Cheddi Jagan e seu partido condenaram abertamente os Estados Unidos da América pela agressão ao Vietnam e manifestaram apoio à luta pela independência levada a cabo pelo Vietnam do Norte e pela Frente Nacional de Libertação. Chegaram a saudar essa luta como inspiração para a revolução que se pretendia levar a cabo na Guiana. Retrataram o governo de Saigon como fantoche das potências ocidentais.³³²

³³¹ GARNER, op. cit., p. 279.

³³² Disponível em: <<http://jagan.org/articles2i.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

Conscientemente ambígua, a política no governo Burnham exortava à resolução do problema, pelo povo vietnamita, sem intervenção estrangeira.³³³ Essa ambiguidade, tratava o Vietnam como um exemplo trágico do que acontecia a uma nação pobre quando as grandes potências resolvem disputar seus interesses pela força.

A intervenção dos Estados Unidos da América, citada como exemplo de desrespeito aos direitos das nações fracas e contra a autodeterminação, causava indignação. Cheddi Jagan, então líder da oposição, via Washington claramente como uma força intervencionista, um agressor, que simplesmente impunha o seu sistema ao mundo.³³⁴

Burnham, pragmático, citando intervenção das grandes potências como causa da maioria dos problemas internacionais, afirmou que o conflito vietnamita se resolveria se essas potências simplesmente parassem de interferir. Acusou os dois lados, americanos e comunistas, de usarem o Vietnam como campo de testes para novas armas. Denunciou a teoria do dominó, como dispositivo destinado a intimidar as pequenas nações para que fossem compelidas a confiar nos Estados Unidos da América. A vitória comunista na Indochina, concluiu ele, não representava qualquer perigo para a Guiana.³³⁵

Embora as expressões de entusiasmo pelos norte-vietnamitas tenham se arrefecido gradualmente ao longo dos anos, a crítica à intervenção americana no Vietnam manteve-se constante. Os vietnamitas eram retratados como nacionalistas que lutavam pela independência contra forças externas. Essa crença de que Hanói libertava o Vietnam da dominação estrangeira possuía forte apelo emocional aos guianenses. Representava uma vitória heróica do fraco sobre o forte, do homem sobre a tecnologia, de uma nação subdesenvolvida e pobre diante da agressão militar do país mais poderoso do mundo.

Os que simpatizavam com Saigon não o faziam porque admiravam os sul-vietnamitas, mas porque temiam a expansão do comunismo. Culpavam os Estados Unidos da América pela situação e por deixarem de implantar medidas democratizantes na região.

Se a análise dos líderes guianeses sobre a natureza do conflito do Vietnam revelou admiração por Hanói, a discussão do resultado provável e de seu impacto na Guiana reflete a

³³³ Ibid.

³³⁴ Ibid.

³³⁵ BURNHAN, Forbes. **A destiny to mould**. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970, p. 107.

crença de que o verdadeiro perigo vem das grandes potências, comunistas ou capitalistas. Para Georgetown, o fator decisivo na determinação da sobrevivência das pequenas nações, como entidades independentes, é a força de seu nacionalismo e a determinação de seu povo na busca do próprio destino.

3.6 NÃO ALINHADOS E SUA POSIÇÃO NO MUNDO

A crença de que as nações industrializadas impediam o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos era base real do conceito de não alinhados. Aqueles diretamente envolvidos na formulação e execução da política externa da Guiana perceberam as negociações sobre comércio e investimento produtivo como prova da relutância dos países industrializados em amparar os pobres. Desconfiavam, ainda, que a ajuda recebida era utilizada pelos países industrializados para subjugar as nações em desenvolvimento.

Uma tendência geral, a longo prazo, de subida dos preços dos bens industriais que comprava e de queda dos preços das matérias-primas que vendia deu a Georgetown, na primeira década de sua história independente, a sensação de que estava sendo explorada. Essa tendência se via como o resultado de uma política implementada conscientemente por parte dos países avançados. Burnham se impressionava com a relutância dos países industrializados em abordar temas como protecionismo e o baixo preço de *commodities*.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em 1968, as potências ocidentais ficaram contra o bloco de setenta e sete países menos desenvolvidos, com a União Soviética, adotando uma posição neutra sobre determinadas questões fundamentais, que os diplomatas guianenses interpretaram como oposição de fato³³⁶. O que levou a Guiana a lamentar a falta de apoio das nações comunistas, que pareciam mais interessadas em perseguir suas próprias oportunidades de cooperação comercial e econômica com as potências industrializadas ocidentais³³⁷.

³³⁶ Ibidem, p. 45.

³³⁷ JACKSON. op. cit., p. 82.

Examinando esses conflitos internacionais, há clara tendência em enfatizar as semelhanças, ao invés das diferenças, entre as grandes potências e as nações ricas. Não é de estranhar, por isso, o conflito de interesses entre estados desenvolvidos e não alinhados que subscreveram os protocolos de Bandung³³⁸. E a identificação de Burnham, com sua retórica de socialismo próprio, com esse último. “Foi a esse grupo que a Guiana se dirigiu ao ganhar o controle político absoluto do seu destino, com a proclamação do país como uma República Cooperativa³³⁹, em 1970.”

A predisposição das grandes potências de excluir os países subdesenvolvidos de decisões internacionais sobre questões-chaves que afetavam a todos, corroborada pela institucionalização da dominação dessas potências nas Nações Unidas, convenceu Georgetown sobre a validade do movimento de não alinhados. Havia, ainda, o desejo da Guiana de exercitar sua soberania recém adquirida e a intenção de Burnham de se projetar internacionalmente, criticando a arrogância e os arranjos onusianos.

O Movimento dos Não Alinhados ofereceu à Guiana os meios para participar ativamente dos assuntos internacionais. O país ocupou várias “presidências e vice-presidências no âmbito do movimento, além de participar ativamente de algumas das suas agências mais específicas, como o Grupo de 77 e a Associação Internacional de Bauxita (AIB) – Cartel do qual a Guiana foi membro fundador.”³⁴⁰

A inclinação ao radicalismo, a inexperiência política e a natureza incauta dos líderes guianenses “foi logo percebida pelos outros países-membros do MNA, que lhe concediam com prazer o foro central cada vez que surgiam assuntos controvertidos sobre os quais eles hesitavam em pronunciar-se, dados os seus interesses nacionais. Consequentemente, a Guiana pronunciou-se contra e deu seu apoio a uma série de causas ora de relevância apenas marginal as suas necessidades cruciais, ora em conflito direto com os seus interesses primordiais na região caribenha, senão no contexto internacional mais amplo.”³⁴¹

³³⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Bandung>. Acesso em: 24 jun. 2011.

³³⁹ BERNARD, op. cit., p. 8.

³⁴⁰ Ibid., p. 9.

³⁴¹ Ibid., mesma página.

Essa quixotesca luta travada pela política externa guianense “demonstrou um padrão genuinamente inconsistente, exceto em relação à oposição ao apartheid.”³⁴² Esse radicalismo, assegurou lugar de destaque no Movimento dos Não Alinhados, mas isolou o país internacionalmente, em especial das nações industrialmente avançadas e dos mercados do Ocidente.

Hoyte, ao assumir o governo (1985-1992), definiu que o conflito entre nações desenvolvidas e não alinhadas se restringia a termos econômicos. Preferia falar menos em ideologia e mais em choque de interesses entre as nações ricas e nações pobres. Para Georgetown, o pessimismo decorrente do isolamento internacional se emoldurava no desespero: “somos tão fracos que não é realista falar de um conflito entre pobres e ricos, há uma boa chance de que os países industrializados simplesmente ignorem os países pobres”³⁴³.

Essa formulação foi seguida em suas linhas básicas por Cheddi Jagan (1992-1997), que se tornou presidente após Hoyte. Para os dirigentes como um todo, a dicotomia entre ricos e pobres continuou uma descrição das realidades internacionais. Ambivalentes que fossem, os líderes políticos da Guiana viram o mundo caracterizado pelo incessante e sutil esforço das nações poderosas para subjugar e explorar os fracos.

3.7 DO AMBIENTALISMO GENÉRICO AO PRÊMIO *CHAMPION OF THE EARTH*

No cenário internacional de reconhecimento de novas responsabilidades, a questão ecológica da Guiana, como um país amazônico, tem seu lugar. Em 2007, o presidente guianense, Bharrat Jagdeo, em carta ao primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, propôs a guarda internacional de suas florestas (50 milhões de acres). Trata-se da maior oferta já feita no mercado de carbono. Segundo a proposta, a floresta seria gerida por um consórcio internacional, sob liderança britânica. Comprometendo-se o Reino Unido a fornecer apoio para o desenvolvimento sustentável da Guiana.

³⁴² BERNARD, op. cit., p. 10.

³⁴³ HOYTE, op. cit., p. 123.

Essa proposta, em estudos com o governo britânico, abriu caminho para que a Guiana firmasse acordo similar – o primeiro do gênero na história – para gerenciamento da reserva Iwokrama, que significa “lugar de refúgio”, no idioma Macuxi. A empresa *Canopy Capital*³⁴⁴ paga pela reserva de carbono e pela manutenção de serviços como medição dos índices de pluviosidade, regulação climática, geração e armazenamento de carbono, dentre outros.

Dada a relevância político-ambiental desse acordo sobre administração internacional de floresta, seus efeitos certamente ressoarão no Brasil. A rodovia que liga Georgetown a Roraima atravessa 72 quilômetros da área central da reserva de Iwokrama e pode limitar o trânsito.

Ao se comprometer a renunciar a um modelo agrícola que envolveria o desmatamento, em troca de uma economia sustentável, a Guiana obteve projeção mundial. Em 2008, a revista *Times* apontou Bharrat Jagdeo como Herói do Meio Ambiente³⁴⁵, por sua proposta de compensação financeira internacional pelos serviços ambientais que as florestas da Guiana prestam, como biodiversidade, regulação de água e sequestro de carbono.

O presidente guianense também foi nomeado, pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para o Painel Consultivo de Alto Nível da ONU sobre Financiamento e Mudança Climática. Em 2010, Jagdeo recebeu o cobiçado prêmio *Champion of the Earth*, a mais alta condecoração da ONU para lideranças ambientais, por seu combate às alterações climáticas e seu programa de desenvolvimento econômico de baixo carbono que tem preservado as florestas³⁴⁶. Os quarenta mil dólares da premiação foram doados às comunidades indígenas da Guiana.

³⁴⁴ A *Canopy Capital* é assim dividida: 20% pertence ao *Global Canopy Programme*, programa de caridade britânico e 80% a investidores internacionais, dentre os quais se destaca a *Waterloo Foundation*, fundação britânica de assistência social e proteção ambiental.

³⁴⁵ Disponível em: <http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1841778_1841779_1841799,00.html>. Acesso em: 24 jun. 2011.

³⁴⁶ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/news/stories/04/23/president-jagdeo-receives-unesp-champion-of-the-earth-award/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

Essa estratégia de “Desmatamento Evitado”, que segundo os discursos oficiais transforma as florestas da Guiana em sumidouro de carbono, é rotulada de propagandística³⁴⁷, visto que a maior madeireira do país, Barama – subsidiária da malaia Samling – atua livremente no país. Suas concessões cobrem 1,6 milhões de hectares, 8% do território nacional³⁴⁸. Opera na fronteira com a Venezuela, em plena *Zona en Reclamación*. Caracas assiste a tudo passivamente.

Empresas estrangeiras devastam as florestas guianenses como as malisianas: *Berjaya Group*, *Solid Timber Holdings*, *Leeling Timber*, *Kwitaro Investments Incorporated* e a canadense: *Buchanan Group*³⁴⁹. Madeireiras atuam impunemente e sem qualquer preocupação ambiental. A *Guyana Forestry Commission* – GFC, responsável pelo monitoramento florestal, carece de recursos humanos e financeiros para fazer cumprir a lei. Uma área do tamanho de Portugal – 92.270 km² –, segundo o Greenpeace, está licenciada para retirada e venda de madeira, inclusive em terras indígenas. O país tem apenas duas áreas protegidas o *Kaieteur National Park* e a reserva Iwokrama³⁵⁰.

Embora essas concessões sejam originárias da década de 1990 – governo Cheddi Jagan (1992-1997) – a extração de madeira continuou, apesar da moratória sobre a emissão de novas licenças. Georgetown criou uma locação exploratória que na prática equivale aquela.

Bharrat Jagdeo, em declaração infeliz, afirmou que: “temos minerado e derrubado árvores por mais de cem anos, ainda assim 85% do nosso território continua coberto por matas”³⁵¹. Essa afirmação induz acreditar que a exploração desenfreada é incapaz de destruir as florestas locais. A prática mostra uma realidade bem diferente.

A *Amerindian Peoples' Association* acusa o governo de ignorar os direitos indígenas, de deslocar tribos inteiras para permitir a exploração florestal de suas terras e de ser

³⁴⁷ Disponível em: <<http://www.redd-monitor.org/2010/06/18/climate-change-is-good-business-says-bharrat-jagdeo-guyanas-president/>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

³⁴⁸ Disponível em: <http://archive.greenpeace.org/comms/97/forest/asian_companies_guyana.html>. Acesso em: 25 jun. 2011.

³⁴⁹ Ibid.

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ Disponível em: <<http://www.redd-monitor.org/2010/06/18/climate-change-is-good-business-says-bharrat-jagdeo-guyanas-president/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

indiferentes aos garimpeiros brasileiros que entram no território ao longo das estradas abertas pelas madeiras³⁵².

Essas discrepâncias entre o discurso oficial guianense e a realidade do país se unem ao ativismo verde internacional, nem sempre identificado com a justiça social internacional. Bharrat Jagdeo lembrou disso ao dizer: “há um monte de promessas lá fora, mas quando se trata de provisão de recursos financeiros, a retórica não coincide com a ação. O fracasso em Copenhague é prova disso.”³⁵³

A missão conservacionista de Georgetown é hercúlea: conciliar a proteção ambiental com o progresso e redução da pobreza. Por isso, precisa de aporte substancial de recursos da comunidade internacional para trocar o verde da floresta pelo verde do dólar, pois como disse Indira Gandhi: “o maior inimigo do meio ambiente é a miséria”³⁵⁴.

3.8 AL QAEDA NA AMAZÔNIA CARIBENHA

Em maio de 2011, a justiça estadunidense condenou o imã xiita, Kareem Ibrahim, à prisão perpétua por planejar ato terrorista às instalações do aeroporto JFK, em Nova Iorque. Três guianenses, co-autores desse esquema, também foram condenados: Rusell Defreitas e Abdul Kadir à prisão perpétua; Abdel Nur, a quinze anos de encarceramento³⁵⁵.

O clérigo islâmico, Kareem Ibrahim, em seu depoimento judicial, admitiu que aconselhou seus parceiros guianenses a apresentarem seu plano a líderes revolucionários no Brasil. A promotoria expôs que os conspiradores se reuniram no Irã com Mohsen Rabbani, procurado pela Interpol como mentor do atentado ao centro judaico AMIA, em Buenos Aires, e apontado como supervisor das atividades do Hezbollah na América Latina³⁵⁶.

³⁵² Ibid.

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/meioambiente/0015.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

³⁵⁵ Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2011-05-26/kennedy-airport-terror-plot-suspect-found-guilty-in-failed-bombing-attack.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

³⁵⁶ Disponível em: <<http://forodobrasil.info/fb/?p=1488>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Um dos condenados, Abdul Kadir, político guianense do Congresso Popular Nacional, ex-parlamentar e ex-prefeito de Linden – a segunda maior cidade do país – mantinha relações com o embaixador iraniano em Caracas. Enviava relatórios frequentes sobre a política externa e interna de seu país, sobre a moral da *Guyana Defense Force* – o exército guianense – e formulava planos para o fortalecimento do Islã na Guiana, com presença na polícia e em agências governamentais. Ele foi preso em Trinidad, no momento em que embarcava num voo para Teerã, via Caracas.

Kadir, vinculado à escola islâmica da Guiana, mantinha elo com o também guianense por descendência Adnan El-Shukrijumah³⁵⁷, um dos terroristas mais procurados do mundo³⁵⁸. Atual chefe das operações internacionais da Al Qaeda. Shukrijumah viveu mais de quinze anos nos Estados Unidos da América. Treinou em campos da Al Qaeda no Afeganistão. O FBI e a CIA o consideram um dos perigosos terroristas da atualidade³⁵⁹, conhecedor dos corredores da sociedade americana.

Essa conexão da Al Qaeda atraiu a atenção dos serviços de segurança estadunidenses, israelenses e europeus para a América do Sul. Adicionou o terrorismo à longa lista de problemas já conhecidos da região, como tráfico de drogas, crime organizado, lavagem de dinheiro, tráfico de seres humanos, contrabando e falsificação.

O islã tem raízes profundas no mosaico cultural guianense. O primeiro partido islâmico da América do Sul³⁶⁰, *Guyana United Muslim Party* – GUMP, nasceu em Georgetown. O reconhecimento e implantação de feriados muçulmanos³⁶¹ no calendário guianense demonstra a força desse grupo.

O percentual de muçulmanos na população da Guiana está entre os maiores do hemisfério ocidental, estimado entre 10 e 12% de seus quase 800 mil habitantes. Em sua

³⁵⁷ Cidadão da Guiana por descendência por ser filho de guianense. Tem passaporte da Guiana, embora nascido na Arábia Saudita.

³⁵⁸ Disponível em: <http://www.fbi.gov/wanted/wanted_terrorists/adnan-g-el-shukrijumah/view>. Acesso em: 27 jun. 2011.

³⁵⁹ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/news/stories/08/07/el-shukrijumah-new-al-qaeda-operations-chief-%E2%80%93-fbi/>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

³⁶⁰ Fundado em 1970. A primeira tentativa de criação de um partido islâmico na América do Sul foi o *Muslim Partij*, no Suriname, em 1946, mas se constituiu como partido nacional após a independência, em 1975. Fonte: *Islam outside the Arab world* (David Westerlund, Ingvar Svanberg) 1999.

³⁶¹ *Eid-ul-Azha* ou *Bakra Eid* e *Youman Nabi* ou *Eid-Milad-Nabi*

maioria sunita, essa população mantém fortes laços com nações do Oriente Médio e do Paquistão. É membro permanente da Organização da Conferência Islâmica.

Vem daí a revitalização religiosa, via intercâmbio entre importantes centros muçulmanos de ensino, como da Mesquita e Universidade do Cairo Al Azhar e associações religiosas guianenses, por exemplo: *Central Islamic Organization of Guyana – CIOG*, *Hujjatul Ulamaa*, *Muslim Youth Organization – MYO*, *Guyana Islamic Trust – GIT*, *Guyana Muslim Mission Limited – GMMML*, *Guyana United Sad'r Islamic Anjuman – GUSIA*, *Tabligh Jammāt*, *Rose Hall Town Islamic Center* e *Salafi Group*.

Ao que se saiba, essa renovação não colide com o hinduísmo e o cristianismo. “Como resultado de suas origens comuns e sofrimento como trabalhadores contratados, a maioria dos muçulmanos indianos da Guiana tende a se identificar com os hindus.”³⁶²,

O terrorismo, afirma J. S. Nye Jr., afeta os países de maneira desigual. É natural que haja diferentes abordagens³⁶³. Por exemplo, os Estados Unidos da América o vê como uma guerra. Georgetown, pelos vínculos familiares que unem hindus e muçulmanos indoguanenses, enxerga o terrorismo apenas como espécie de criminalidade organizada.

3.9 A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ E O URÂNIO AMAZÔNICO

A crise econômica e financeira de 2008-2009 levou os Estados Unidos da América, o Canadá e o Reino Unido, tradicionais parceiros da Guiana, a escassearem seus investimentos e a diminuírem as doações humanitárias naquele país amazônico-caribenho.

Isso tornou imprescindível, para Georgetown, a busca de novas relações de cooperação, sobretudo no Oriente Médio. Em janeiro de 2010, o presidente Bharrat Jagdeo –

³⁶²

Disponível

em:

<http://www.jamestown.org/programs/gta/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=856&tx_ttnews%5BbackPid%5D=181&no_cache=1>. Acesso em: 28 jun. 2011.

³⁶³ NYE JR, J. S., Introduction. In: THE TRILATERAL COMMISSION, **Addressing the new international terrorism: prevention, intervention and multilateral cooperation**. Washington D.C., The Trilateral Commission, p. 01-04, 2003.

acompanhado do presidente da Organização Central Islâmica da Guiana, Fazeel Ferouz – visitou o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos e o Irã, ponto alto da viagem. Recebido em Teerã pelo presidente Mahmoud Ahmadinejad e pelo Líder Supremo do país, aiatolá Ali Khamenei.³⁶⁴

Khamenei referiu-se, particularmente, aos esforços do governo guianense para se inserir no cenário internacional. Elogiou o país por adotar uma política externa independente. Disse, ainda, que o grande número de muçulmanos na Guiana e sua adesão à Organização dos Países Islâmicos prepararam o terreno para a cooperação entre as duas nações e prometeu a amizade do Irã.³⁶⁵

Jagdeo, por sua vez, saudou a presença do Irã na América Latina, que é ativa na vizinha Venezuela. Ressaltou que sua visita objetiva incrementar as relações econômicas, comerciais e políticas em vários níveis.³⁶⁶

Ao final do encontro, assinaram dois memorandos de entendimento. O primeiro, a doação pelo Irã de 1,5 milhão de dólares para a formação médica especializada na Guiana. O outro, simplifica os vistos de viagem.³⁶⁷

O terceiro resultado dessa visita atraiu a atenção dos serviços de inteligência estadunidenses, europeus, israelenses e sínicos. O Irã mapeará os recursos minerais guianenses, em conjunto com a Comissão de Geologia e Minérios da Guiana – GGMC. Segundo o presidente Jagdeo, com os dados sobre sua riqueza mineral o país planejará com segurança a concessão de licenças de prospecção.

O Chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América, general Douglas Fraser, disse no Senado de seu país, que os acordos firmados por Jagdeo com Ahmadinejad incluem o mapeamento e localização de depósitos de urânio na Guiana³⁶⁸. Para a oposição guianense, esse acordo ameaça azedar as relações com os americanos e seus planos

³⁶⁴ Disponível em: <<http://www.baiganchoka.com/blog/a-question-of-democracy-uranium-for-iran-and-the-new-alignment-between-guyana-and-iran/>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

³⁶⁵ Ibid.

³⁶⁶ Ibid.

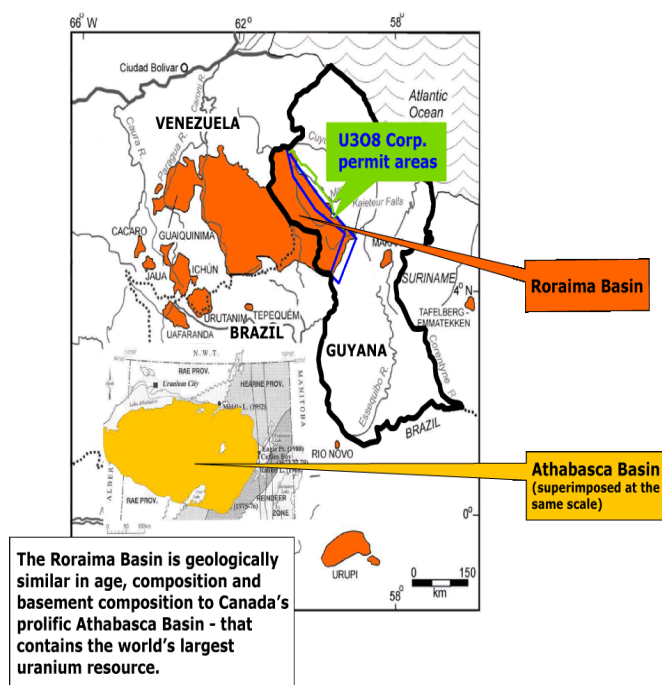
³⁶⁷ Ibid.

³⁶⁸ Disponível em: <<http://www.guyanapress.com/?p=6251>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

de investirem 52 milhões de dólares nos próximos cinco anos em combate à AIDS na Guiana.³⁶⁹

Prato feito para quaisquer programas nucleares³⁷⁰, os geólogos iranianos identificarão a quantidade e a qualidade de depósitos de urânio descobertos, em janeiro de 2009, pela empresa canadense *Corportation U308*, na bacia do Roraima, conforme mapa inserido abaixo. Essa bacia encontra-se em território da Guiana, bem na fronteira com o Brasil e a Venezuela. Estimativas iniciais apontam 7,1 milhões de quilos de urânio.

Figura 2 – Reservas de urânio da Guiana.



Fonte: Disponível em: <<http://www.guyanapress.com/?p=6709>>

Georgetown mantém sólida relação com os países islâmicos. A aproximação com o Irã, pautada pelo pragmatismo e pela conveniência, é tão preocupante para os EUA quanto

³⁶⁹ Disponível em: <<http://propagandapress.wordpress.com/2010/01/27/guyanairan-uranium-deal-bharrat-jagdeos-dirty-deeds-in-tehran/>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

³⁷⁰ Disponível em: <<http://www.infoescola.com/energia/programa-nuclear-do-ira/>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

simbólica para Jagdeo. Ao prometer ao Irã acesso às reservas de urânio de seu país, está sendo fiel à tradição guianense da política do pêndulo, procurando vantagens em extremos. No momento atual, busca benefícios na rivalidade entre Teerã e Washington. Depois da perda de influência na Venezuela chavista, certamente os Estados Unidos da América precisam marcar presença na Guiana.

O que não se sabe é o tempo que Georgetown resistirá às pressões de Washington. Há pouco a ganhar e muito a perder em se aliar com adversários dos EUA. A *State House*, sede do governo da Guiana, sabe que as decisões contraditórias da política externa de Burnham custaram isolamento internacional e estagnação econômica. Georgetown não intenciona repetir erros. Por isso, longe de irrefletida, essa aproximação com o Irã chama a atenção, mostra que a Guiana existe.

3.10 NARCOTRÁFICO E OMISSÃO

Washington calcula que o tráfico, na Guiana, movimenta anualmente 150 milhões de dólares, equivalente a 20% do PIB local. O dinheiro do narcotráfico compra influência política e proteção³⁷¹.

Georgetown lançou três planos de combate às drogas. Todos fracassaram. No último, apresentado em 2005, o chefe do principal órgão de repressão ao tráfico sequer foi nomeado. Acéfala, a Coordenação Antinarcóticos jamais funcionou. Essa leniência beira à omissão dolosa³⁷².

O *US Drug Enforcement Administration* (DEA) sabe da insuficiente cooperação entre organismos policiais guianenses, com controles fronteiriços débeis e recursos limitados para aplicação da lei. O ex-embaixador americano no país, Roland Bullen, afirmou que “é

³⁷¹ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/guyana-review/05/31/law-and-order-2/>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

³⁷² Ibid.

vergonhoso ver no exterior a apreensão de carregamentos de drogas provenientes da Guiana, enquanto os narcotraficantes responsáveis circulam livremente.”³⁷³

O fracasso do aparato local de justiça resultou na ação do governo estadunidense, que prendeu os maiores traficantes da Guiana: David Clarke, David Narine e Roger Khan. Esse último, com estranhos vínculos³⁷⁴ com o presidente Bharrat Jagdeo e seu partido³⁷⁵.

As rotas do tráfico de drogas invadem os espaços limieiros. Devido à sua localização geográfica e à frágil fiscalização da faixa de fronteira, encaram o Brasil como uma porta de entrada fácil. Alia-se a isso a situação de pobreza. Para ganhar um punhado de reais, muitas pessoas aceitam cruzar a fronteira com pequenas quantidades de drogas. É o chamado tráfico formiga. A cidade de Bonfim, no interior do Estado de Roraima, na fronteira com a Guiana, há anos transformada em corredor³⁷⁶, mas é na Capital onde se localizam os pontos de comercialização³⁷⁷ e de distribuição³⁷⁸ para o Brasil e exterior³⁷⁹.

3.11. BRICS NA GUIANA: COOPERAÇÃO OU DISPUTA

Há um provérbio chinês, segundo o qual, dois tigres não dividem a mesma montanha³⁸⁰. O que dizer, então, de quatro tigres em uma pequena colina? Até que ponto a Guiana pode comportar a presença de chineses, russos, indianos e brasileiros. Há rivalidade ou cooperação?

³⁷³ Disponível em: <<http://www.caribbeannewsnow.com/caribnet/cgi-script/csArticles/articles/000022/002276-p.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

³⁷⁴ Disponível em: <<http://www.guyanaobservernews.org/content/view/2968/99/>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/secao/noticias/guianenses-e-brasileiro-sao-presos-com-drogas-em-roraima>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

³⁷⁷ Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=88269>. Acesso em: 29 jun. 2011.

³⁷⁸ Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=319339&modulo=964>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

³⁷⁹ Disponível em: <<http://jusclip.com.br/pf-desmantela-quadrilha-de-traffic-que-enviava-drogas-pelos-correios>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

³⁸⁰ Disponível em <<http://www3.carleton.ca/csds/eventdetails/0910malone.htm>> Acesso em: 28 jun 2011.

Brasil e Guiana são vizinhos há muito tempo, mas nem tão vizinhos há tanto tempo. Argemiro Procópio lembra que o Brasil chegou atrasado à Guiana³⁸¹: “a China comprou do Canadá a *Guyana Sugar Corporation* e velozmente toma o lugar de grupos europeus no setor de mineração, cena impensável até poucos anos passados³⁸²” No setor agrícola, “a chinesa *Zhong Heng Tai Investment* produz bioetanol em terras amazônicas”³⁸³. A Rússia extrai bauxita na Guiana, por intermédio da *Rusal* que explora a mina Aroaima, a maior do país. A presença indiana é forte, lá os filmes de *Bollywood* fazem sucesso.

Para visualizar as posições brasileiras nesse tabuleiro, vale a pena analisar a desenvoltura do comércio sínico nessa geografia amazônica. Pequim presenteou Georgetown com o *Guyana International Conference Center*, principal centro de eventos da capital guianense, a face mais visível dos chineses no país. Inimiga generosa, a Venezuela perdoou as dívidas da Guiana e vende petróleo bem barato para espantar os fantasmas da invasão, vez ou outra, soltos na cabeça dos políticos guianenses. Depois de Caracas, Moscou cancelou 98% das dívidas da Guiana, equivalente a 16 milhões de dólares. Nova Delhi perdoou a dívida guianense de 28 milhões de dólares e ainda concedeu uma linha de crédito de 25 milhões para modernização de usinas de açúcar.

No encontro entre Bharrat Jagdeo e Wen Jiabao, premier chinês, restou claro o interesse da China nos recursos naturais da Guiana³⁸⁴. Medvedev, presidente russo, disse que: “Durante muito tempo, a Rússia tem estado ausente na América Latina e países do Caribe. Agora, uma decisão estratégica foi tomada, vamos desenvolver ativamente a cooperação.”³⁸⁵ Paralelamente, a Índia quer, também, fortalecer seus laços com os guianenses e marcar sua presença na região.

³⁸¹ PROCÓPIO, Argemiro. **A presença brasileira, russa, indiana e chinesa na Amazônia caribenha**. Cadernos Adenauer, a. XI, n. 4, O Brasil no contexto político regional. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

³⁸² Ibid., p. 199.

³⁸³ Ibid., p. 199.

³⁸⁴ Disponível em <http://opnew.op.gov.gy/index.php?view=article&catid=34%3Abulletins&id=186%3Achina-pledges-continued-support-for-guyanas-economic-development&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content> Acesso em 19 de jun. 2011

³⁸⁵ Disponível em <<http://www.caribarena.com/guyana/news/latest/president-jagdeo-on-official-visit-to-russia-201002027054.html>>> Acesso em 19 de jun. 2011

A projeção da geopolítica brasileira basta para entender que o Brasil não pode perder para Rússia, China ou Índia o espaço que deveria ser seu como um vizinho ativo e propositivo. Aparentemente não há disputa. Cada país busca uma inserção diversificada: a China, recursos para suas indústrias; a Índia, posicionar-se no Caribe e manter contato com os descendentes da diáspora indiana e a Rússia, *aggiornamento* de seus laços com a região, esmaecidos após o desmantelamento da União Soviética.

O acesso do Brasil ao Caribe, para implantação de uma liderança regional, passa necessariamente pela Guiana, e o Itamaraty parece esquecer-se disso. Se Brasília não quer atuar na mesma escala que Pequim ou Nova Delhi, ao menos que se lembre da presença de interesses brasileiros na Guiana. Brasília poderá oferecer a Georgetown, nesse ambiente multipolar, a solidariedade que a vizinhança física pode dar com menores custos e grandes benefícios mútuos. Tem como cooperar com a Guiana, por meio de modernas práticas agrícolas, na rizicultura e, sobretudo, na açucareira e na do bioetanol, aproveitando a tradição guianense no plantio da cana de açúcar.

Assim, entre Brasil, Rússia, Índia e China sobram espaços para um trabalho conjunto com a Guiana, a ponte ideal para o Caribe. Georgetown, sede da Caricom, espera desses países baleias, políticas de solidariedade, de correção das assimetrias, com tratamento especial e diferenciado.

CAPÍTULO IV – O DILEMA DE PERDER MAIS OU PERDER MENOS

4.1 INDEPENDÊNCIA OU SOBERANIA

A crença de que a Guiana se desenvolveria economicamente com financiamento externo se manteve entre seus líderes, desde Forbes Burnham até Bharrat Jagdeo. Entendem que essa ajuda, a longo prazo, contribuirá para uma autêntica independência, fornecendo capital e tecnologia para permitir que um país subdesenvolvido transforme sua economia de apêndice de nações industrializadas em unidade viável, autossustentável economicamente.

A necessidade de ajuda cria a base da dependência. As lideranças guianenses sabem ser difícil se desenvolver sem auxílio externo. Concomitantemente, há preocupação em fragmentar a soberania.

Esse dilema é antigo. Durante os anos que antecederam a independência, havia crescente percepção da necessidade de ajuda econômica. Na época, a independência era a preocupação das lideranças guianenses, restando pouca reflexão sobre o desenvolvimento estrutural da nação. Grande parte das discussões sobre o futuro papel dos investimentos externos serviram apenas para tranquilizar os britânicos e os americanos de que seus interesses econômicos estariam a salvo em uma Guiana independente, e que, portanto, deveriam apoiar suas reivindicações de soberania³⁸⁶.

Seja qual for a motivação, logo após a independência, o governo da Guiana falou de um grande plano de prosperidade que exigiria créditos provenientes do exterior. Segundo Hintzen³⁸⁷, os líderes guianenses estavam conscientes de que precisariam de ajuda externa por anos para construir seu país. O plano de desenvolvimento, anunciado em 1966, financiar-se-ia, em parte, com empréstimos externos e investimentos de capital estrangeiro.

³⁸⁶ BURNHAN, op. cit., p. 27.

³⁸⁷ HINTZEN, op. cit., p. 13-14.

A transferência de soberania recém adquirida, embora uma preocupação do governo, sequer se efetuiu. As boas relações de Georgetown com Washington³⁸⁸, entre 1966 e 1970, resultaram no aporte de recursos para o desenvolvimento do país. Investimentos retratados por Burnham como um mal necessário³⁸⁹.

4.2 NECESSIDADE DE CRÉDITOS EXTERNOS

Desmond Hoyte, ex-presidente e ex-ministro da Fazenda da Guiana, destacou duas maneiras de uma nação desenvolver sua economia: a abordagem autárquica da autossuficiência e a abordagem sustentada, com auxílio do capital externo. A autárquica implicava técnicas totalitárias, rejeitadas por princípios democráticos³⁹⁰. Apesar das discordâncias entre os políticos guianenses sobre os termos do investimento estrangeiro, inexistia dúvidas sobre a necessidade desses recursos.

Todos os presidentes da Guiana precisaram de créditos externos. Nos anos que se seguiram à independência, cresceu o debate sobre as condições em que o capital estrangeiro operaria. Era consenso que deveriam minimizar as restrições impostas³⁹¹.

O primeiro plano oficial de desenvolvimento – 1966 até 1970 – nasceu sob essa expectativa de ajuda externa: apoio prometido e esperado. As diretrizes estabelecidas pelo governo evidenciavam a necessidade de empréstimos. Aumentou, em Georgetown, a consciência dos riscos da dependência externa³⁹², em especial, que a dominação continuada da economia pelo capital estrangeiro esmaecesse a independência, recém-adquirida.

Também se desconfiava de que essa dependência financeira manteria o padrão da economia colonial de servir como fornecedor de matérias-primas para os países avançados.

³⁸⁸ RABE, op. cit., p. 154-157.

³⁸⁹ BURNHAN, op. cit., p. 53.

³⁹⁰ HOYTE, op. cit., p. 34.

³⁹¹ BIRBALSINGH, op. cit., p. 39.

³⁹² HOYTE, op. cit., p. 41.

Apenas a industrialização elevaria os padrões de vida do povo e permitiria à nação alcançar razoável grau de autossuficiência.

Desmond Hoyte, então ministro de Burnham, em defesa do capital estrangeiro, sustentava que a dependência de ajuda e investimentos externos não significam a continuação da relação de exploração econômica do passado. Pelo contrário, segundo ele, o poder do governo em supervisionar o capital estrangeiro garantiria que sua influência permaneceria limitada³⁹³. Cheddi Jagan, crítico do plano, denunciou-o como um salto de volta ao período pré-independência, significando a restauração da influência econômica britânica e a expansão da estadunidense³⁹⁴.

Dois anos depois do anúncio desse plano econômico, somente modestos créditos externos e relativamente poucos investimentos aportaram na Guiana. Naufragaram os projetos que dependiam do aporte de capital externo. O descontentamento com a situação econômica estava em ascensão. Para Georgetown restou claro inexistir vontade das nações avançadas em fornecer capital e apoio financeiro ao país.

4.3 GUIANIZAÇÃO: POLÍTICA RUIM, ECONOMIA RUIM

A ausência de investimentos e a propensão totalitária de Burnham afloraram projetos de desenvolvimento autárquico, com a nacionalização de multinacionais. O governo, em 1970, lançou o plano socialista, sugeriu que o capital interno e o estrangeiro se complementariam até que o nacional o suplantasse³⁹⁵. Embora, no início da década de 1970, ainda se buscassem investimentos estrangeiros, isso se fez com pouco entusiasmo. Georgetown se tornou propensa a culpar as dificuldades econômicas ao controle externo da economia.

³⁹³ Ibid., p. 37

³⁹⁴ JAGAN, op. cit., p. 309.

³⁹⁵ BURNHAN, op. cit., p. 77.

Burnham, em discurso de 1970, disse que a autossuficiência na produção de alumínio era ingrediente essencial da soberania. Falar de política independente carecia de sentido, segundo ele, se a Guiana tivesse que depender dos outros. Ele pediu uma revolução socialista, exortou os seus compatriotas a se tornarem heróis de desenvolvimento, tornando seu país forte e livre no sentido real da liberdade. Asseverou que intensificar esforços para aumentar a produção parecia mais importante do que medidas monetárias e fiscais, e que a chave para a prosperidade não estava em empréstimos estrangeiros, mas no próprio esforço da Guiana³⁹⁶.

A afirmação da independência, cada vez mais, passou a significar para o governo Burnham, relações equilibradas, anti-imperialismo e, finalmente, a autossuficiência. Da mesma forma, houve também, concomitantemente, escalada da retórica sobre os perigos dos investimentos estrangeiros. Mesmo assim, segmentos do governo não desistiram de atrair capital externo e desenvolveram novas formulações para manter esse capital fluindo para a Guiana³⁹⁷.

Em meio às crescentes críticas ao capital estrangeiro, o governo acelerou o ritmo da guianização da economia, fornecendo créditos, licenças e proteção às empresas nacionais. O ataque às propriedades estrangeiras, que objetivava controlar a política da produção com a nacionalização dessas empresas, cresceu. O governo propagava que o capital externo não levaria à industrialização e à autossuficiência econômica, mas sim à perpetuação da política de drenagem, em que os lucros obtidos com os recursos naturais da Guiana fluiriam para fora do país³⁹⁸.

De acordo com Burnham, o fracasso da Guiana para se desenvolver economicamente, nos primeiros anos de sua independência, deveu-se à intervenção econômica e política dos estrangeiros, por um lado, e à instabilidade resultante da experiência da Guiana com a democracia liberal, por outro³⁹⁹.

A nacionalização de empresas estrangeiras e a incorporação pelo governo de 80% da economia⁴⁰⁰ transformariam, segundo o discurso oficial de Georgetown, uma economia

³⁹⁶ BURNHAN, op. cit., p. 81-85.

³⁹⁷ RABE, op. cit., p. 162-165.

³⁹⁸ BURNHAN, op. cit., p. 87.

³⁹⁹ RABE, op. cit., p. 162-165.

⁴⁰⁰ TURNO A., op. cit. 149.

colonial em nacional, apta a produzir uma sociedade justa e próspera. Apesar dessas críticas ao capital transnacional, os políticos guianeses sabiam que necessitavam dele e se comprometeram a não nacionalizar, em grande escala, os negócios estrangeiros. Mesmo em seus discursos, Burnham insistiu que ele não era completamente contrário ao capital multinacional, mas que o via como o último recurso, depois que o capital nacional e os empréstimos externos se esgotassem⁴⁰¹.

Na verdade, o capital vindo de fora estava em perigo. Propriedades britânicas foram expropriadas e investimentos norte-americanos nacionalizados. A ausência de financiamento externo levou Burnham a alertar para os perigos de se pensar o desenvolvimento apenas com o auxílio estrangeiro, subestimando o capital próprio da Guiana. Mesmo tendo deixado claro que não fazia nenhuma objeção em aceitar doações externas, afirmou que uma nação somente pode se tornar grande se for autossuficiente⁴⁰².

Apesar da sensibilidade crescente para os perigos de dependência da ajuda externa, somente após 1973, a Guiana passou a receber um auxílio substantivo. Na esperança de aumentar o montante do aporte, reduzindo a dependência do ocidente, o governo buscou e recebeu amparo da então União Soviética e de países do Leste Europeu. O auxílio apareceu principalmente na forma de empréstimos a longo prazo e incluía créditos comerciais⁴⁰³.

Observa Bernard⁴⁰⁴ que: “a inelegibilidade da Guiana para empréstimos futuros das principais instituições financeiras internacionais e a ausência de investimento direto no país através das empresas multinacionais deixaram a economia totalmente dependente da assistência de outras fontes não-tradicionais e das receitas das exportações”. O declínio sistemático dessas, à exceção da bauxita, “combinado com níveis imprevisíveis e irregulares de assistência de fontes não-tradicionais resultaram na incapacidade da Guiana de realizar seu potencial comercial⁴⁰⁵”.

Outro fator de aproximação com os países comunistas, nos anos 1970 e 1980, era se afastar da insistência ocidental em condicionar a ajuda econômica a impopulares programas

⁴⁰¹ BURNHAM, op. cit., p. 92.

⁴⁰² Ibid., p. 100.

⁴⁰³ BERNARD, op. cit., p. 31-36

⁴⁰⁴ Ibid., p. 37.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 37.

de estabilização. Georgetown considerava inaceitável o custo político das reformas propostas e acusou as nações ocidentais. Burnham afirmou que o imperialismo estava tentando derrotar a revolução guianense. Disse mais, que a ajuda econômica era com ameaça, como uma arma, para que possamos seguir seus desejos⁴⁰⁶.

Os anos seguintes, caracterizados por intensificação da consciência dos riscos envolvidos em investimentos e ajuda externa, aprofundaram a convicção de que a independência se garantiria somente mediante uma estratégia de desenvolvimento que reunisse duas condições: uma ênfase na industrialização e em uma agricultura com autossuficiência e outra na redução da inflação por meio de medidas monetárias.

4.4 O RIO SECOU: A ABERTURA ECONÔMICA

Embora o terceiro plano econômico date da segunda metade da década de 1970, os empréstimos ocidentais objetivavam amenizar a influência esquerdista no Caribe⁴⁰⁷. Apenas após o falecimento de Burnham (1985), a posição oficial da Guiana sobre o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional sofreu uma inversão completa. Washington deixou claro que consideraria os pedidos de ajuda somente se o governo realizasse programa de estabilização aceitável para o FMI⁴⁰⁸.

O país atravessava dificuldades. Fatores endógenos e exógenos se combinaram com a crise econômica e a recessão para causar a marginalização da Guiana frente à economia mundial⁴⁰⁹. Hoyte, por isso, ajustou a economia aos desejos dos países credores. Cessou o confronto com o Ocidente e fixou políticas econômicas com rigorosas medidas monetárias, destinadas à estabilização com dependência de empréstimos estrangeiros.

A despeito do fluxo de capital externo e da estratégia de desenvolvimento do governo, em realçar a estabilização monetária e a relativa liberdade para os investidores

⁴⁰⁶ BURNHAN, op. cit., p. 100.

⁴⁰⁷ “(...) of potentially major significance in US efforts to check the spread of leftist influence in the Caribbean”

⁴⁰⁸ HOYTE, op. cit., p. 11.

⁴⁰⁹ BERNARD, op. cit., p. 37.

estrangeiros, a ambivalência sobre esse auxílio – que existiu desde os primeiros dias de vida da Guiana como nação independente – de modo algum diminuiu. Ao contrário, cresceu com a economia interna cada vez mais caldatária da política externa.

A firme convicção de que o país precisava de capital externo se acompanhava da profunda preocupação com os perigos da dependência. A principal fonte de angústia era psicológica, abalava a imagem de nação independente.

Georgetown, assim, viu-se confrontada com a escolha: ou seguir a tentativa de se desenvolver com auxílio financeiro externo ou abandonar qualquer esperança de progresso econômico significativo. A insuficiência de capital nacional, o nível predominantemente baixo de escolaridade e de habilidades técnicas – após a emigração da mão de obra qualificada –, além da burocracia guianense, limitavam severamente a capacidade do país de mobilizar recursos internos e tornavam o autodesenvolvimento irrealista⁴¹⁰.

A preocupação com a estabilidade a qualquer preço não refletia os interesses dos guianeses, mas sim do FMI que, como os credores internacionais, estava naturalmente mais preocupado no retorno de seus investimentos financeiros do que em estimular a atividade econômica local.

A crença de que a estabilização política seria essencialmente um produto estrangeiro se refletia em ácidas críticas dirigidas ao governo. A oposição argumentava que a política econômica decorria de teorias extraídas de livros ocidentais, aplicáveis a países industrializados, mas impróprias e inadequadas para nações em desenvolvimento⁴¹¹.

Os empréstimos, segundo o Partido Popular Progressista, seriam dispensáveis caso se combatesse a corrupção⁴¹² e se racionalizasse a burocracia. Esse discurso era falacioso. A Guiana não tinha capital interno a mobilizar e a expansão da base tributária, a redução da corrupção, do contrabando e a racionalização da burocracia não são alternativas à ajuda econômica, mas medidas de boa administração a serem implantadas.

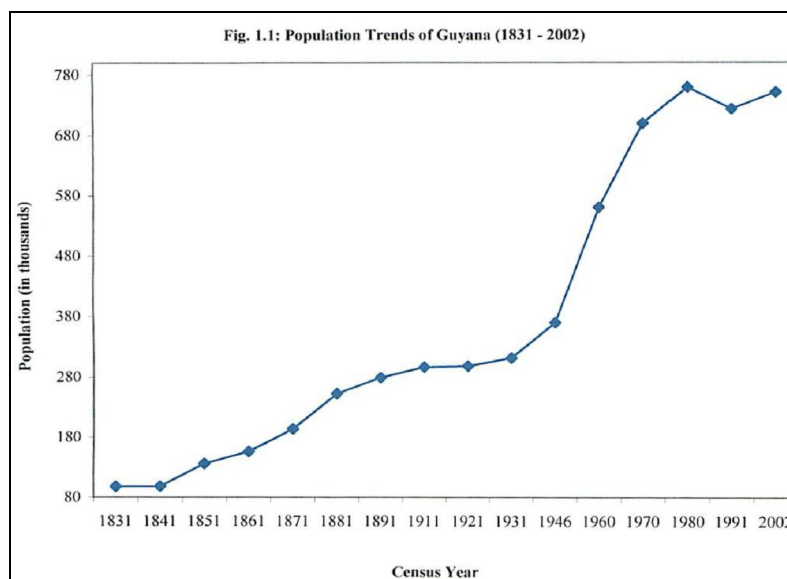
⁴¹⁰ HOYTE, op. cit., p. 12.

⁴¹¹ JAGAN, op. cit., p. 400.

⁴¹² Ibid., p. 378.

Em um país industrializado, um aperto de crédito e restrição de gastos do governo podem conter a inflação sem estrangular a atividade produtiva, mas em um país subdesenvolvido, onde a inflação está enraizada e há carência de capacidade produtiva, essas políticas são suscetíveis de produzir a estagnação e, assim, inibir o desenvolvimento econômico. Dessa forma, a cartilha do FMI de combate à inflação levou a Guiana a desastrosos resultados sociais, agravados pelo crescimento populacional, como se pode vê no seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Evolução populacional da Guiana (1831 a 2002).



Fonte: Disponível em: < <http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html#popcenfinal> >

Lembra Bernard, em texto escrito sobre o final do governo Hoyte: “destituída de recursos tradicionais que possibilitam a industrialização (...) e sobrecarregada pela dívida externa, defasagem tecnológica e impactos sócio-econômicos, a Guiana se acha frente a um cenário econômico internacional desanimador (...), fecham-se os mercados, fraciona-se o mundo.”⁴¹³

⁴¹³ BERNARD, op. cit., p. 82.

Recapitulando, nesse clima, Cheddi Jagan (1992-1997) assumiu a presidência⁴¹⁴; recebeu, em suas próprias palavras, um país com economia aparentemente saneada, porém estruturalmente em frangalhos e atado a compromissos internacionais⁴¹⁵, que teve que honrar. Crítico da política econômica de Desmond Hoyte (1985-1992), manteve-a, com poucas alterações. No que foi seguido por Janet Jagan (1997-1999) e Bharrat Jagdeo (desde 1999) que conservaram o país aberto a investimentos externos que raramente aportaram.

⁴¹⁴ 1992

⁴¹⁵ JAGAN, op. cit., p. 401.

CAPÍTULO V – OS VIZINHOS

5.1 BRASIL, O COLOSSO DO SUL

Rashleigh Jackson, ex-ministro de Relações Exteriores da Guiana, relata que o primeiro contato profissional que teve com o Brasil ocorreu em um curso para diplomatas do Caribe, organizado em Barbados, pelas Nações Unidas. Recorda que dentre os palestrantes se destacava o brasileiro Roberto Campos, que impressionou a todos pela clareza de raciocínio e inteligência. Causou admiração, ainda, a organização do Itamaraty e a excelente reputação do Instituto Rio Branco, onde posteriormente diplomatas guianenses receberam formação⁴¹⁶.

Não apenas o brilhantismo das aulas de Roberto Campos, expoente do pensamento conservador brasileiro, aproximaram Georgetown – governada por marxistas – da Brasília dos militares de direita. A reivindicação da Venezuela por três quartos de seu território, a região do Essequibo, e as indefinições da fronteira com o Suriname, em especial, o limite marítimo e a reclamação da área conhecida como *New River Triangle*, levaram a *State House* a definir sua integridade territorial como prioridade para a área externa, e o incremento das relações com o Brasil estava no topo da lista. Por lá, cultivava-se a esperança de que a diplomacia brasileira servisse de contrapeso à pressão venezuelana. Os motivos eram robustos.

A Guiana tem com o Brasil sua mais extensa divisa, ou seja, 1605 km, conforme se pode vê no mapa que segue na próxima página. Territorialmente definidas, as fronteiras brasileiras se fixaram por tratados. A intangibilidade desses acordos demarcatórios é característica da política externa do Itamaraty, historicamente avessa a alterações do *status quo*, mesmo quando o Brasil é prejudicado. Por exemplo: a fixação de limites com a então Guiana Inglesa, conhecida na história como Questão do Pirara, deu-se com manifesto prejuízo brasileiro.

⁴¹⁶ JACKSON. op. cit., p. 40.

Figura 3 – Mapa da Guiana.



Fonte: Disponível em: <http://www.pilotfriend.com/world_facts/world/maps4/Guyana.htm>

Lembra Aimeré Freitas que: “em 1835, o prussiano Robert Schomburgk, a serviço da Inglaterra, foi mandado à Guiana Britânica para fazer um levantamento da Geografia Física e Astronômica do interior da Guiana. Ele iniciou seus estudos no vale do rio Essequibo, mas chegou até o território luso-brasileiro. Por onde passou, encontrou sinais da soberania brasileira. O comandante do Forte São Joaquim encontrou-o e tratou-o com deferência⁴¹⁷”.

Schomburgk retornou à região em 1837 e, em 1840, “regressando a Georgetown de suas viagens ao interior da Guiana, desenhou um mapa que foi apresentado em Londres, indicando uma nova fronteira que era, na verdade, apenas sua versão. Essa carta era um desrespeito à realidade imposta pela geografia e ao exercício da soberania brasileira na região.

⁴¹⁷ FREITAS, Aimeré. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista: DLM, 2001, p. 109.

Sob a impressão dessa carta, a opinião pública inglesa começou a enxergar o assunto sob a ótica de Schomburgk. E isso começou a dar resultado, dentro do governo inglês⁴¹⁸.”

Em dezembro de 1898, o Brasil aceitou a proposta britânica de submeter a questão à decisão arbitral do Rei da Itália. Em 1904, Vittorio Emanuele III, em prejuízo ao Brasil, decidiu parcialmente favorável à pretensão da Inglaterra, concedendo-lhe 19.630 km² de território brasileiro, área quase do tamanho de Israel⁴¹⁹, equivalente à metade da Suíça⁴²⁰.

Apesar de ter sido, como Caracas, vítima de decisão arbitral viciada por erros, Brasília dificilmente veria com bons olhos a eventual invasão da Guiana pela Venezuela, para anexar Essequibo.

Isso, parece que Caracas esqueceu de anotar. Sadio Garavin di Turno, ex-embaixador da Venezuela em Georgetown⁴²¹, definiu as relações com o Brasil nos seguintes termos: “ante o enfrentamento diplomático com a Venezuela e devido à inexpressiva relação político-comercial com a América Latina, a Guiana podia contar, no hemisfério ocidental, apenas com o respaldo do Caribe anglófono. A reclamação venezuelana vinha associada à opinião majoritária dos setores dirigentes latino-americanos, a outras reclamações, como Malvinas e Belize, também produto da ação colonial britânica na região⁴²².”

Nesse contexto, prossegue ele, “diante da inegável relevância geopolítica do Brasil na região, sua posição a respeito da controvérsia guiano-venezuelana tinha aos olhos dos dirigentes guianenses uma importância capital. Por sua vez, o governo militar brasileiro, visceralmente anticomunista, havia visto com bons olhos a chegada ao poder da coalização moderada PNC-UF, em substituição ao governo presidido por Jagan [1953], um marxista-leninista pró-soviético confesso⁴²³”.

O fortalecimento dessa fronteira norte se revelava importante ao Brasil. Caracas romperia relações com Brasília, em razão do golpe de estado de 1964. A Venezuela, em razão de um processo interno de consolidação da democracia, com reflexos em sua política externa,

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ 20.770 km²

⁴²⁰ 41.284 Km²

⁴²¹ Na década de oitenta do século passado

⁴²² TURNO A., op. cit., p. 110.

⁴²³ Ibid., p. 110.

negava reconhecer qualquer regime – de direita ou de esquerda – que se originasse de rompimento da ordem institucional. Conhecida na história como doutrina Betancourt, em homenagem a seu idealizador, o presidente Rômulo Betancourt, essa política levou a Venezuela a romper relações com a Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba e Peru. O restabelecimento das relações com o Brasil se deu em 1969, no governo Rafael Caldera, que flexibilizou a doutrina Betancourt, ante os efeitos danosos provocados pelo isolamento⁴²⁴.

A *State House*, sede do governo da Guiana, registrou a insatisfação de Brasília com Caracas que então recusava relacionamento com o governo militar brasileiro. A resposta à atitude venezuelana veio em julho de 1968, quando o ministro das Relações Exteriores do Brasil, José de Magalhães Pinto, emitiu um comunicado no qual afirmava a tradicional posição brasileira em relação à inviolabilidade dos tratados e ao frutífero cumprimento dos acordos internacionais.

Em relação à controvérsia sobre Essequibo, o Brasil, oficialmente manifestava neutralidade. O comunicado de Magalhães Pinto foi lido por Georgetown como sinal de apoio, ao ponto de no mês seguinte Brasília receber uma missão oficial da Guiana, composta por vários ministros e chefiada pelo vice primeiro-ministro Reid. Foi o primeiro contato de alto nível entre os dois países e “formalizou o estabelecimento de relações diplomáticas”⁴²⁵.

O comunicado conjunto desse encontro registra que as discussões se deram em tom de cordialidade e amizade. Um ano após, instalaram o Centro de Estudos Brasileiros em Georgetown, visitado pelo autor em 2008, quando constatou *in loco* que essa casa de cultura promove uma compreensão mais ampla do Brasil e de sua sociedade para os guianenses. Em 1969, o ministro das Relações Exteriores da Guiana, Shiridath Ramphal, esteve no Brasil, visita retribuída, em 1971, por seu homônimo brasileiro, Gibson Barbosa⁴²⁶.

Essas visitas, segundo Rashleigh Jackson, edificaram relações baseadas na confiança e, como resultado inicial, criaram uma comissão binacional para cooperação econômica, oferecimento de linha de crédito para a Guiana e estabelecimento de embaixadas⁴²⁷.

⁴²⁴ Papeis Legislativos, n.º 6, out. 2007.

⁴²⁵ JACKSON. op. cit., p. 41.

⁴²⁶ Ibid., mesma página.

⁴²⁷ Ibid., mesma página.

A decisão de abrir embaixada em Brasília, em 1968, atraiu a ira de Cheddi Jagan, líder da oposição, que a classificou como “o mais recente desperdício de recursos públicos” e condenou Forbes Burnham “por aliar a Guiana com o reacionário regime militar brasileiro”. Foi mais além, com dose de preconceito contra a inserção continental, registrou que os laços da Guiana com o Brasil testemunhariam o pior aspecto da latino-americanização da política e cultura guianenses⁴²⁸.

No editorial intitulado “The question of Brazil”, no jornal *The Mirror* de 10 de agosto de 1972, o partido de Cheddi Jagan pontuou que “em numerosos artigos e editoriais (...) nós alertamos sobre o perigo de relações próximas com o Brasil (...) e apesar dos avisos, Burnham insiste em se aproximar do governo fascista do Brasil, ao ponto de enviar pessoal militar para ser treinado lá.⁴²⁹”

Essa aproximação teve percalços, conforme mencionado nas páginas 74 e 75 desta pesquisa. Georgetown, em ato de consequências mal avaliado, irritou profundamente os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, ao permitir, em 1975, que aeronaves cubanas de transporte de tropas para Angola pousassem em seu território para abastecimento.

O governo brasileiro mobilizou tropas até a fronteira com a Guiana e o Ministério de Relações Exteriores guianense recebeu uma nota brasileira requerendo inspeção nos marcos fronteiriços⁴³⁰. Burnham rapidamente voltou atrás e cancelou a autorização de pouso para aviões cubanos. Para tristeza do Palácio de Miraflores, que nunca esqueceu da *zona en reclamación*, esse entrevero mostrou, como observa o ex-embaixador venezuelano⁴³¹, Sadio Garavin di Turno, que a Guiana evitaria, como premissa de política externa, a deterioração de suas relações com Brasil e Venezuela, ao mesmo tempo.

Em julho de 1976, Fred Willis, ministro guianense das Relações Exteriores, visitou o Brasil e fixou os princípios que norteariam as relações entre os dois países: a não interferência

⁴²⁸ Ibid., p. 42.

⁴²⁹ Ibid., mesma página.

⁴³⁰ TURNO A., op. cit., p. 110

⁴³¹ Na década de oitenta.

em assuntos internos, a solução pacífica dos conflitos, a integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras⁴³².

A aproximação com o Brasil – vista na época como questão de segurança para conter pretensões expansionistas dos vizinhos da Guiana e não como projeto de inserção continental – careceu de continuidade. Marcou-se por fluxos de aproximação e de distanciamento, pontuados pela maior ou menor reivindicação venezuelana.

A assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA⁴³³, em Brasília, em julho de 1978, proporcionou especial oportunidade ao Brasil e à Guiana de discutirem as relações bilaterais para além do tema de segurança de fronteiras. O Tratado representou, nos termos de um de seus parágrafos preambulares, “o início do processo de cooperação entre os oito estados amazônicos⁴³⁴” e também foi o primeiro acordo assinado entre Georgetown e Caracas.

Lembra Silveira que: “o Tratado de Cooperação Amazônica operou significativa aproximação entre os países amazônicos, principalmente de cunho comercial e técnico, onde predominou sobretudo o interesse econômico das partes envolvidas. Mas o Tratado de Cooperação Amazônica também experimentou um desenvolvimento institucional satisfatório até culminar com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1998.⁴³⁵” Procópio, por sua vez, observa que esse tratado inseriu na política externa regional “espécie de embrião de uma consciência ecológica coletiva da parte amazônica da América Latina”.⁴³⁶

Bernard fornece a visão guianense sobre o Tratado de Cooperação Amazônica: “O radicalismo político da Guiana conseguiu atrair a atenção do Colosso do Sul, cujas preocupações geopolíticas na época não podiam permitir qualquer tipo de penetração na

⁴³² JACKSON. op. cit., p. 42.

⁴³³ O Tratado de Cooperação Amazônica tem por escopo a concertação política e diplomática entre os países da região para em conjunto trabalharem as potencialidades, as necessidades e a heterogeneidade da Amazônia. Rubens Ricupero lembra que “ao buscar as origens do Tratado de Cooperação Amazônica” há “uma tendência universal em favor do tratamento adequado em acordos cooperativos, de certos problemas das bacias hidrográficas e das regiões geográficas mais amplas, de sua influência direta e ponderável” (*in* O Tratado de Cooperação Amazônica, Revista de Informação Legislativa, Brasília, n.º 81, ano 21, pp. 179-182).

⁴³⁴ Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴³⁵ SILVEIRA, Edson Damas da. **Direito Sócioambiental** – Tratado de Cooperação Amazônica. Curitiba: Juruá, 2005, p. 72.

⁴³⁶ PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia: ecologia e degradação social**. São Paulo: Alfa-ômega, 1992, p. 233.

região amazônica. Logo, em 1977, num lance diplomático formidável, o governo brasileiro convidou a Guiana a participar, junto com outros seis países sul-americanos, num esforço de cooperação sub-regional – o Tratado de Cooperação Amazônica.⁴³⁷”

Em janeiro de 1982, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, visitou Georgetown e assinou vários tratados, dentre os quais se destaca a construção da Ponte sobre o Rio Tacutu, inaugurada, em setembro de 2009, ou seja, vinte e sete anos depois.

As relações entraram em novo nível com o convite do presidente Figueiredo para que o presidente Burnham visitasse Brasília, o que ocorreu entre setembro e outubro de 1982. Em 1988, Roberto de Abreu, ministro brasileiro das Relações Exteriores viajou para Georgetown e, quatro meses após, o então presidente Sarney esteve na Guiana, em missão oficial. A primeira de um presidente brasileiro, na qual enalteceu a etnia, a natureza amazônica e o ideal de democracia. No ano seguinte, o presidente Hoyte retribuiu a visita.

O Itamaraty, despercebido da relevância estratégica da região, manteve relações quase protocolares com o país na década de 1990. Essa postura excludente, entretanto, não era de hostilidade, mas de agenda. A Guiana não era encarada, na linguagem de Celso Lafer⁴³⁸, como um “nicho de oportunidade”, estando ausente da estratégia diplomática, do quadro de prioridades. Essa política de seletividade e baixa intensidade foi respondida com a mesma moeda pela *State House*, sede do governo da Guiana, especialmente após a ascensão de Cheddi Jagan ao poder (1992-1997).

A frustração econômica com a Caricom, incapaz de implementar políticas de desenvolvimento, levou Georgetown a se aproximar novamente do Brasil, visto como grande nação emergente. A abertura da ponte sobre o rio Tacutu marcou simbolicamente essa “nova era”. Segundo Bharrat Jagdeo, essa obra, inaugurada em 14 de setembro de 2009, possuía valor maior que o econômico, ela seria elemento para fixar a identidade sul-americana da Guiana:

Hoje é a cerimônia, no entanto, muito mais do que a simples abertura de uma ponte, que tem sido muito esperada. É, ao contrário, uma ocasião que é repleta de simbolismo histórico para os nossos dois países e para o nosso hemisfério inteiro.

⁴³⁷ BERNARD, op. cit., pp. 12-13.

⁴³⁸ LAFER, Celso. *Perspectivas e Possibilidades da Inserção Internacional do Brasil. Política Externa*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 100-121, 1992.

Durante séculos (...) ao longo de nossa história colonial inteira, e ainda mais recentemente, quando as relações latino-americanas foram dominadas por superpotências geopolíticas, muitos dos nossos países foram mantidos reféns por um modelo de política e filosofia, que promoveu a construção de barreiras (...)

(...) somente nos últimos anos e com o surgimento da atual geração de líderes em nossa região, que essa filosofia mudou para uma busca deliberada da integração da América do Sul. (...) nossos povos são melhores servidos pela eliminação das barreiras em toda a América do Sul e na sua construção de pontes, tanto no sentido literal como o físico que abrimos hoje.

(...) Enquanto andamos sobre a ponte do rio Tacutu, nesta tarde, damos um passo concreto reafirmando no Brasil, na Guiana e nas mentes de brasileiros e guianenses, que pertencemos à mesma região, que partilhamos o mesmo continente e o mesmo destino e que há maneiras práticas pelas quais podemos trabalhar juntos para fazer com que um destino mais promissor para nossos países e povos.⁴³⁹

Em outro trecho de sua fala, o presidente Jagdeo agradece e reconhece o apoio do Brasil para a inserção da Guiana no contexto sul-americano:

(...) a Guiana e o Brasil também são parceiros na Unasul para alcançar uma maior integração com o sul do continente americano. Nós apreciamos a liderança demonstrada pelo Brasil a nível regional e multilateral, e em particular pelo presidente Lula, na superação dos desafios e nas soluções para os problemas históricos de isolamento e abandono das pessoas em nosso continente.

Na verdade, é através da liderança do presidente Lula que países como Guiana e que, por razões que só podem ser atribuídas ao artefato histórico foram previamente excluídos, estão agora abraçados dentro do engajamento na América do Sul para a integração e o desenvolvimento. Agradecemos por isso.⁴⁴⁰

Explica, também, a razão pela qual a Guiana busca sua inserção continental, tantas vezes adiada:

(...) como resultado de fatores históricos, a abordagem tradicional em países como o nosso tem sido a de olhar para o norte e, embora se reconheça o nosso destino continental, este destino não tem se materializado de maneira observável, tampouco tem sido perseguido com afinco. Entretanto, através de um reforço das relações com o Brasil, podemos mudar a retórica para a ação e reforçar nas mentes dos jovens guianenses que são sul-americanos, tanto quanto eles são caribenhos e que a prosperidade pode ser reforçada por relações ao sul da nossa fronteira.

Gostaria de afirmar, nesta ocasião, para que não haja dúvidas, a nossa visão para a Guiana é aquele que vê a realização deste destino continental, não por necessidade, mas por escolha (...)⁴⁴¹

⁴³⁹

Disponível

em:

<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:AQhbc6BARicJ:www.minfor.gov.gy/tSITE/images/minfor_docs/other_speeches/speech_takutu_bridge.pdf+river+Bharrat+speech+Lula&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgApaFu8x8WW4Ub7hGhRsYYjU9ppWhPpC0CXatRaaQTczcjIbw3wGR1Ckk2hhlX_-cptnyreUja4rxlEPEwe00XEVRt5oVXhPsrftTfFdfgrg47R_W12cHU72W2zgDvc-R1O16&sig=AHIEtbT6hCs23IgXZIV-WuacqnXYoS-HGg>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁴⁰ Ibid.

⁴⁴¹ Ibid.

Esclarece que essa aproximação se edifica em base econômica, diferente do passado, quando se ancorava na segurança. Deixa claro que espera investimentos brasileiros: “(...) a Guiana incapaz de financiar todos esses projetos por conta própria [investimentos em infraestrutura], a sua importância ditam que eles sejam realizados por mobilização de alianças estratégicas e apoio de parceiros como o Brasil.”⁴⁴² Nessa nova agenda, o incremento do comércio, especialmente, de importações de produtos da Caricom pelo Brasil, tem lugar de destaque para Jagdeo:

Quando se considera a proximidade geográfica do Brasil e da Guiana, é impressionante como tem sido modesto, até agora, o nível de atividade comercial. Em 2004, o comércio total entre os dois países equivalia a meros US\$ 9,7 milhões com as importações guianenses do Brasil, representando quase toda essa atividade. Desde então, o comércio total entre a Guiana e o Brasil quase duplicou, alcançando a cifra de US\$ 17,8 milhões, em 2008.

Em uma análise mais ampla, baseando-se em toda a Comunidade do Caribe as importações do Brasil aumentaram de US\$ 744 milhões de dólares em 2004 para US\$ 1,2 bilhões de dólares em 2007 e, apesar do crescimento recente e rápido, total das exportações do Caricom para o Brasil continua pequeno em comparação, tendo aumentado de US\$ 38 milhões para US\$ 91 milhões dólares no mesmo período. A mensagem é clara. Apesar do crescimento nos últimos anos, há margem para a vasta expansão do comércio entre Brasil, Guiana e o resto do Caricom.⁴⁴³

O presidente Lula correspondeu às expectativas guianenses, afirmou em seu discurso que, no início de outubro de 2009, representantes do governo brasileiro iriam a Georgetown tratar do projeto conjunto de construção de uma hidrelétrica com potencial de 800 megawatts, até hoje só no papel:

O Presidente Jagdeo, tem interesse prioritário em uma hidrelétrica de 800 megawatts (...) Precisamos de energia para realizar todo esse potencial de cooperação e investimento. Estamos prontos a financiar a construção por empresas brasileiras de hidroelétricas na Guiana. A possibilidade de essa geração também atender a Roraima fará da interconexão energética entre nossos países uma realidade.⁴⁴⁴

Em relação ao comércio, também enfatizou: “precisamos reduzir o desequilíbrio em nossas trocas comerciais. O ingresso da Guiana, a partir de hoje, no Programa de Substituição Competitiva de Importações fomentará suas exportações para o Brasil.”⁴⁴⁵

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Ibid.

⁴⁴⁴ Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/09/14/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-ponete-binacional-sobre-o-rio-itacutu-boa-vista-rr-14092009/>> . Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁴⁵ Ibid.

Sobre a integração do Brasil com o Caribe, o então presidente Lula ressaltou: “Com a ponte sobre o Rio Tacutu, estamos incorporando a Guiana definitivamente à América do Sul. Mas essa obra também leva o Brasil ao Caribe. Estou convencido de que não haverá integração sul-americana, nem latino-americana, sem uma forte presença caribenha. É por isso que o Brasil recentemente aderiu ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, como membro regional. É com a mesma convicção que esperamos realizar, no Brasil, em 2010, a primeira Cúpula Brasil-Caricom.”⁴⁴⁶

A reunião prometida por Lula de fato ocorreu. Bharrat Jagdeo e doze membros de uma delegação brasileira, dirigida pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, tiveram uma reunião para discutir o projeto⁴⁴⁷, em 02 de outubro de 2009. Gianfranco Micelli, da Andrade Gutierrez Construction, encarregada da obra, informou que: “O projeto deve custar cerca de 250 milhões de dólares e que começará provavelmente em algum momento do próximo ano, para que seja completado em 2015, quando a primeira turbina começará a gerar energia.”⁴⁴⁸.

Conforme lembrado na página 95 desta tese, o Brasil chegou atrasado. A presença de outros países baleias, especialmente, China, Índia e Rússia, decidirá as áreas de parceira estratégica. É justamente essa presença sino-indiana na região que pede uma redefinição da diplomacia brasileira para o Caribe, mais direta, estrutural e prospectiva. O Estado brasileiro não tem a força da economia chinesa, tampouco os laços culturais dos indianos, nem a amizade que une Jagdeo à Rússia, mas, pela geografia favorável, possui meios de incluir a Guiana e o Caribe em seu espaço de influência. Os instrumentos de trabalho para a região como um todo são a diplomacia, a ajuda técnico-financeira e o comércio.

Apesar de atado economicamente a Washington, subsiste no imaginário político-guianense a percepção do Brasil como uma cópia continental dos Estados Unidos da América⁴⁴⁹. E, por isso, há o receio de que os pequenos Estados do Caribe, em especial, a Guiana, sejam esmagados entre os dois ou absorvido por um deles⁴⁵⁰. A presença de tropas brasileiras no Haiti é vista com desconfiança. O Haiti é membro da Caricom e essa

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=71421>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ Editorial do Stabroek News de 16 de setembro de 2008

⁴⁵⁰ SEARWAR, Lloyd. **Guyana and the World**. Guyana Publications Incorporated, 2007, p. 65.

comunidade deveria ser mais ouvida e ter papel decisivo no auxílio internacional. O que não ocorreu. A aparente indiferença da missão brasileira às pretensões da Caricom apenas alimenta desconfianças de um subimperialismo brasileiro no Caribe.

Ou seja, o pesadelo e os temores que o colonialismo deixou às soltas atormentam a Guiana. Esse temor precisa ser removido, em seu relacionamento com o Brasil amparado em interesses mútuos. Outro aspecto importante, Brasília necessita desenvolver fluxos de comércio e de aproximação efetivos. Seus projetos, quando não são de pequena envergadura, morrem engavetados⁴⁵¹. Por consequência, “o que o Brasil promete para o futuro com os guianenses, o pragmatismo sino-indiano faz no presente⁴⁵²”

O Itamaraty deve deixar claro que o Brasil é uma potência *status quo*, que não quer alterar a seu favor o equilíbrio de poder no Caribe, nem se envolver em conflitos na região. Bom palco para apresentar isso foi a Primeira Cúpula Brasil-Caricom, encontro realizado em abril de 2010, em Brasília, com todos os países membros do grupo caribenho. O presidente Lula aproveitou a ocasião para esclarecer que a presença brasileira no Haiti é apenas assistencialista. Afirmou que “é possível ser solidário, respeitando a soberania do povo haitiano”⁴⁵³, ou seja, apresentou o Brasil como o gigante gentil.

Saindo do plano do discurso, embora essa região ainda esteja longe das prioridades da diplomacia brasileira; lembre-se de que ela é fonte de matéria prima e mercado de exportação. Além disso, a regra da ONU de um país, um voto pode tornar os pequenos Estados caribenhos força decisiva em demandas internacionais, com perspectivas de articulação internacional e de cooperação com o Brasil.

Frente a esse quadro, Brasília certamente compreenderá que dela se espera muito. O Brasil é o país que mais esperança oferece à Guiana no contexto de relações sólidas. Georgetown espera investimentos brasileiros em sua anêmica economia aptos a gerar empregos e novas oportunidades de desenvolvimento. A capacidade do Brasil de realizar esses investimentos, sem replicar os padrões das grandes potências, definirá o grau de inserção continental da Guiana, ponte essencial para o Caribe.

⁴⁵¹ PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 4. ed., Curitiba: Juruá, 2009, p. 328

⁴⁵² PROCÓPIO, op. cit., p. 325

⁴⁵³ Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-brasil-comunidade-do-caribe-caricom/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

5.2 SURINAME, A VIZINHANÇA ESPINHOSA

As relações diplomáticas entre a Guiana e o Suriname nunca fáceis, permeiam-se pela indefinição da fronteira, por desconfianças recíprocas e por pouco entusiasmo para solucionar suas pendências.⁴⁵⁴ Paradoxalmente, ambas as nações necessitam, de modo imprescindível, uma da outra.

A principal divergência diz respeito às questões fronteiriças. A primeira, sobre os limites do Rio Corentino. Sadio Garavin di Turno, ex-embaixador da Venezuela em Georgetown, definiu a questão nos seguintes termos: “O Rio Corentino é o limite reconhecido entre a Guiana e o Suriname. Em seu curso mais alto, o Corentino se bifurca em dois braços importantes. A controvérsia consiste basicamente que a Guiana considera o ramo oriental como o legítimo Corentino, enquanto o Suriname afirma o contrário. Os braços do rio e a fronteira com o Brasil formam um triângulo, chamado pela Guiana de *New River Triangle*. Aí está o objeto da controvérsia⁴⁵⁵.”

Em dezembro de 1967, pouco mais de um ano após a independência da Guiana, a polícia de Burnham expulsou de *New River Triangle* um grupo de funcionários do governo de Paramaribo que trabalhava no reconhecimento do território. Em agosto de 1969, narra Di Turno, “um destacamento do exército guianense tomou a força uma pista de pouso e um acampamento militar construído pelo exército surinamês no *New River Triangle*. Depois de certa resistência armada os soldados surinameses se retiraram do território em disputa⁴⁵⁶.”

Com o auxílio de Eric Williams, primeiro-ministro de Trindad, Burnham da Guiana e Jules Sedney, primeiro-ministro do Suriname, encontraram-se em Chaguaramas, em abril de 1970. No mesmo ano, novos encontros ocorreram em Georgetown⁴⁵⁷ e Paramaribo⁴⁵⁸. Ao final desses, os governos do Suriname e da Guiana acordaram “a pronta desmilitarização das zonas fronteiriças comuns e o estabelecimento de uma comissão permanente Guiana-

⁴⁵⁴ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/guyana-review/08/31/frontiers-why-should-guyana-trust-suriname/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁵⁵ TURNO A., op. cit., p. 72.

⁴⁵⁶ Ibid., p. 73.

⁴⁵⁷ Junho de 1970

⁴⁵⁸ Novembro de 1970

Suriname (...) para resolver pacificamente qualquer dificuldade que possa por em perigo a amizade entre os dois países.^{459,}

Esse tema permeneceu congelado nas relações guiano-surinamesas, até o surgimento de nova questão fronteira, desde vez marítima, ante a possibilidade de petróleo no litoral entre os dois países. Bharrat Jagdeo, em discurso à nação, assim resumiu a questão:

Vocês estão familiarizados com todas as nossas diferenças com o vizinho Suriname sobre questões de fronteira. Uma delas - a relativa à nossa fronteira marítima - tem sido objeto de controvérsia atual em um contexto que tem uma influência sobre nossas perspectivas de desenvolvimento. Essa perspectiva pode vir a determinar a capacidade da Guiana para elevar os padrões de vida para o nosso povo - sobretudo para os mais pobres em nossa comunidade. (...) o Suriname tem tomado medidas agressivas para frustrar a prospecção e exploração de hidrocarbonetos em nosso território. Para um país em desenvolvimento fazer isso para outro é difícil de entender, mas é pior do que isso, porque é também uma ferida auto-infligida – as perspectivas de desenvolvimento do Suriname são corroídas também. São os mais pobres, em ambos os países, os mais atingidos por essas políticas e ações.⁴⁶⁰

Nesse pronunciamento, o presidente da Guiana relata que seu governo “tem buscado discutir e negociar com o Suriname, em nível bilateral e no âmbito dos Conselhos da CARICOM, para resolver esse problema e permitir a exploração mineral, em uma base benéfica para ambos os países. Poucas coisas seriam mais urgentes, ainda assim, o Suriname se recusa a cooperar com esses esforços (...) para a resolução do limite marítimo”⁴⁶¹.

Em 03 de junho de 2000, o Suriname, mediante *manu militari*, interrompeu as atividades da plataforma de petróleo Thornton, em afronta à soberania da Guiana sobre a área. Três dias depois, os dois países se reuniram em *Port of Spain*, Trinidad e Tobago. “Foi acordado que um Comitê Técnico deveria se reunir imediatamente (...) Nos meses que se seguiram, reuniões bilaterais ocorreram com vista à resolução do litígio”⁴⁶².

Em janeiro de 2002, o presidente da Guiana visitou oficialmente o Suriname. A declaração conjunta, assinada com o presidente Venetiaan, registra a decisão “de pedir às

⁴⁵⁹ TURNO A., op. cit., p. 723

⁴⁶⁰ Disponível em: <<http://www.op.gov.gy/speeches/addressstothemation250204.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² Ibid.

Comissões de Fronteiras que olhassem para as melhores práticas e modalidades que ajudassem os governos na tomada de uma decisão sobre eventual exploração conjunta”⁴⁶³.

Apesar da intensa atividade diplomática, as reuniões produziram resultados nulos, como destacou Bharrat Jagdeo:

O Suriname insistiu na delimitação marítima com base em uma linha traçada a 10.º a leste do norte verdadeiro (...) rejeitou todas as sugestões para delimitar a zona marítima com base nos princípios do direito internacional, constantes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O Suriname também rejeitou as ofertas para estabelecer uma Zona Especial de Desenvolvimento Sustentável, a fim de permitir a exploração conjunta da fronteira marítima. Em suma, o Suriname deixou claro que não faria concessões, e que estava disposto a usar a força para impedir a Guiana de explorar e aproveitar os recursos naturais na sua zona econômica exclusiva e da plataforma continental.⁴⁶⁴

Nessas circunstâncias, o Governo da Guiana objetivando definir a fronteira marítima com o Suriname, para explorar os recursos de hidrocarbonos da faixa costeira, apelou à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual ambos os países são signatários. Compunha a equipe da Guiana, o Thomas Frank, da *New York University School of Law*, Shridath Ramphal, Paul Reichler, Payam Akhavan da Universidade McGill, Philippe Sands, da University College, Nico Schrijver, da Universidade de Leiden, Galo Carrera e Scott Edmond.

A pretensão da Guiana, com o litígio jurídico, era definir o limite entre sua zona marítima e a do Suriname, de forma definitiva, com reconhecimento da comunidade internacional. Ou seja, assegurar sua soberania sobre os recursos do leito do mar em sua plataforma continental e, assim, conceder licenças de prospecção de petróleo.

Em 20 de setembro de 2007, três anos após, o Tribunal Internacional do Mar tornou pública a sua decisão. Foi uma grande vitória para a Guiana. Bharrat Jagdeo disse existir, nesse processo, “vencedores e perdedores (...) porque em um sentido muito importante, tanto a Guiana como o Suriname foram vencedores, por terem participado de forma responsável e pacífica neste processo histórico, e por terem saído do litígio com uma fronteira marítima

⁴⁶³ Ibid.

⁴⁶⁴ Ibid.

comum, pondo fim a essa fonte de tensão de longa data entre os nossos dois grandes países.⁴⁶⁵»

Figura 4 – Limite marítimo entre a Guiana e o Suriname.



Fonte: Disponível em: <<http://propagandapress.org/wp-content/uploads/2007/09/map-of-guyana-showing-areas-claimed-by-suriname-and-venezuela.gif>>

O diálogo entre Georgetown e Paramaribo não melhorou. A crônica de suas relações diplomáticas é uma história de desdém e desconfiança. Stabroeknews, um dos influentes jornais guianenses, registrou que: “Georgetown (..) faz pouco para dissipar dúvidas sobre suas intenções em relação ao Suriname. Sua incapacidade de criar uma política de fronteiras coerente; sua fraca representação diplomática em Paramaribo e sua recusa em adotar uma postura mais assertiva, em termos diplomáticos, criou uma relação desigual e desfavorável, com Paramaribo⁴⁶⁶”.

A credibilidade oficial da Guiana se viu minada, segundo o referido jornal, porque as autoridades guianenses não combatem as ilegalidades na fronteira, como contrabando, pesca ilegal e pirataria em todo o rio Corentino. A par disso, a inexperiência de seus negociadores

⁴⁶⁵ Ibid.

⁴⁶⁶ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/guyana-review/08/31/frontiers-why-should-guyana-trust-suriname/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

políticos contribui para o desprezo do Suriname pelo governo da Guiana⁴⁶⁷. Essas percepções se refletem no Conselho de Cooperação que levou três anos para a reunião inaugural sem apresentar resultado prático, o acordo antinarcóticos tardou cerca de meia década para sua ratificação, bem como as infrutíferas discussões sobre a cooperação pesqueira⁴⁶⁸.

Guiana e Suriname têm demais em comum. São democracias recentes e nações multiétnicas. Há uma particular identidade de valores. No entanto, criou-se uma relação de desconfiança que vem desde a década de 1960, por problemas herdados de suas metrópoles. Isso se revela em um distanciamento cauteloso e em certa indiferença entre Georgetown e Paramaribo, já que cada um percebe o outro como ameaça ou problema.

O que interessa à Guiana e ao Suriname, no momento, é estabelecer um canal de comunicação sem ruído, melhorar a qualidade dessa relação. Recompôr uma atmosfera de cooperação e de diálogo é uma oportunidade para Brasília aprender a lidar com ambos os países. O cenário é favorável a isso. E o ambiente se revela estratégico para o Brasil exercer sua liderança regional na solução de crises, um avanço importante. Pode traduzir sinal de maturidade e de vigor de sua diplomacia.

5.3 VENEZUELA, A AMEAÇA

Rashleigh Jackson, ex-ministro de Relações Exteriores da Guiana, disse que a antiga expressão de que “é melhor um vizinho de que um amigo distante” não é das mais corretas, pois o amigo se pode escolher, o vizinho não⁴⁶⁹. As reclamações da Venezuela por dois terços do território guianense não a torna o tipo de vizinho que se queira por perto. Em razão disso, observa ele, as relações com a Venezuela – que no governo Chávez reequiparam suas Forças Armadas com o que parece de melhor – sempre ocuparam espaço proeminente na agenda externa da Guiana.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ JACKSON. op. cit., p. 29.

A principal razão para isso é fácil de discernir. O governo colonial britânico, baseado no trabalho de seu explorador Robert Schomburgk, pôs em dúvida a linha divisória de sua então colônia com a Venezuela. Em 1899, o laudo arbitral definiu a fronteira, sendo legalmente estabelecida e demarcada.

A inconsolável reação da Venezuela com essa decisão arbitral, segundo Argemiro Procópio: “ocorreu porque acertos políticos entre a Rússia e a Inglaterra viciaram tal laudo arbitral de 1899, manipulado por Friedrich Fromhold Von Martens. Desde então, a reclamação venezuelana por terras da Guiana, como um vulcão, ora lança cinzas, ora se acalma⁴⁷⁰,”

Na década de 1960, a Venezuela ressuscitou a reclamação por Essequibo e reivindicou dois terços do território da Guiana. Mas não é só. Os métodos empregados por Caracas foram agressivos, desde ofensiva militar – ocupação da ilha de Ankoko⁴⁷¹, em 1966 – subversão – tentativa do vice-consul da Venezuela, Leopoldo Talyhardat⁴⁷², de atrair apoio indígena para a pretensão venezuelana por Essequibo⁴⁷³ –, e pressão econômica – vedação à construção da hidrelétrica de Alto Mazaruni.

Contudo, a Revolta do Rupununi – citada nos primeiros capítulos da tese – ocorrida em 1969, no sul da Guiana, foi considerada por Georgetown a maior ameaça venezuelana contra sua soberania. Borges da Silva, em estudo específico sobre o tema, assinala que:

um movimento armado preparado por fazendeiros com objetivo de criar um novo país na região. Apoiada pela Venezuela, que através do auxílio militar dado aos fazendeiros, anteviu a possibilidade de recuperar a Zona en Reclamación (...) Depois de dois dias de iniciado o movimento, alguns fazendeiros, acompanhados por um grupo de índios, retiraram-se para a Venezuela na condição de exilados, outros fugiram para o Brasil ou foram capturados pela Guyana Defense Force, chamada por Forbes Burnham, presidente da Guiana, para sufocar o movimento armado.⁴⁷⁴

A participação brasileira, nesse episódio, historicamente carecia de esclarecimentos. Em dissertação intitulada: *Dissuasão Convencional na América do Sul: O Caso da Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana*, Jorge Donetto Junior afirma:

⁴⁷⁰ PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 4. ed., Curitiba: Juruá, 2009, p. 325

⁴⁷¹ Na confluência dos rios Cuyuni e Wemanu.

⁴⁷² Escândalo Talyhardat

⁴⁷³ Disponível em: <<http://www.guyana.org/features/postindependence/chapter26.html>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁷⁴ SILVA, Carlos Alberto Borges da. **A Revolta de Rupununi: uma etnografia possível**. Campinas, 2005, p. 3.

Em uma pesquisa documental realizada nos arquivos do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), sediado na Cidade de Manaus, este pesquisador teve acesso ao Boletim Interno no 18, de 27 de janeiro de 1969, que comprova na letra “a” da sua IV parte (assuntos gerais) o deslocamento de tropa conforme o texto abaixo:

‘Torno público que o TEN CEL ART QEMA JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Cmt (comandante) deste Centro, deslocou-se a 5 de Jan 69, para a região de fronteira do Brasil com a Guiana por ordem do Exmo Sr Cmt M. A. onde permanece até a presente data, exercendo o Comando das tropas brasileiras em Roraima, nas localidades de BONFIM-NORMANDIA-SURUMU e marco Brasil-Venezuela. Tal medida foi tomada tendo em vista a revolução interna que ocorreu na região do Rupununi, naquele País.

Havendo sido designado pelo Ten Cel Cmt do Centro, seguiu para a Região da fronteira do Brasil com a Guiana o CAP INF THAMATURGO SOTERO VAZ, a 5 de janeiro de 1969, ali permanecendo na localidade de Normandia-Roraima, onde exerceu o Comando da Sub-Área, regressado a 16 Jan 69 para Manaus.

Em decorrência da situação existente na fronteira do Brasil com a Guiana, face a revolução interna existente neste último, foi deslocado a 7 de Janeiro de 1969, um Pelotão do CIGS composto dos militares abaixo relacionados para a localidade de BOMFIM: [...]’ (BRASIL,1969).⁴⁷⁵

Prossegue, ressaltando que militares venezuelanos, em 1969, foram localizados e presos em território brasileiro, no local chamado Boqueirão da Lua, dando apoio aos revoltosos de Rupununi. Duas toneladas de armas foram apreendidas pelo Exército brasileiro, em pleno lavrado de Roraima⁴⁷⁶. O comandante militar dessa operação Thaumaturgo Sotero Vaz sobre esses fatos disse:

(...) vários venezuelanos foram presos nessas ações. Foram trazidos para Manaus, onde ficaram presos no 8.º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) e depois liberados. Ele relata que o apoio da Venezuela só não se efetivou por que o Brasil mobilizou as tropas e atuaram de forma a impedir a utilização do território brasileiro como base para as operações. Afirma, ainda, que tudo foi investigado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que conversou com os presos, visitou as áreas e viu a documentação apreendida.

Restava saber por que a Venezuela se aventurou em atravessar o Brasil ao invés de contornar a fronteira. Com relação a este fato, Thaumaturgo, que serviu muitos anos na Região Amazônica, esclarece que a região de fronteira entre a Venezuela e a Guiana, ao norte do Estado de Roraima é muito ‘dobrada’ (expressão para dizer que a geografia é montanhosa). Para fazer tal manobra, as tropas venezuelanas levariam mais tempo e teriam limitações de meios para serem empregados na ação.

Desta forma, fica comprovada não só a participação das tropas federais do Brasil no episódio, como também a invasão do território brasileiro por parte dos revoltosos da região de Essequibo e das tropas venezuelanas. A participação da Venezuela, apoiando os fazendeiros da *Zona en Reclamación* deixa claras que continua viva, no ideário venezuelano, a reivindicação secular.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ DONETTO JUNIOR, Jorge. **Dissuasão Convencional na América do Sul: O Caso da Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF), 2010, p. 78.

⁴⁷⁶ DONETTO JUNIOR, op. cit., p. 44.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 83.

Registra, ainda:

Depois da Revolta, os militares que governavam o Brasil passaram a demonstrar maior interesse por essa região de fronteira, criando destacamentos militares que vieram a ser permanentes em Bonfim e em Normandia, logo transformados em pelotões de fronteira. Também estradas, como a BR 401, que liga Boa Vista a Normandia, assentamentos povoados a partir de migrações espontâneas, como os de Vila São Francisco, Vilena, Taboca, Surrão, Nova Esperança, entre outros, localizados na área do Município de Bonfim, consolidação de vilas como as sedes dos municípios de Normandia e Bonfim, comunicação e outras modernidades tecnológicas, entre elas rádio e televisão, passaram a ser direcionados para a região, dinamizando a ocupação e estruturação desta faixa de fronteira.⁴⁷⁸

Essa região, recentemente reconhecida como Terra Indígena⁴⁷⁹, sofreu esvaziamento populacional com a retirada de todos os “não índios”. Segundo autoridades militares do Comando da Amazônia, General Heleno Pereira, a extrusão de cidadão dificulta a vigilância e a fiscalização, ainda que o Supremo Tribunal Federal⁴⁸⁰ tenha assegurado a presença das Forças Armadas, e vai de encontro ao Projeto Calha Norte que propunha a vivificação dos espaços fronteiriços como mecanismo de ocupação.

Afora a tênue repressão à mencionada revolta pela *Guyana Defence Force*, o máximo que Georgetown conseguiu foi uma política de respeito às fronteiras e a seus tratados demarcatórios, especialmente diante da situação de pequeno Estado, recém-independente. Desde então, o objetivo da política externa da Guiana, diante da pressão venezuelana, tem sido administrar a controvérsia e evitar tensão. Simultaneamente incrementa a cooperação econômica e governamental com Caracas, na esperança de que o desenvolvimento dessa rede de relações entre os dois Estados facilite a solução do problema.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 84

⁴⁷⁹ Reserva Indígena Raposa Serra do Sol

⁴⁸⁰ STF, Ação Popular n.º 3388, j. 13.05.2008: “(...) 17. COMPATIBILIDADE ENTRE FAIXA DE FRONTEIRA E TERRAS INDÍGENAS. Há compatibilidade entre o usufruto de terras indígenas e faixa de fronteira. Longe de se pôr como um ponto de fragilidade estrutural das faixas de fronteira, a permanente alocação indígena nesses estratégicos espaços em muito facilita e até obriga que as instituições de Estado (Forças Armadas e Polícia Federal, principalmente) se façam também presentes com seus postos de vigilância, equipamentos, batalhões, companhias e agentes. Sem precisar de licença de quem quer que seja para fazê-lo. Mecanismos, esses, a serem aproveitados como oportunidade ímpar para conscientizar ainda mais os nossos indígenas, instruí-los (a partir dos conscritos), alertá-los contra a influência eventualmente malsã de certas organizações não-governamentais estrangeiras, mobilizá-los em defesa da soberania nacional e reforçar neles o inato sentimento de brasilidade. Missão favorecida pelo fato de serem os nossos índios as primeiras pessoas a revelar devoção pelo nosso País (eles, os índios, que em toda nossa história contribuíram decisivamente para a defesa e integridade do território nacional) e até hoje dar mostras de conhecerem o seu interior e as suas bordas mais que ninguém.”

Noutras palavras, as relações com a Venezuela seguiram caminhos paralelos. Por uma via, a vigilância assegura a integridade territorial da Guiana e, por outra, a cooperação move setores da sociedade venezuelana e guianense a buscar solução política para a crise.

A diplomacia tem sido a primeira linha de defesa e importante instrumento para promover o diálogo. Justamente nos encontros presidenciais essas tendências à cooperação e ao conflito se manifestam com força.

Carlos Andres Perez, primeiro presidente venezuelano a visitar a Guiana, desembarcou, como lembra Argemiro Procópio, “com cesto de propostas desprezadas por Georgetown. Perez proclamou que abandonaria desideratos históricos, abriria mão do leste de Essequibo em troca de uma faixa ao longo da costa, logo acima do rio Cuyuni. Prometeu em troca construir uma hidrelétrica no Alto Mazaruni, afluente do Essequibo. Nenhuma oferta a Guiana aceitou.”⁴⁸¹ Ainda assim, a visita se deu em espírito de cordialidade⁴⁸².

Também em tom de amizade, Burnham retribuiu a visita, no início de 1981. No dia seguinte à sua partida, ante as respostas negativas dadas aos venezuelanos, Caracas reiterou sua reivindicação sobre Essequibo e rejeitou terminantemente a construção de hidrelétrica em Alto Mazaruni. Georgetown elevou a voz, Burnham disse que se o tratado demarcatório de fronteira era inválido, a Guiana reivindicaria as regiões de Amakura e Barima, estendendo seu território até a boca do Orinoco e ao rio Cuyuni⁴⁸³. Essa interpretação pegou os venezuelanos de surpresa. Rotulada de arrogante, provocou um sentimento antiguiana, existente na sociedade venezuelana da época.

A comunidade internacional, ciente dos perigos que a Guiana enfrentava, preferiu se silenciar para não contrariar os petrodólares de Caracas. Georgetown estava isolada. Até na OEA a Venezuela criou óbices ao seu ingresso e lhe negava acesso aos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A diplomacia guianense conseguiu remover esses obstáculos, mas outros se apresentaram. O ministro venezuelano das Relações Exteriores enviou carta ao Banco Mundial expressando a oposição da Venezuela ao financiamento da

⁴⁸¹ PROCÓPIO, op. cit., 2009, p. 327

⁴⁸² JACKSON. Op. cit., p. 30.

⁴⁸³ Ibid., p. 31.

hidrelétrica em Alto Mazaruni, pois o projeto se encontrava em área de litígio⁴⁸⁴, sobre os danos ambientais nada disse.

O Reino Unido, embora apoiasse a Guiana, viu-se tentado pelo crescente mercado venezuelano do petróleo. A ambivalência britânica durou pouco. Em 1982, a Argentina invadiu as Malvinas. A Venezuela apoiou a nação platina e a Guiana, o Reino Unido. Em Caracas, inicialmente a reconquista das Malvinas despertou sentimento de nacionalismo que clamava pela recuperação de Essequibo.

Esse fato ajuda a comprovar uma das hipóteses centrais da tese, ou seja, a diplomacia de pragmatismo circunstancial da Guiana, ora acoplada a uma potência, ora a outra, para defender sua integridade territorial.

Em 1987, Hoyte, então ocupante da *State House*, visitou Caracas e seu colega venezuelano, Lusinchi, aplaudiu a reaproximação entre as duas nações. O presidente Perez visitou a Guiana uma segunda vez⁴⁸⁵, em 1990.

As relações entre os dois países oscilam entre tensão e cooperação. A Venezuela continua com seus esforços para impedir os investimentos externos em Essequibo, nem sempre com êxito, como se vê em Omia, Barama e Iwokrama. A política de Caracas para neutralizar o dinamismo diplomático de Georgetown opera em duas frentes: a primeira, fortalecendo as relações com o Brasil e a segunda, estabelecendo fortes laços com o Suriname.

Caracas e Brasília vivem, desde 1999, fase de intensa aproximação facilitada pelas afinidades políticas de ambos os governos. Graças a isso, o comércio bilateral entre ambos cresceu 543,97%,⁴⁸⁶ entre 2003 e 2008. A energia elétrica, fornecida pela Venezuela à Roraima, a custo reduzido, cria dependência. Hugo Chávez financiou parte da campanha de

⁴⁸⁴ Ibid., p. 32.

⁴⁸⁵ HOYTE, op. cit., p. 101.

⁴⁸⁶ Disponível em: <<http://www.webtranspo.com.br/logistica/146-comercio-brasil-venezuela-aumenta-pelo-quinto-ano-seguido>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

Desi Bouterse, atual presidente do Suriname, ampliando sua capacidade de influência⁴⁸⁷ na Amazônia caribenha.

O sítio de internet wikileaks, famoso por revelar a comunicação da diplomacia estadunidense, destacou a preocupação do presidente Lula com o desejo de Chávez de anexar a *Zona en Reclamación*. Segundo interpretação de Delfim Netto, homem influente no período militar e no atual período democrático:

Durante reunião em 7 de janeiro [2008] com o embaixador e ex-ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que atualmente trabalha como consultor político e empresarial (...) sobre o tema das relações do Brasil com a Venezuela, Delfim afirmou que Lula está preocupado com a agenda de Chávez à política externa, especialmente seu desejo de anexar um terço do território da Guiana.

Naquele período relatou que: “As relações do Brasil com a Venezuela eram tensas e se deterioravam, mas Lula evitava um confronto aberto que poderia causar uma séria ruptura nas relações bilaterais e ter um impacto sobre o continente como um todo.”⁴⁸⁸

Concordando ou não com opiniões expressas por personalidades de partidos políticos e por forças de diferentes tendências, vale lembrar a de Delfim Netto, ao afirmar que se a Venezuela invadir a Guiana, “Caracas provavelmente militarizará todo o sul de seu território, antagonizando as populações indígenas lá existentes (...) e isso terá impacto sobre o Brasil porque os territórios de pelo menos uma tribo, a dos índios Yanomami, transborda a fronteira Brasil-Venezuela”. Continua ele: “se a Venezuela invadir a Guiana, os Yanomamis declararão sua independência, obrigando o Brasil a se envolver em uma guerra Venezuela-Guiana”⁴⁸⁹.

Preocupação externada pelo ex-presidente José Sarney, em artigo intitulado “A questão de Essequibo⁴⁹⁰”, indagava: “Para que a Venezuela está se armando?” (...) arma-se contra os Estados Unidos? Ninguém levaria a sério essa hipótese. Contra o Brasil, Argentina, Colômbia, Chile? Também não. Então permanece o mistério dessa atitude e a necessidade de perguntar: Contra quem?”.

Nesse mesmo texto, Sarney revela que:

⁴⁸⁷ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2011/news/breaking/02/01/wikileaks-documents-chavez>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

⁴⁸⁸ Ibid.

⁴⁸⁹ Ibid.

⁴⁹⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1611200706.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

Quando eu fui presidente, tentei fazer um acordo com a Guiana para termos um entreposto em Georgetown que nos daria acesso ao Caribe, como escoadouro da produção da Zona Franca de Manaus. Construiríamos uma estrada da fronteira até Georgetown. A Venezuela não permitiu, justamente questionando a soberania da Guiana nesse território. O ministro Gibson Barbosa, em suas memórias, fala de uma proposta venezuelana ao Brasil para reabrirmos a questão, e nos daria uma parte do território conquistado. O Brasil teria se recusado a tratar do assunto em nome da paz no continente e da estabilidade de nossas fronteiras.

Eliana Cantanhêde, da Folha de São Paulo, escreveu, na sua coluna, em 16 de março de 2007, o artigo intitulado “Os tambores da Guerra – O Fator Guiana”, onde defendia a possibilidade de o presidente venezuelano buscar um inimigo externo, caso enfrente problemas maiores de legitimidade interna:

(...) se quiser dar uma demonstração de força, poderá ser via indireta. A Guiana é um prato feito (...) Chávez vai além – teme a possibilidade de uma base militar americana nas suas barbas. Estejam ou não delirando os estrategistas brasileiros, o fato é que Chávez tem dado demonstrações de que não está brincando. Qualquer que seja a brincadeira, o Brasil vai acabar metido nela, por ar, por terra, e não apenas pela diplomacia.

Nessa linha e de forma mais direta, o historiador Marco Antônio Vila, em entrevista à revista *Veja* disse⁴⁹¹: “Ele [Chávez] está armando seu Exército e sua população. Compra fuzis, caças e faz acordos com o Irã [que paradoxalmente pesquisa urânio na Guiana]. Ninguém parece levar isso a sério. A diplomacia brasileira sabe disso e vai contornar a situação. Uma hora Chávez vai invadir a Guiana (...) E quem vai defendê-la? O que a Guiana conta na América do Sul? Nada.”

O militar brasileiro Jorge Donetto Junior, em estudo específico sobre cenários, escreve sobre a hipótese de invasão da Guiana pela Venezuela via Brasil, observa que: “(...) a dissuasão brasileira é considerada estreita [com relação à Guiana], pois não é capaz de dissuadir qualquer operação militar partindo da Venezuela [possibilitando o acesso à Guiana através do norte de Roraima]. Embora seja capaz de dissuadir uma estratégia de atrição por ter mais poder latente, ou seja, mais capacidade de se manter no conflito (...), com relação a uma guerra de objetivo limitado essa dissuasão pode falhar ao se considerar o objetivo maior da Venezuela em manter a área do objetivo limitado somente o tempo necessário para o objetivo maior, que seria a conquista da Região de Essequibo, já em território da Guiana⁴⁹².”

⁴⁹¹ Veja de 16/04/2008

⁴⁹² DONETTO JUNIOR, op. cit., p. 128-129.

Como que na contramão dos temores levantados pela imprensa brasileira, onde os problemas dessa região ocupam um insignificante lugar, o último lance da Guiana, nesse jogo de interesses, ousado, manifestou sua vontade de aderir à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - ALBA, na qualidade de observador⁴⁹³. A ALBA é o clube dos países financiados pelos petrodólares de Caracas, a adesão da Guiana a esse grupo abre-lhe acesso aos créditos do Banco da ALBA e esfria as pressões expansionistas venezuelanas.

Em julho de 2010, Bharrat Jagdeo realizou sua primeira visita oficial à Venezuela e, juntamente com Hugo Chávez, manifestou sua satisfação com o atual estado das relações entre os dois países, fundadas nos princípios da cooperação, solidariedade e complementaridade. Em comunicado conjunto, exprimiram a intenção de avançar os estudos para a construção de rodovia de Tumeremo a Georgetown e reconheceram a ajuda das organizações sub-regionais para a solução pacífica das controvérsias locais, em especial pelo caráter diplomático preventivo dessas instituições, que atuam sem afetar as relações bilaterais e regionais. Nada foi tratado sobre sua possível adesão à ALBA, anunciada por Chavez⁴⁹⁴.

Mais uma vez, Georgetown cozinha em banho-maria as pretensões venezuelanas. A questão de Essequibo permanece em aberto e, em tese, a Guiana continua uma presa fácil: dispõe de 1600 homens, 3 lanchas de patrulha e nenhum avião de combate⁴⁹⁵. Há de confiar em sua diplomacia. Caracas não a subestima, sobretudo o apoio que recebe do Caribe anglófono. Como mencionou Argemiro Procópio:

Chavez entende ser suicídio político proceder na Guiana como Saddam no Kuwait. Sinalizando que sua via não é a dar força bruta, o governo venezuelano perdoou os milhões de dólares que lhe devia a Guiana. Afora isso, alivia a penúria energética do vizinho por meio do petróleo fornecido a baixo custo pela Petrocaribe, sabedor que por ali sangue não se transforma em água benta.⁴⁹⁶

A distribuição das forças militares venezuelanas, em torno de Caracas e ao longo da fronteira com a Colômbia, corrobora essa conclusão⁴⁹⁷. Embora a agressão territorial se revele pouco factível, a Guiana está isolada no continente e deveria ser prioridade de sua diplomacia

⁴⁹³ Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/index.php?view=article&catid=282%3>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁹⁴ Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5113:hugo-chavez-anuncia-possivel-adesao-da-guiana-a-alba&catid=282:institucional&Itemid=184>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁹⁵ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/essequibo/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁴⁹⁶ PROCÓPIO, op. cit., p. 326

⁴⁹⁷ DONETTO JUNIOR, op. cit., p. 104.

a aproximação com os países sul-americanos. A Unasul é apenas um dos canais, uma política que privilegie vínculos culturais e econômicos é essencial.

5.4 CARICOM

O Tratado que institui a Caricom – *Caribbean Community* – assinado há 38 anos, em quatro julho de 1973, em Chaguaramas, Trinidad e Tobago, simboliza importante passo para a integração regional, desde que os três primeiros-ministros Burnham⁴⁹⁸, Barrow⁴⁹⁹ e Bird⁵⁰⁰ se sentaram em Dickenson Bay, Antigua, para assinar o Acordo de Livre Comércio do Caribe – Carifta.

Não obstante o objetivo anunciado fosse a integração, com a consolidação dos laços históricos existentes⁵⁰¹, houve mal-entendidos e mal-estar entre seus membros. As desavenças que começaram a aparecer no contexto da Carifta – *Caribbean Free Trade Association* – redundaram em renovado questionamento sobre a necessidade da Caricom – *Caribbean Community*. A preocupação que permeava tanto o setor privado como o público do grupo se centrava no desequilíbrio das trocas comerciais entre seus Estados-membros.

A Organização de Estados do Caribe Oriental – OECS⁵⁰² atrai crescente atenção ao desequilíbrio das trocas comerciais com Trinidad e Tobago. Essas preocupações, entre outras, levaram-na a adiar a implementação de adesão ao Mercado Único. Problema sentido pela Jamaica que durante décadas apresentou saldo comercial positivo com os demais países da Caricom, passou a importar cada vez mais, invertendo a balança comercial.

Edward Seaga, ex-primeiro-ministro da Jamaica, crítico ácido da Caricom, instituição por ele rotulada de claudicante e com o mal hábito de querer “jogar grande”,

⁴⁹⁸ Forbes Burnham, Primeiro-ministro da Guiana

⁴⁹⁹ Errol Barrow, Primeiro-ministro de Barbados

⁵⁰⁰ Vere Bird, Primeiro-ministro de Antigua e Barbuda

⁵⁰¹ Preâmbulo do contrato que criou o Caricom

⁵⁰² OECS, em Inglês

assumindo compromissos e débitos de pouca utilidade⁵⁰³, sentiu que a participação no mercado único causaria estragos à economia jamaicana que não teria como competir com outros países da região, que têm menores custos de produção. Em relação à Guiana, apesar do mercado favorável para o açúcar e o arroz, seus principais produtos de exportação agrícola, há desequilíbrio comercial com o resto da região.

A fundação das instituições que originaram a Carifta e, posteriormente, a Caricom foram difíceis. Havia ressentimento e desconfiança pelo recente fracasso da Federação das Índias Ocidentais. A Guiana, como não tinha participado dessa federação, pôde iniciar a criação de uma entidade regional, sem qualquer forma de recriminação. Essa situação deu ao então primeiro-ministro Burnham a oportunidade de preencher, por assim dizer, o vácuo de liderança. Ele desempenhou o papel de vanguarda, sendo a razão pela qual a principal instituição do movimento, a Secretaria da Caricom, está localizada em Georgetown.

O escopo da instituição é “satisfazer as esperanças e aspirações de seus povos para o pleno emprego e melhoria da qualidade de vida”, conforme exposto no preâmbulo do Tratado de Chaguaramas. Para alcançar esse desiderato, os chefes de governo, conscientes da necessidade de uma ação regional conjunta, pretendiam otimizar seu material humano e recursos naturais. Igualmente, estavam convencidos sobre a necessidade de se apresentarem unidos perante o mundo.

A ação conjunta se daria em três áreas: mercado comum, cooperação funcional – ou seja, fazer coisas juntos, desde que eficiente e rentável – e, por fim, coordenação da política externa, por meio da qual os Estados-membros adotariam, tanto quanto possível, posições comuns sobre as grandes questões internacionais.

Ao longo dos anos, marcante mudança residiu no aprofundamento do comércio intrarregional para o mercado comum e deste para o mercado único, onde cada Estado-membro acelera o comércio com os demais integrantes do grupo. Também merece destaque a criação da Corte de Justiça do Caribe, descrita por alguns como ociosa⁵⁰⁴, cuja função é

⁵⁰³ Disponível em: <<http://jamaica-gleaner.com/gleaner/20060423/sports/sports8.html>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁵⁰⁴ Ibid.

interpretar o Tratado de Chaguaramas e ser a última instância para os Estados-membros da Caricom⁵⁰⁵.

Apesar desses avanços, é temerário afirmar que houve melhoria nos padrões de trabalho e vida da população. Tampouco que tenha ocasionado desenvolvimento. Basta olhar a situação de alguns membros como a Guiana, o Suriname e o Haiti para entender a desigualdade na Caricom. Entretanto, vale frisar, o objetivo do grupo nunca foi de proporcionar uma alternativa ao programa de desenvolvimento nacional, porque isso afetaria a soberania. O verdadeiro escopo é ser um *front* comum perante o mundo. A integração proporciona oportunidades adicionais para o desenvolvimento nacional e será eficaz na medida em que cada Estado-membro tenha um conjunto de políticas de desenvolvimento bem concebida e corretamente aplicadas.

William Demas⁵⁰⁶, ex-secretário-geral do Carifta e para muitos seu idealizador, em seu último trabalho, sublinhou este ponto: “A integração tem um papel importante na criação de oportunidades de desenvolvimento, mas os setores público e privado têm que ser ativos. Se o setor privado está despreparado para aproveitar as oportunidades criadas, não há desenvolvimento, nem diversificação da produção e das exportações. A integração é auxiliar, para ser significativa, os agentes econômicos devem ser dinâmicos e explorar todas as oportunidades criadas⁵⁰⁷”.

A questão de competitividade, ressaltada pelo jamaicano Edward Seaga⁵⁰⁸, jamais obstaculiza o ingresso no mercado único. Ao contrário, o objetivo deste é precisamente promover a melhoria da produção e redução dos custos, para que os produtos de um Estado-membro se tornem aptos a penetrar em mercados de outros e, assim, estimular o produtor nacional, que se encontra enfrentando a concorrência de fora, para se tornar competitivo.

Nessas três décadas de integração é difícil afirmar se a promessa inicial de emprego e de padrões elevados de trabalho e de vida foi alcançada. Apesar das estatísticas indisponíveis,

⁵⁰⁵ Disponível em: <<http://www.caribbeancourtofjustice.org/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁵⁰⁶ Disponível em: <http://www.nalis.gov.tt/Biography/Demas_William-Biography.html>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁵⁰⁷ Adjustment and recovery in the caricom economies statement by William G. Demas president of the Caribbean Development Bank to the board of governors at the fourteenth annual meeting held in kingston, Jamaica.

⁵⁰⁸ Disponível em: <<http://jamaica-gleaner.com/gleaner/20060423/sports/sports8.html>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

sabe-se que o comércio intrarregional, que já foi de 10% do comércio total da região, aumentou para cerca de 20%, fato que certamente gerou novos empregos.

Na situação particular da Guiana, o mercado da Caricom absorve um terço da produção total de açúcar e um quinto da de arroz, percentuais que aumentarão, quer pela venda de açúcar refinado, quer pelos obstáculos à penetração de arroz estrangeiro para o mercado comum⁵⁰⁹.

Embora a Caricom apresente resultados positivos para a Guiana, há uma percepção generalizada de que a integração regional, mesmo que relevante, faz-se lenta e à margem da efetiva participação popular.⁵¹⁰ A cooperação, de vital importância para a Caricom, destaca-se como um bom caminho para a integração entre territórios não contíguos. Nesse espaço, os Estados-membros separam-se uns dos outros por via marítima.

A leitura de jornais da Guiana, *Stabroeknews*⁵¹¹, da Jamaica, *Jamaica-gleaner*⁵¹², de Trinidad, *Trinidadexpress*⁵¹³ e de Barbados, *Nationnews*⁵¹⁴, ao longo desta pesquisa, indica que as populações dos Estados-membros se interessam por uma estreita integração, não como um fim em si, mas como meio de melhorar a condição de vida. Isso a Caricom não faz sozinha. Há necessidade de ações coordenadas de governos e empresários caribenhos.

Não obstante a Caricom falhar em apresentar resultados significativos para a população de seus Estados-membros, todos têm plena ciência, inclusive na Guiana, de que a integração é a única alternativa para os pequenos Estados do Caribe. Sem ela, sobra marginalização e isolamento.

Um ponto crucial para o Caribe foi a decisão do Reino Unido de se juntar à então Comunidade Européia, em 1973. Naquela ocasião, o acesso privilegiado que tinha ao mercado britânico estava comprometido e se anularia sem as preferências que o *Commonwealth* assegurava.

⁵⁰⁹ Statistical Bulletin. Bureau of Statistics, 2009

⁵¹⁰ SANDERS, Ronald. **Crumbled Small**. London: Hansib, 2005, p. 93.

⁵¹¹ Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

⁵¹² Disponível em: <<http://jamaica-gleaner.com/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

⁵¹³ Disponível em: <<http://www.trinidadexpress.com/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

⁵¹⁴ Disponível em: <<http://www.nationnews.com/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

Por isso, a Caricom surgiu em 1973, dois anos depois, os países caribenhos – em destaque a Guiana – participaram da fundação do grupo ACP - África, Caribe e Pacífico⁵¹⁵. Fizeram o mesmo em 1976, nas negociações que resultaram no Tratado de Lomé⁵¹⁶, na República do Togo, que preservou os mercados preferenciais e aumentou o *quantum* de assistência econômica.

No auge da Guerra Fria, as superpotências consideravam o espaço político caribenho como importante arena geo-estratégica. Com a desintegração da União Soviética, os Estados Unidos da América perderam o interesse na região, com a conseqüente redução dos programas de auxílio.

Nos anos 1980 e 1990 as garantias obtidas pelo Tratado de Lomé começaram a desmoronar, resultando em baixa do preço de *commodities*. Isso se deve a uma série de fatores. Primeiro, o peso da consciência colonial das antigas metrópoles começou a se desvanecer. Em segundo lugar, a União Européia se alterou fundamentalmente com a admissão de novos Estados-membros – principalmente da Europa Oriental –, sem ligação com ex-colônias. Em terceiro lugar, a União Européia cada vez mais se fecha. Resultado: apesar do enorme esforço diplomático, o Caribe perde relevância diplomática em seus antigos mercados preferenciais. Busca novas esperanças na China, Rússia e Índia, parceiras do Brasil no BRICS.

Para a própria Guiana, aprofundar-se em termos econômicos com a Caricom parece bastante difícil. “Vários fatores contribuem para que se chegue a essa conclusão, entre os quais se cita a semelhança dos produtos exportados por esses países e, principalmente, o mesmo nível de atraso tecnológico em que se encontram⁵¹⁷”.

Mais fundamental ainda é a mudança na estrutura moral do contexto internacional. Se você é pequeno e fraco, precisa de regras de proteção. Na prática, isso raramente ocorre⁵¹⁸. Esses Estados, simplesmente ignorados, ficam expostos e vulneráveis. As instituições internacionais, em especial as Nações Unidas, embora aparentemente universalistas – um

⁵¹⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADses_ACP>. Acesso em: 09 jul. 2011.

⁵¹⁶ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Lom%C3%A9_Convention>. Acesso em: 09 jul. 2011.

⁵¹⁷ BERNARD, op. cit., p. 1708.

⁵¹⁸ SANDERS, op. cit., p. 98.

membro, um voto – nunca funcionaram dessa maneira. A pauta, quem fixa são os Estados poderosos.

Nesse novo contexto, desprovido de mercados preferenciais, a Caricom tem estabelecido uma nova diplomacia para sua sobrevivência, que pressupõe se aproximar da Ásia e da África, o que pode ser feito até com base em laços étnicos, e incrementar relações com seus vizinhos latino-americanos.

No âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), a Caricom ensaia buscar com o Brasil, a Índia e a China uma agenda de defesa aos interesses dos pequenos Estados. A Guiana está em posição privilegiada para servir de ponte para esses relacionamentos, quer pelas fronteiras com o Brasil, quer pelos laços étnicos que tem com a China e a Índia.

5.5 GUIANA E RORAIMA: CAMINHOS COMPARTILHADOS

Nação integrante do Caribe, a Guiana, por sua fronteira com o Brasil, sabe que por causa do tamanho do vizinho, quando ele se movimenta, lança longa sombra na redondeza. Georgetown está insegura quanto à aproximação desse gigante que se rotula de gentil. Teme o replicar do modelo imperial de se fazer as coisas no teatro das nações. Ou seja, o Brasil dirige o *show* enquanto a Guiana fica fora do palco.

Os guianenses há muito se familiarizaram com atitudes expansionistas. Colonizados pelos britânicos, compreendem os Estados Unidos como poucos na América do Sul, seja porque falam a mesma língua, seja porque têm parentes morando por lá.

Ao manter fechada a ponte que beneficiaria o comércio em Lethem-Guiana, por mais de três meses, longe de revelar seus segredos, Georgetown deu mostras de seu pragmatismo circunstancial. O caminho para a integração Brasil-Guiana se mostra sinuoso, porém transitável, isso o leitor certamente observou no decorrer desta análise. Inexistem espaços fáceis para a rápida inserção brasileira. O Itamaraty deve exibir mais *accountability* e paciência, pois desde Desmond Hoyte (1985-1992) a Guiana carece de verdadeira política

externa, ou melhor, sua estratégia de crescimento é sua estratégia externa. Essa ética situacional faz com que Georgetown espere algo em troca, seja para seu governo – corroído pelo clientelismo – seja para seu manietado setor privado.

A Guiana conta com a possibilidade de formar com o Brasil o eixo caribenho, isto é, a ligação do Mercosul com a Caricom. Anseia por investimentos em agricultura, energia, tecnologia e não apenas por uma rodovia ou ferrovia que a transforme em corredor de exportações brasileiras. Stabroeknews, influente jornal de Georgetown, registra que: “É hora de parar de ignorar a força e o potencial da economia brasileira, é hora de criar novos laços comerciais com o Estado de Roraima, no Brasil.”⁵¹⁹

O Estado de Roraima no epicentro desse processo de *confidence building measures* sabe que a maturação de confiança é essencial para desenvolver laços a favor da compreensão mútua, sem apostasias.

A Guiana padece de limitações estruturais presentes na ausência de capacidade industrial, deixando-a aprisionada quase à mesma produção do período colonial, incapaz de qualquer esforço próprio de desenvolvimento. A aliança com o Brasil corrige essa limitação, fazendo-a partícipe de um mercado de quase duzentos milhões de pessoas e de investimentos da sétima economia do mundo, mais estável que a Caricom.

O comércio bilateral de US\$ 17 milhões⁵²⁰, em 2009 – o menor do Brasil na América Meridional – beneficiado pela interconexão viária com a inauguração da ponte sobre o rio Tacutu, tende a aumentar. Esse fato tem suas consequências. Por exemplo, para o modelo adotado no Estado de Roraima, agroindustrial exportador, a saída pelo porto de Georgetown, distante 601 Km de Boa Vista, constitui-se em vantajosa rota de transporte e escoamento de produção, quando se considera outros portos, como o fluvial de Manaus (758 Km) ou Puerto Ordaz, na Venezuela (780 Km).⁵²¹

⁵¹⁹ Disponível em <<http://www.landofsixpeoples.com/news304/ns3100213.html>> Acesso em: 03 jun. 2011.

⁵²⁰ Disponível em <<http://conac.org.br/imprensa/brasileiros-no-mundo/america/america-do-sul/6356-itamaraty-atribui-baixo-comercio-com-guiana-a-desconhecimento-das-regras>> Acesso em: 06 jun. 2011.

⁵²¹ CRUZ FILHO, Rubelmar Maia de Azevedo. **Nova Rota Logística, Manaus/Boa Vista/Georgetown: Uma Análise Crítica**. Manaus, AM: Novo Tempo, 2006, p. 64

O acesso ao porto no litoral da Guiana não beneficiaria, em um primeiro momento, o mercado roraimense. Em termos de macrorrelação, a economia do Estado de Roraima representa 0,15% do PIB brasileiro.⁵²² As exportações de Roraima para a Guiana são irrisórias, segundo dados da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento, em 2010, corresponderam a 1,8% do total de exportações do Estado e sem registrar nenhuma importação proveniente da Guiana.⁵²³ A balança comercial de apenas US\$ 213 mil dólares insere a Guiana na 9.^a posição quanto ao destino das exportações roraimenses – sobretudo madeira e couro –, atrás da Bélgica, Holanda, Noruega, Alemanha, Itália, México, Estados Unidos da América⁵²⁴, dentre outros.

Mesmo com todo esse modesto e fraco comércio, o acesso ao mercado do Caribe pontua os discursos roraimenses sobre a integração com a Guiana. A expansão comercial é a tônica. Em entrevista, datada de 28 de janeiro de 2011, o governador de Roraima, Anchieta Júnior, disse que: “Nossos laços são muito estreitos e os interesses comuns. Desenvolver e crescer são as palavras de ordem tanto em Roraima como na Guiana, por isso buscamos tanto afinar essa sintonia.”⁵²⁵

Afirmou, ainda, que: “Entendemos que, assim como Roraima precisa da Guiana para crescer, a Guiana precisa de Roraima, e tanto eu quanto o presidente Bharrat temos a percepção de buscar essa harmonia, por isso acredito que as constantes visitas do presidente Jagdeo ao Estado em 2010 foram tão valorosas.”⁵²⁶

Ponto de vista compartilhado por Goffry da Silva, que preside o Departamento de Investimentos da Guiana: “Depois da construção da ponte sobre o rio Tacutu, aconteceu um salto no crescimento econômico daquela região e isso é muito bom para ambos os países.

⁵²² Fonte: Almanaque Abril, 2008, p. 702.

⁵²³ Disponível em http://www.seplan.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=134&Itemid=69 Acesso em: 18 jun. 2011.

⁵²⁴ Disponível em http://www.seplan.rr.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=163 Acesso em: 18 jun. 2011.

⁵²⁵ Disponível em http://www.rr.gov.br/arn/index.php?option=com_content&task=view&id=6366&Itemid=1 Acesso em: 18 jun. 2011.

⁵²⁶ Ibid.

Agora temos que por em prática alguns pontos que foram traçados pelo governador Anchieta para dinamizar esse processo de crescimento.”⁵²⁷

A Guiana ocupa lugar especial no imaginário roraimense. Recorda Cunha Pereira⁵²⁸: “há nessa região de fronteira, das cidades de Bonfim e Boa Vista (Br) com Lethem (Gy), um intenso processo de (re)construção identitária que passa pelo recorte tanto da etnia quanto da nacionalidade.” O Coury e o Routi, típicos da culinária guianense, são encontrados facilmente em Boa Vista e se incorporam a hábitos alimentares da região.

O Estado de Roraima, com realismo e bom senso, tem equacionado *virtù e fortuna*, nessa divisa do Mercosul com a Caricom. A Secretaria Estadual de Relações Comerciais e Culturais com Países Fronteiriços, criada pelo Decreto n.º 6734-E⁵²⁹, de 14 de novembro de 2005, aprofundou a cooperação no espaço comum, convertendo tal área em um projeto⁵³⁰.

Essa Secretaria Estadual combina o ângulo externo – próprio de suas funções de interpretar os interesses regionais – e o ângulo interno de quem vive na prática a realidade da fronteira. As reuniões periódicas realizadas pela paradiplomacia estadual têm desdramatizado a agenda com a Guiana, diluído as diferenças e encontrado os eixos sinérgicos.

Esse diálogo entre unidades federativas e nações estrangeiras tem sido objeto de estudos. Gomes Filho⁵³¹, em tese específica sobre a paradiplomacia dos Estados da Amazônia brasileira, citando Pereira Lopes⁵³²: “ressalta que o Itamaraty representa o principal articulador e defensor dos interesses da sociedade brasileira no plano internacional (...) que nos dias atuais, o crescimento da demanda por informações do meio internacional, bem como a facilidade de celebrar acordos entre atores não estatais transnacionais, entidades públicas ou

⁵²⁷ Ibid.

⁵²⁸ PEREIRA, op. cit., p. 15.

⁵²⁹ Disciplinada posteriormente pelas Leis estaduais n.º 568, 1.º de dezembro de 2006, e 621, de 14 de dezembro de 2007.

⁵³⁰ Art. 1.º do Decreto: “Fica instituída a Secretaria de Estado Extraordinária das Relações Institucionais, Comerciais e Culturais com Países Fronteiriços que tem o objetivo de coordenar tais relações e como finalidade precípua de cuidar dos interesses bilaterais ou multilaterais do Governo do Estado de Roraima.”

⁵³¹ GOMES FILHO, Francisco. **A Paradiplomacia Subnacional no Brasil**: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia. Tese de Doutorado, UnB, 2011, pp. 68/69.

⁵³² PEREIRA, José Alexandre Lopes. **Diplomacia federativa**: o escritório de representação do Itamaraty na cidade de São Paulo, motivações e perspectivas. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

privadas, tem feito com que o Itamaraty repense sua condição de exclusividade na condução da política externa nacional.”

Destaca que por “meio dos escritórios de representação regional instalados em alguns Estados da federação brasileira, o Itamaraty tem condições de identificar e, muitas vezes, de atender as demandas das unidades federadas, da sociedade em geral e, por fim, adequar tais demandas aos interesses do país. Assim, tais escritórios de representação regional exercerão o papel de colocar esses grupos potenciais de atores internacionais em contato direto com o Itamaraty, ou seja, pode-se dizer em outras palavras que se põe em prática um novo conceito apreendido por essa Chancelaria, a ‘diplomacia pública ou diplomacia federativa’.⁵³³”

Assim, esses Escritórios Regionais do Itamaraty, ao reconhecerem a crescente inserção internacional das unidades federativas, têm proporcionado aos governos estaduais um acesso direto ao exterior. Roraima por sua posição estratégica e seus laços com a Venezuela e a Guiana merece ser sede de um desses escritórios.

Em Boa Vista, após viagem para Brasília, “o ministro do Interior da Guiana, Clement Rohee, disse-se animado com as perspectivas de acordos de cooperação entre os dois países. O plantio de cana, voltado à produção de açúcar e etanol, e o asfaltamento da estrada Lethem/Linden são possibilidades que modificarão positivamente o perfil da economia guianense.”⁵³⁴ O adensamento da cooperação, segundo o ministro guianense, dar-se-á em parcerias para ampliação do sistema de atendimento nas áreas de saúde, educação, cooperação agrícola, segurança e também de repressão ao narcotráfico.

Arthur Meyer, então embaixador do Brasil em Georgetown asseverou, na mesma ocasião, que “A Guiana tem muito interesse em desenvolver a indústria sucroalcooleira. Lá, a indústria açucareira é tradicional, mas não produz álcool e o país está ciente do avanço do Brasil na indústria de biocombustíveis, especialmente na área do etanol. O governo guianense quer atrair investimentos privados brasileiros para o plantio de cana-de-açúcar visando à produção de álcool.”⁵³⁵

⁵³³ GOMES FILHO, Francisco. Op. Cit., p. 69.

⁵³⁴ Disponível em < <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=29508>> Acesso em: 19 de jun. 2011

⁵³⁵ Ibid.

Lembrou o embaixador que “atualmente, o Brasil é o maior produtor de etanol no mundo e quer que esse combustível seja uma commodity. Por isso, incentiva que outros países sigam o mesmo caminho tendo em vista a formação de um mercado internacional de etanol. A Guiana tem condições de ser um produtor razoavelmente importante porque tem base geográfica para isso.”⁵³⁶

Outra visita importante que Roraima recebeu no início de 2009, o presidente do parlamento Guianense, Ralph Ramkarram, acompanhado de empresários e políticos guianenses que vieram tratar de assuntos relacionados à integração Brasil/Guiana, via Roraima. Na pauta estava o atendimento dos guianenses de Lethem pelo sistema de saúde do Estado. Ouviram do governador de Roraima, Anchieta Júnior, que: “Nosso processo de integração já é um fato consolidado e sempre nos colocaremos à disposição, dentro do possível, para atender aos moradores da fronteira.”⁵³⁷

Ao se referir ao asfaltamento da estrada até Linden, o chefe do Executivo estadual afirmou que: “Nosso processo comercial com a Guiana e até mesmo com mercado comum Europeu seria uma realidade com o asfaltamento desta estrada, ganhando todos os segmentos de nossa sociedade, por esse motivo nossa gestão continuará lutando para a construção da parceria entre o Brasil e a Guiana.”⁵³⁸

Isso se dá porque a relação entre o Estado de Roraima e a Guiana, a despeito das modestas dimensões comerciais, tem enorme potencial de crescimento e a fronteira, conotação mais ampla, revela-se como uma geografia de encontro de nacionalidades, culturas e raças, essa parece ser a linha oficial de ambos os governos.

⁵³⁶ Ibid.

⁵³⁷ Disponível em < <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=54913> > Acesso em: 19 de jun. 2011

⁵³⁸ Ibid.

CAPÍTULO VI – INTEGRAÇÃO SUL-SUL

6.1 FEDERAÇÃO DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

“O estado natural do Caribe é a fragmentação”, com essa sentença, dita em 1975, o ministro das Relações Exteriores da Guiana, Shridath Ramphal⁵³⁹, sintetizou o panorama de unificação caribenho. Essa frase perdura ao longo dos anos como uma espada-de-Dâmocles sobre a cabeça de cada líder político da região. Para desviar dela, pautam as tentativas de integração.

Em 1947, com a Conferência de Montego Bay na Jamaica, a Grã-Bretanha iniciou o processo de descolonização do Caribe. Nessa região, considerada como área de influência dos Estados Unidos da América, o projeto inicial era a união das colônias em uma única entidade política, que entrou para a história como Federação das Índias Ocidentais - *Federation of West Indies* -, integrada por dez territórios: Trinidad e Tobago, Barbados, Jamaica, Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, San Cristobal-Nieves-Anguila, Santa Lúcia e São Vicente. Foram inicialmente excluídos: Honduras Britânica (atual Belize), Guiana Britânica e Ilhas Virgens. A colônia das Bahamas se manteve afastada do processo.

Não obstante esse esforço integracionista, a forte tendência à secessão levou o projeto ao fracasso. Colaborou para isso a divisão equivocada de poderes entre as entidades componentes da federação. Por exemplo, 70% da população da nova nação estava na Jamaica e em Trinidad e Tobago. Esses dois Estados custeavam 80% dos gastos da federação, contudo detinham apenas 27% dos assentos do parlamento⁵⁴⁰.

Em razão dessas discrepâncias e com dúvidas quanto ao custo dessa unificação, a população da Jamaica repudiou a permanência na federação, em plebiscito realizado em 1961. Trinidad e Tobago também se apressou em alcançar a independência de forma isolada, em

⁵³⁹ Na época Ministro das Relações Exteriores da Guiana e, posteriormente, Reitor da Universidade das Índias Ocidentais *apud* JACKSON. Rashleigh *in* Guyana's Diplomacy. Free press, 2003

⁵⁴⁰ HOYTE, op. cit., p. 131.

1962. Sem os dois principais Estados, as pequenas ilhas remanescentes não conseguiram manter a união, culminando com o fim do projeto federativo.

6.2 A INTEGRAÇÃO COMERCIAL DO CARIFTA E CARICOM

Fracassado o projeto federativo, somente em julho de 1965 surgiu novo intento de união das pequenas nações caribenhas. Por iniciativa da Guiana, de Barbados e de Antigua e Barbuda foi firmado o acordo da Baía de Dickenson⁵⁴¹, criando a Associação Caribenha de Livre Comércio – *Caribbean Free Trade Association* – conhecida como Carifta. Em 1968, os demais Estados que compuseram a Federação das Índias Ocidentais aprovaram formalmente a fundação da Carifta.

Nessa esteira, nasceram o Secretariado Regional da Carifta (1968), em Georgetown e, em 1969, o Banco de Desenvolvimento do Caribe – *Caribbean Development Bank* –, com sede em Barbados. Em 1972, converteram a Carifta em Mercado Comum do Caribe – *Caribbean Common Market* – conhecido como Caricom.

Os acordos que criaram a Carifta e, posteriormente, a Caricom sequer se referiam à instituição de uma unidade política. O objetivo era o pleno emprego e o melhoramento da vida dos habitantes do Caribe. Nada se cogitou em unidade política ou em refundação da federação. Concebido como uma proposta mais modesta, em relação à união política, o mercado comum se revelou fraco para impedir a deterioração econômica dos Estados membros da Caricom.

Com efeito, até meados da década de 1980, pouco aconteceu nas esferas governamentais do Caribe para estimular a integração econômica. Nesse período, não se realizou uma única reunião de Chefes de Governo da Caricom. A cooperação regional ocupou o último posto das prioridades políticas, por motivos diversos. Todos os Estados da Caricom

⁵⁴¹ Agreement of Dickenson Bay

lutavam em condições econômicas difíceis. Suas economias se apoiavam e ainda se apóiam em bases débeis, expostas às crises da economia mundial.

Dessa forma, a economia estava, em parte, condicionada pelo aumento dos custos da energia, pela redução dos ganhos na exportação de bauxita – Guiana e Jamaica –, petróleo – Trinidad e Tobago – e de produtos agrícolas. Também contribuíram para o descenso financeiro os projetos fracassados de industrialização, a imigração de mão de obra qualificada e a radicalização política.

Desde cedo, constatou-se que o mercado comum não era remédio para as enfermidades econômicas nacionais e que a união, por si só, não geraria prosperidade. No máximo, sem bem conduzida, criaria oportunidades adicionais de desenvolvimento.

Nesse cenário de fragmentação, mesmo com a Caricom, os governos locais competiram uns com os outros por ajuda dos países industrializados e dos organismos internacionais. Conseqüentemente, o comércio intrarregional diminuiu constantemente. As inversões estrangeiras, o aumento das exportações de produtos não tradicionais, o formento do turismo e a ampliação das relações com nações industrializadas foram consideradas como saídas à deterioração econômica.

Como se nota, as economias dos Estados membros da Caricom se orientaram menos para as necessidades do mercado regional e mais para os principais exportadores: Estados Unidos da América, Canadá e Europa. A integração restou relegada a plano secundário. A análise do comércio na região⁵⁴² deixa claro que as relações intrarregionais não eram as prioritárias. Entre 1995-2004, 89,14% das importações foram de mercados de fora do Caribe, vale dizer, somente 10,86% decorreram do comércio interno⁵⁴³, a maior parte é de petróleo e derivados.

A similitude dessas economias, exportadoras das mesmas *commodities*, poderia ser benéfica, mas se revela desvantajosa por causa da concorrência desleal entre si, fato que obsta

⁵⁴² CARICOM'S TRADE: A Quick Reference to Some Summary: Data 1996-2001

⁵⁴³

Disponível

em:

<http://www.caricom.org/jsp/community/regional_issues/CTIR2005/chapter%20I%20CTIR%202005.pdf>.

Acesso em: 09 jul. 2011.

a integração. Por causa disso, ou seja, “do cada um por si”, a divisão continua forte na região, apesar dos esforços integracionistas.

6.3 CARICOM-MERCOSUL: PERSPECTIVAS

A integração Sul-Sul se marca por fluxos de aproximação e de distanciamento, sendo, via de regra, relegada a segundo plano em relação a parceiros comerciais mais robustos, como Estados Unidos da América, União Européia e China. Nesse cenário, impõe compreender a importância da parceria comercial Caricom-Mercosul e isso exige novo olhar sobre a relevância da Caricom.

A soma do PIB de todos os integrantes desse bloco regional alcança pouco mais de 80 bilhões de dólares, inferior ao PIB do Peru (US\$ 131.400 bilhões⁵⁴⁴). Sua população, de 15,6 milhões – quase 70% de haitianos – é menor que a da região metropolitana de São Paulo (19,6 milhões⁵⁴⁵). O quadro, na página seguinte, ajuda a dimensionar a questão.

O comércio intrarregional permanece baixíssimo, se comparado com o existente em outros blocos. Com efeito, apenas 2,1% (1996) e 3,3% (2001) das importações da Caricom provieram do Mercosul. E suas exportações para esse grupo foram demasiadamente aquém das potencialidades: 1,0% (1996) e 0,3% (2001).

Trinidad e Tobago segue como principal exportador para o Mercosul, respondendo por 91% das transações da Caricom em 1996 e 88,4% em 2001. O segundo maior exportador foi a Jamaica, com 7% (1996) e 3,8% (2001) do tráfico regional. Esse comércio se restringe a poucos produtos. Para lá, o Mercosul exporta principalmente: óleo, produtos petrolíferos, papel, cartolina, madeira, folheados de madeira, materiais de construção e materiais refratários. Da Caricom, importa: óleo diesel, amônia anidra, butano liquefeito, e gasolina.

⁵⁴⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_latino-americanos_por_PIB_nominal>. Acesso em: 15 jul. 2011.

⁵⁴⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_regi%C3%B5es_metropolitanas_do_Brasil_por_popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 jul. 2011.

Tabela 2 – Países membros da Caricom.

Estatística populacional da <i>Caricom</i> ⁵⁴⁶			
Membro	População	PIB Milhões USD	Renda <i>Per Capita</i> USD
Haiti	9.035.536	11.562	1.318
Jamaica	2.825.928	20.958	7766
Trinidad e Tobago	1.305.000	27.038	20.723
Guiana	772.298	3.082	4.035
Belize	333.200	2.525	7.881
Bahamas	323.000	6.524	20.076
Barbados	279.000	5.244	19.026
Santa Lúcia	160.765	1.839	10.819
São Vicente e Granadinas	120.000	1.086	10.150
Granada	110.000	1.153	10.842
Dominica	72.660	0720	10.045
Antigua e Barbuda	85.632	1.646	18.585
São Cristóvão e Neves	42.696	0750	14.169
Montserrat	4488	0099	3400
Suriname	472.000	4.436	8.323
TOTAL	15.942.203	87.093	11.143

Fonte: Almanaque Abril, 2011.

Esses dados expõem o reduzido comércio e esfria o entusiasmo dos integrantes da Caricom quanto à integração Sul-Sul. Primeiro, porque nem sua própria zona de comércio está bem estruturada. Outrossim, não há dúvidas sobre a incapacidade das pequenas indústrias caribenhas de suportar a concorrência Mercosul. Em segundo lugar, o Caribe se encontra entre as regiões com maior taxa *per capita* de ajuda para o desenvolvimento⁵⁴⁷. Parte desse auxílio se ata ao comércio, especialmente, com os Estados Unidos da América, Canadá e

⁵⁴⁶ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Caribbean_Community>. Acesso em: 10 jul. 2011.

⁵⁴⁷ A ajuda oficial para o desenvolvimento aos estados do Caricom foi avaliada em um bilhão e duzentos milhões de dólares americanos, em 1991. Ocupando o terceiro lugar em ajuda *per capita*, depois de Israel e Egito.

Reino Unido. Resta saber se o bloco sul-americano se disporia a pagar esse custo. A integração com a Caricom, em termos econômicos, surtiria efeitos insignificantes. Em termos políticos, a situação é outra.

O reduzido volume de troca comercial mostra que, na prática, a integração Mercosul-Caricom continua um projeto lastreado em intenções. Para modificar isso, a Caricom precisa de um mínimo de institucionalização supranacional que leve a processos associativos. Da forma em que está, a realidade confirma a sentença transcrita no início deste capítulo: “O estado natural do Caribe é a fragmentação”.

Nas Américas, a aproximação entre blocos regionais pesa principalmente para o lado simbólico. Todavia, vale registrar que, em 16 de dezembro de 2004, os Chanceleres do Mercosul e o Ministro do Comércio e Indústria de Trinidad e Tobago, representando a Caricom, estabeleceram um programa de trabalho, objetivando a negociação de um Acordo de Livre Comércio.

Integravam essa agenda os seguintes pontos: estrutura tarifária, legislação sanitária e fitossanitária, normas e regulamento técnicos, análise de dados comerciais, acordos de livre comércio celebrados com terceiros países, esquemas de comércio preferencial, marco normativo aplicado ao comércio intrarregional e identificação dos objetivos negociadores.

Em abril de 2005, realizou-se a segunda reunião, com a seguinte agenda: avaliação conjunta sobre o tipo de acordo a ser negociado; metodologia para a negociação de produtos; definição do alcance do tratamento especial diferenciado; definição dos prazos para a negociação; informação sobre o processo de internalização de acordos internacionais; análise e discussão preliminar de projeto de livre comércio, incluindo temas como investimentos; e definição do cronograma para seguir o processo integracional.

Embora o calendário acima aponte certa vitalidade dos blocos, em negociar e em buscar aproximação, as suas debilidades são grandes, sobretudo diante de contingências externas e internas. Justamente, em razão dessas divergências entre os Estados que compõem a Caricom, a celebração de acordos bilaterais assume papel importante na construção de alicerces comerciais para uma futura integração de blocos regionais.

Fortalecendo essa linha de formação de novos vínculos, vale repetir, realizou-se em Brasília, em 26 de abril de 2010, a Primeira Cúpula Brasil-Caricom. Nessa oportunidade, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso de abertura, conclamou a todos para se unirem na construção de “uma nova ordem latino-americana e mundial.” Disse que estavam “dadas as condições para concluir um acordo comercial Mercosul-Caricom⁵⁴⁸”, que potencialize a troca entre os dois blocos.

Acrescentou o citado mandatário que: “O Caribe conhece sua força” possui “um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 80 bilhões anuais e [seus] países, em conjunto representam 44% dos votos na OEA e 7% dos assentos nas Nações Unidas.⁵⁴⁹” Continuou: “Temos certeza de que os problemas comuns exigem soluções compartilhadas” e que “é necessário desenhar uma agenda própria de cooperação latino-americana e caribenha.”⁵⁵⁰

Mencionou também o aumento do fluxo comercial que passou de US\$ 650 milhões em 2002, para US\$ 5,2 bilhões em 2008 como consolidação da parceria entre o Brasil e os países do Caribe, mas que é preciso “corrigir o elevado desequilíbrio comercial em favor do Brasil”. De fato, desse comércio de US\$ 5,2 bilhões, as exportações brasileiras foram de US\$ 4,4 bilhões⁵⁵¹. Para tal, anunciou a decisão brasileira de se transformar em membro pleno do Banco de Desenvolvimento do Caribe e de intensificar várias vias de cooperação nas áreas de pesquisa e de ciência e tecnologia.

Roosevelt Skerrit, na época presidente da *Caribbean Community*, afirmou que a Caricom agradece pela iniciativa de aproximação feita pelo Brasil: “Esta é uma oportunidade para fortalecer a amizade e o espírito de cooperação existente entre os povos das nações que formam a Comunidade do Caribe e o povo brasileiro. Por outro lado, acreditamos que o Brasil está de tal maneira inserido na comunidade internacional, que pode ajudar a criar uma nova geografia econômica. Nós, da Caricom, queremos fazer parte dessa nova geografia.”⁵⁵²

⁵⁴⁸ Disponível em: <<http://www.informenetwork.com.br/noticia/167>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

⁵⁴⁹ Ibid.

⁵⁵⁰ Ibid.

⁵⁵¹ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/politica/4741826/lula-abre-cupula-que-reune-brasil-e-comunidade-do-caribe>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

⁵⁵² Disponível em: <<http://www.informenetwork.com.br/noticia/167>>. Acesso em: 11 jul. 2011

Enfatiza que espera a ajuda do Brasil para a defesa dos interesses dos países pobres nas grandes arenas mundiais e que os países da América Latina e do Caribe devem fazer “das iniciativas para o desenvolvimento uma realidade mais concreta”. E apontou as áreas de maior interesse para a Caricom: saúde, social, transportes e alimentícia.

Na ocasião, firmaram os seguintes atos entre o governo do Brasil e a Comunidade do Caribe (Caricom): protocolo sobre consultas políticas; acordo de cooperação técnica; memorando de entendimento sobre cooperação técnica; memorando de entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores e o Secretariado da Comunidade do Caribe (Caricom) sobre cooperação mútua em formação, aperfeiçoamento e capacitação de diplomatas; memorando de entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores e o Secretariado da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) sobre cooperação mútua em formação, aperfeiçoamento e capacitação de diplomatas.

É palpável a posição da Guiana no processo de busca de novas parcerias. Além de servir de ponte entre o Brasil e o Caribe, o tratamento especial e diferenciado dado a Georgetown, no combate às assimetrias e seus esforços por políticas de solidariedade, reduzem as tensões e servem de modelo para a região. Essa é a razão para a diplomacia brasileira: transformar fronteiras-separação em fronteiras-cooperação.

CONCLUSÃO

Ao descrever e analisar as linhas gerais da política externa da República Cooperativa da Guiana, em especial sua evolução de 1966 a 2010, este trabalho trouxe para bem próximo da academia um vizinho distante. Quis valorizar uma parceria raramente lembrada que é estratégica. Estratégica seja por causa da geopolítica, da segurança ambiental, do combate ao narcotráfico e ao terrorismo de grupos radicais islâmicos. O estudo cresceu sob marcos teóricos flexíveis, particularmente familiarizados com instrumentos conceituais como hegemonia, ordem e regime internacional.

Buscando explicações na história das relações internacionais da Guiana, lembrou que quando Cheddi Jagan conclamou os guianenses⁵⁵³ a buscar a independência, essa parte da Amazônia ecoava um sentimento de nacionalismo que se propagava por todas as colônias britânicas da Ásia, África e Caribe. Ao mesmo tempo em que a independência conferia direitos, também impunha deveres. A tese explicou como aquela sociedade via a magnitude das mudanças que essas obrigações representariam para os pequenos estados caribenhos. Mostrou como a frágil infraestrutura e a debilidade de suas economias transformaram esse processo em intermináveis desafios.

Na Guiana, em particular, essas dificuldades se ampliavam por causa do baixo nível de desenvolvimento do país, pela incapacidade de conviver com seus extraordinários recursos florestais, minerais e hídricos; pelos conflitos étnicos; pelas reivindicações territoriais de seus vizinhos e por sua reduzida renda *per capita*. O autor quis esclarecer que o baixo ingresso de recursos e a total dependência da monocultura e da extração de bauxita levantavam sérias dúvidas sobre a viabilidade do país como estado livre.

Ao contrário do processo de independência, relativamente bem estudado na literatura guianense⁵⁵⁴, a análise da política externa desse vizinho distante permanece como tema

⁵⁵³ Eleição de 1953 (JAGAN, Cheddi. *The West on Trial*. Canadá: Harpy, 2004, p. 16).

⁵⁵⁴ JAGAN, Cheddi. *Forbidden Freedom: the story of British Guiana*. International Publishers Co. Inc, 1954; *The West on Trial. The Fight for Guyana's Freedom*. Berlin: Seven Seas Publisher, 1972; TENNASSEE, Paul N. *The post independence era: Alienation and Insurrection*. Georgetown: Guyana Journal, s/d. The Washington Post, 22 de março de 1964, dentre outros.

marginal no estudo das relações internacionais. Salvo a contenda territorial com a Venezuela⁵⁵⁵, raramente sua diplomacia e os especialistas em relações internacionais brindam a Guiana com suficiente atenção. A presente pesquisa mostrou que isso tem razão de ser. A política externa dos pequenos estados frequentemente se descreve de modo preconceituoso, como política de “relações públicas”.⁵⁵⁶

Na prática, isso ocorre e muito mais. As variáveis aqui elencadas tentaram convencer que o fator de viabilidade da Guiana, como nação independente, está na sua política externa. Relações com o mundo asseguraram sua sobrevivência econômica, bem como salvaguardaram sua independência e integridade territorial.

O estudo constatou que os anos de corrupção e má-governança levaram a um sistema político frágil e a um setor privado anêmico. Essas disfuncionalidades minaram a injeção de fundos privados no processo produtivo guianense e desestruturaram sua diplomacia.

A pesquisa apontou que as relações guiano-brasileiras, nos últimos anos, passam por momentos melhores que nos anteriores e isso graças à agenda, que migrou de temas de segurança para de cooperação. Essa mudança trouxe fluidez de diálogo e novas esperanças por projetos de integração. Demonstrando que a interação política, econômica e cultural envolve atores da sociedade civil, o estudo identificou que a política externa da Guiana projeta a política interna, pontuada por veleidades e disputas entre as lideranças na Terra dos Seis Povos.

Pontuando que a diplomacia em Georgetown transita entre o pragmatismo e o amadorismo, por vezes errático, o Serviço Exterior guianense carece de diretriz estratégica permanente. A tese enfatizou que a segurança territorial é o amálgama maior que permeia o citado serviço desde a independência em 1966.

Alertanto para as tantas ciladas no caminho de *State House*, sede do governo guianense, buscaram-se exemplificações. A mais recente foi a autorização para o Irã – detentor de polêmico programa nuclear – mapear as reservas de urânio da Guiana, estimadas em 7,1 milhões de quilos.

⁵⁵⁵ Essequibo.

⁵⁵⁶ Edward Shils. *The Intellectuals in the Political Development of New States*. New York: Wiley, 1962, p. 211

Depois de explicar a ascensão do guianense por descendência Adnan El-Shukrijumah⁵⁵⁷ à chefia das operações internacionais da Al Qaeda, o texto reclama do abandono e pede um olhar de Brasília para os espaços sociais transfronteiriços. Ao ver do pesquisador, tais áreas merecem ser valorizadas pela cooperação bilateral e multilateral da política externa brasileira.

Lembrando a condenação de guianenses⁵⁵⁸ por planejar atentado terrorista ao aeroporto JFK, em Nova Iorque, o autor alertou para os perigos das políticas públicas de segurança numa região de tríplice fronteira. Aí, onde as ameaças do radicalismo islâmico concretizadas na frustrada ação terrorista que se mencionou, escudam-se em grupos maometanos percentual e numericamente maiores que os existentes na tríplice fronteira do Brasil, com a Argentina e o Paraguai.

Ao incluir os espaços sociais guianenses no contexto da cooperação, a tese somou seus desafios às políticas de integração sul-americana e formação de parcerias estratégicas entre países amazônicos. Além disso, preenche um vazio analítico em relação a países geograficamente menores. Ao ver do autor, a pesquisa alcançou o duplo objetivo de explicar a política externa da Guiana e de valorizar a parceria com esse vizinho distante. Apontou o desafio do Itamaraty de construir confiança e servir de interlocutor para edificar uma cooperação de amplo espectro.

⁵⁵⁷ Cidadão da Guiana por descendência por ser filho de guianense. Tem passaporte da Guiana, embora nascido na Arábia Saudita.

⁵⁵⁸ Rusell Defreitas, Abdel Nur e Abdul Kadir

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Iyaluua. **A primer for Young Patriots**. Georgetown: Book One, 1975.

ADAMS, S. By Road to Brazil will open up the economy [Letter to the editor]. **Stabroek News Archive**. 25 dez. 2004. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 mar. 2011.

ALEIXO, José Carlos Brandi. **Relações entre Brasil e Filipinas: uma visão abrangente**. Brasília: Thesaurus, 2009.

ALEXANDER, R. J. **Rómulo Betancourt and the transformation of Venezuela**. New Jersey: Transaction Books, 1982.

_____. **The Venezuelan Democratic Revolution: a profile of the regime of Rómulo Betancourt**. New Jersey: Rutgers University Press, 1964.

ALFRED, C. The Great Betrayal: An Historical Perspective and Lessons of Experience in Guyana's Political System, 1953-1997. **Sample A**, Ibemerum. 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política da Política Externa: os partidos políticos nas relações internacionais do Brasil, 1930-1990. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000, v. 4.

AMERINDIAN RESEARCH UNIT (ARU), **The material culture of the Wapishana of the South Rupununi savannas in 1989**, University of Guyana. 1992. Ann. Rev. Anthropol. 1982.

AMODIO, Emanuelle. El Dorado Ilustrado: las expediciones españolas al Parime (Guayana). 1770-1777. **Revista de Índias**.v. 5, Enero-Abril, 1995.

ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: ARAGÓN, L. E. (Org.) **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2005a. p.13-23.

_____. Consideraciones teórico-metodológicas sobre el estudio de la migración en América Latina. **Trimestre Geográfico**, Bogotá, v.3, n.1, p. 12-25, 1984.

_____. **Population, Environment and Development**. Belém. Discipline offered at the Center for Advanced Amazonian Studies (NAEA) – UFGA, 2005b. 1 CD-ROM.

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Atica, UnB, 1988 (Estudos Políticos, Série Temas, v. 5.)

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

AROUCK, R. de C. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

ATKINSON, Penny. A Lei ameríndia está na necessidade de alteração. **Stabroek News**. 2008. Disponível em <<http://www.stabroeknews.com/2008/opinion/letters/07/26/the-amerindian-act-is-in-need-of-amendment/>> Acesso em: 03 jun. 2011.

ATTENBOROUGH, David. **Zoo-quest to Guyana**. London: Lutterworth Press, 1956.

AUGIER, F. R., HALL, D. G., GORDON, S. C.; RECKORD, M. **The making of the West Indies**. Longman Caribbean Ltd, 1960.

BALAN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa**. Estudos CEBRAP, São Paulo, p. 5-79, 1973.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação Humana em Roraima I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, 9, 1994.

BARROS, Nilson C. C. **Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. UFPE, 1995.

BARTELS, Dennis. Class conflict and racist ideology in the formation of modern guyanese society. In: **Canadian Review of Sociology and Anthropology**. Toronto, 1977. 230

BASSANEZI, M, S. B. Imigrações internacionais no Brasil: Um panorama histórico. In: P, N, Lopes (Ed.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FUNUAP, 1995. p. 1-38.

BERNARD, Cecily Philippa. **A República da Guiana e o mundo: Fundamentos para uma inserção guianense no contexto internacional**. 1993 Dissertação. Universidade de Brasília.1993.

BERNARD, D. Observations on the status of demographic information in Guyana. In: ARAGON, L. E. (Ed.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2005. p. 103-114.

BETANCOURT, Rómulo. **Cuarto Mensaje Presidencial al Congreso Nacional. Três años de Gobierno Democrática, 1959-1962**.

BIRBALSINGH, Frank. **The People's Progressive Party of Guyana**. London: Hansib Publications, 2007.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative Research for Education. An Introduction to Theory and Methods**. 3 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

BORGES, Iribarren. Exposição ao Congresso Nacional. In: VENEZUELA. M.R.E: **Reclamación de la Guayana Esequiba**. Caracas, Doc. 04, 1966.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review**, n. 23, v. 3, p. 638-670, 1986.

BRAITHWAITE, B. Return to Kurupung. **Stabroek News Archive**. 2006. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 mar. 2011.

BRITO, F. Os povos em movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: P, N. L. (Ed.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FUNUAP, 1995.

BROTHERSON, Festus. The Foreign Policy of Guyana, 1970-1985. Forbes Burnham's Search for Legitimacy. **Journal of Inter-american Studies and World Affairs**, 31:3, 1989.

BURNHAN, Linden Sampson Forbes. **A destiny to mould**. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970.

_____. **Toward the Socialist Revolution**. Georgetown: People's National Congress, 1975.

BUTT-COLSON, Audrey. **Fr. Cary-Elwes S. J. and the Alleluia Indians Georgetown: Georgetown Amerindian Research Unit**. University of Guyana, 1998.

_____. Hallelujah among the Patamona Indians. **Antropológica**, 1971.

_____. Routes of Knowledge: an Aspect of Regional Integration in the Circum-Roraima Area of the Guiana Highlands. **Antropológica**, p. 103-149, 1985.

CAMPBELL, Nestor P. The A B C of Guyana's Essequibo Territory: History Law Justice. Georgetown: The Publications Division, 1981. In: **Canadian Review of Sociology and Anthropology**. Toronto, 1987, p. 54.

CAPEL, Horacio. Inmigrantes extranjeros en España. El derecho a la movilidad y los conflictos de la adaptación: grandes expectativas y duras realidades. Escripita Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, n. 81, 1 fev. 2001.

CASTRO, E. Estado e Políticas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, M.C. N., CASTRO, E.; MATHIS, A.; HURTIENNE, T. (Org.) **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Belém: NAEA/UFPA, 2001. p. 7.

CASTRO, E.; CUNHA, M. C. **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/USP, 1993.

CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CLEMENTI, Cecil. **The Chinese in British Guiana**. Ed. The Argosy Company, 1915.

COLINA, Oswaldo Ramírez. **Guiana em 1969: la insurrección de Rupununi**. Disponível em <<http://www.monografias.com/trabajos/rupununi/rupununi.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Migración internacional, derechos humanos y desarrollo en América Latina y el Caribe**. Trigésimo primer período de sesiones. Montevideo, Uruguay, 2006.

CONDAMINE, M. de la Plata. **Relación abreviada de un viaje hecho por el interior de la América Meridional (desde la costa del Mar del Sur hasta las costas del Brasil y de la Guayana, siguiendo el curso del Rio de las Amazonas)**. Madri: Colpe, 1921 (séc. XVIII, 1774)

CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach**. Dissertação. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Para, 2007.

CORBIN, Robert H. O. Guiana: impacto da política externa sobre os desafios do desenvolvimento. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 8, 2007.

COUDREAU, Henri A. **La France Equinoxiale. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie**. Paris: Challamel, editeur Librarie Colonial, 1887.

CRAPANZANO, Vincent. **Tuhami: portrait of a maroccan**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CRAWFORD; Marlene Kwok. **Scenes from the history of chinese in Guyana**. Georgetown, The author, 1989.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches**. (2nd ed). Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

CRUZ FILHO, Rubelmar Maia de Azevedo. **Nova Rota Logística, Manaus/Boa Vista/Georgetown: Uma Análise Crítica**. Manaus, AM: Novo Tempo, 2006.

D'ALMADA, Lobo. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro**, 1861.

DALY, V. T. **A Short History of the Guyanese People**. London: Macmillan Education, 1975.

DÁVILA, L. Ricardo. **Imaginário político venezuelano: ensayo sobre el triênio octubrista**. Caracas: Alfadil Editora, 1920.

DAZA, Yépes Jacob. **Geografía de Guyana**. Caracas: UCV, 1967.

DELGADO, Rafael Sureda. **Betancourt e Leoni en la Guyana Esequiba**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1984.

DEMKO, G. J.; ROSE, H. M.; SCHNELL, G. **A Population geography: A Reader**. McGraw-Hill Book Company, p. 288, 1970.

DEWEY, A. E. **Migration in the Age of Globalization**. Washington, DC, 2005. Disponível em: <www. E:\Migglob\Migration in the Age of Globalization.htm> Acesso em: 15 mar. 2011.

DICÓN, Delia. **História de la diplomacia Venezuelana**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1999.

DINIZ, Edson S. **Os índios Makuxi do Roraima**. Marília: Coleção Teses: 09, FFCL de Marília, 1972.

_____. Terminologia de parentesco entre os Wapitxâna. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, 34, Belém, 1968.

DONETTO JUNIOR, Jorge. **Dissuasão Convencional na América do Sul: O Caso da Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF), 2010

DONIS, Manoel. **Guyana: historia de su territorialidad**. Caracas: UCAB, 2002.

DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, E. V; CUNHA, M. C. **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/USP, 1993. 232

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, 2000.

EDSEL, Carlos. A 30 años de la rebelión del Rupununi. In: El Nacional, 1999. Enciclopedia Electoral Latinoamericana y del Caribe, 1989.

EISNER, E.W. (1998). **The Enlightened Eye: Qualitative Inquiry and the Enhancement of Educational Research Practice**. NJ: Prentice-Hall.

FARABEE, William C. **The Central Arawaks**. University of Pennsylvania Museum, Anthropological Publications, 1918.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

_____. **Rebellious Memories: The Wapishana in the Rupununi Uprising, Guyana, 1969**. In: WHITEHEAD, N. L. (Ed.) **Histories and historicities in Amazonia**. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003.

FAUCHILLE, Paul. **Conflit de limites entre le Brésil e la Grande-Bretagne e la sentence arbitrale du Roi D'Italie**. Paris: Editora A. Pedone, 1905.

FENTY, Allan A. **An Introduction to the Position of Guyana on the Guyana/Venezuela Controversy**. ed. rev. Georgetown: Ministry of Outer Relations Takuba Lodge, 2001.

FIGUEROA, Frederico Brito. **História econômica e social de Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1996.

FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FONSECA, Gelson; CASTRO, Sérgio H. N. (orgs). **Temas de Política Externa II**. V. 1. Brasília: FUNAG; São Paulo: Paz e Terra, 1994, n. 13, 25 p.71-85, 1º sem. 2006. (Tempo da Ciência).

FORTE, J. Karikuri: The Evolving Relationship of the Karinya People of Guyana to Gold Mining. **New West Indian Guide / Nieuwe West-Indische Gids** v. 1 & 2, n. 73: p. 59-82, 1999. [February, 2007]. Disponível em: <<http://www.kacike.org/BulkanNWIG.html>> Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. **Thinking about Amerindians**. Janette Forte Publishing, Georgetown, Guyana, 1996.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista, 2001.

FULLAN, M. G. with STIEGELBAUER, S. **The New Meaning of Educational Change**. NY: Teachers College Press, 1991.

FURLEY, Peter A (Ed). **The Forest Fronteir: settlement and change in Brazilian Roraima**. New York: Routledge, 1994.

GAGE, Jack R. **The Johnson County War Is a Pack of Lies (The Barons Side)**. Flintlock Publishing Co: Cheyenne, WY, 1967

GARNER, Steve. **Ethnicity, Class and Gender. Guyana 1838-1985**. Miami: Ian Randle Publishers, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: Zahar, 1978. 233p.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Works and Lives: the anthropologist as an author**. California: Stanford University Press, 1998.

GEHER, Thiago. **Brasil, Guiana e a Ponte sobre o Rio Tacutu**. Folha de Boa Vista. Disponível em <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=60993>> Acesso em: 19 de jun. 2011.

GIACALONE DE ROMERO, Rita. **Estudio histórico de la Guayana Británica: del descubrimiento a la formación del movimiento independentista, 1499-1949**. Mérida,

Venezuela: Corpo Andes, Fundacipol, 1982. Granada Television: World in Action transcripts: Guyana Election, 1968. CODE: ICS 23.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Towards transnational perspectives on migration: theorizing. **Annals of the New York Academy of Sciences**, NY, v. 645, 1992.

GONZALES, E. N. **A migração de trabalhadores rurais no Brasil**. São Paulo, FAFICH/USP, (Doctoral Thesis). 1979.

GREEN, Frederick. Barclay. The Family of twailing Amanda Green s/d GREEN, M.P.H. Self-help and co-operatives. In: **Guyana: a decade of progress**. 10th anniversary of the People's National Congress in Government. Georgetown, 1974.

GREENE, J. C.; CARACELLI, V. J.; GRAHAM, W. F. Towards a conceptual Framework for mixed-methods evaluation designs. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, 11 (3), p. 255-274, 1989.

GOMES FILHO, Francisco. **A Paradiplomacia Subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. Tese de Doutorado, UnB, 2011.

GUERÓN, Eva Josko de. Cambio y continuidad en la política exterior de Venezuela: una revisión. In: ROMERO, Carlos A. **Reforma y política exterior de Venezuela**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992. Guyana Chronicle, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Reflexões sul-americanas (Prefácio). In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GUTIERREZ, F. R.; ACOSTA, L. E.; SALAZAR, C. A. C. **Perfiles urbanos en la Amazonia Colombiana: Un enfoque para el desarrollo sostenible**. Bogotá, D. C.: Instituto SINCHI, p. 32, 2004.

GUYANA: **A decade of progress**: 10th anniversary of the People's National Congress in Government. Georgetown, 1974.

HABERMAS, Jürgen. Identidad Nacional y Identidad Postnacional – entrevista con J. M. Ferry. In: **Identidades Nacionales y Postnacionales**. Madrid: Tecnos, 1998.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: Principles in Practice**. London: Tavistock, 1983.

HEFTI, A. M. Globalization and Migration. In European Solidarity Conference on the Philippines Responding to Globalization. Boldern House, Männedorf, Zurich, Switzerland September, p. 19-21, 1997.

HEIJE, Marjo de. **Migration and Religious Transnationalism: recent Research and the case of the Brazilians in Suriname.** In Brazil and the Americas. Convergence and Perspectives. p. 151-170. Madrid, Frankfurt am Main: Iberoamericana, Vervuert Verlag, 2008.

HEMMING, John. Indians. Cattle and Settlers: the growth of Roraima. In: FURLEY, Peter A. **The Forest Fronteir: settlement and change in Brazilian Roraima.** New York: Routledge, 1994.

HENFREY, Colin. **The Gentle People: a journey among the Indian tribe of Guiana.** London: The Travel Book Club, 1964.

HERMANN, Lucila. A Organização Social dos Vapidianos do Território do Rio Branco. **Revista de Sociologia**, v. 3, n. 02, 03 e 04.

HINTZEN, Percy C. **The Cost of Regime Survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HIRST, Mônica. Tempos e contratempos da política externa brasileira. In: Plastino, C.A.; Bouzas R., (eds). **A América Latina e a crise internacional.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

HOFFMANN, Stanley. The politics and ethics of military intervention. **Survival**, v. 37, n. 4, inverno 1995-1996.

HOGAN, D. J. Mobilidad Populacional, sustentabilidad ambiental y vulnerabilidad social; una perspectiva Latino Americana. In: Leff, E. et al. (Comp.) **La transición hacia el desarrollo sustentable: Perspectivas de Latina America y El Caribe.** México: PNUMA, 2002.

HOLDRIDGE, Desmond. Na investigation of the prospect for white settlement in British Guyana. **Geographical Review**, v. 29, n. 4, p. 622-642, oct.1939.

HOPE, Kempe Ronald. Electoral Politics and Political Development in Post Independence Guyana. In: **Electoral Studies**, 4, 1985.

HOYTE, Desmond. **Guyana's Economic Recovery: Leadership, Will-Power and Vision.** Selected Speeches of Hugh Desmond Hoyte. Georgetown: Free Press, 1997.

HUBBARD, Henry J. Makepiece. **The venezuelan border issue: a sell out by the coalition government in Guyana.** Georgetown: New Guyana Company, 1966.

_____. **Venezuelan Border Issue and Occupation of Ankoko: A Sell-out by the Coalition Government.** Georgetown: publicação do PPP, 1967.

HUGHES, C. **Mass migration from Guyana, a concern.** The Caribbean Camera Newspaper, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.thecaribbeancamera.com>> Acesso em: 15 mar. 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

HUNTLEY, Eric L. **The life and times of Cheddi Jagan**. London: bogle L'ouverture Press, 1994.

IM THURN, Everard. **Among the Indians of Guiana**. Londres, 1883.

INGRAM, Helen; FIERDERLIEN, J. Traversing Boundaries: a public policy approach to the analysis of foreign policy. **The Western Political Quarterly**. n. 4, v. 4, p. 725-745. 1988.

INSANNALLY, Samuel Rudolph. A política externa da Guiana: respostas a um contexto mundial em transformação. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 1, 2004.

ISHMAEL, Odden. **The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue**. 1988. disponível em: <http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy.html> Acesso em: 12 abr. 2008.

JACKSON. Rashleigh. **Guyana's Diplomacy**. Georgetown, Guyana: Free press, 2003.

JAGAN, Cheddi. **Forbidden Freedom: the story of British Guiana**. International Publishers Co. Inc, 1954.

_____. **The role THE CIA in Guyana and its activities throughout out the world**. Georgetown, 1967.

_____. **The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom**. London: Michael Joseph, 1966.

_____. **The West on Trial. The Fight for Guyana's Freedom**. Berlin: Seven Seas Publisher, 1972.

JUNOR, P. **Preservice Secondary School Mathematics teachers Exploring the Integration of Computer Technology in Their Instructional Practices: A Caribbean perspective**. Doctoral Dissertation. OISE, University of Toronto, Canada, 2003.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 3. ed., Lisboa: Gradiva, 2007.

KISSLER, Betty Jane. **Venezuela-Guyana boundary dispute, 1899-1966**. Tesis Texas: University of Texas, Ph. D., 1971.

KLAGSBRUNN, V. H. Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: P., N. L. (Ed.), **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI**. Campinas: FUNAP, p. 33-48, 1996.

KRASNER, Stephen D. **Defending the National interest: Raw Materials investments and U.S. Foreign Policy**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

KUZNETS, S. Population redistribution and economic growth: United States, 1870 –1950. **American Economic Review**, Philadelphia, 60(1), p. 126-42, march 1964.

LA TORRE, Carlos R. Arévalo. **El tratamiento periodístico em tres momentos de la controversia por el Esequibo**. Trabalho de Graduação, Caracas: UCV, 1985.

LAFER, Celso. **A diplomacia globalizada**. Valor Econômico, 11-13 nov. 2000.

_____. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Política Externa Brasileira: Três Momentos**. Papers n. 4, Konrad Adenauer-Stiftung, São Paulo, 1993.

_____. Prefácio. In: BARRETO FILHO, Fernando Paulo de Mello. **Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil: 1912 a 1964**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LAFER, Celso; FONSECA Jr., Gelson. **Questões para a diplomacia no Contexto internacional das Polaridades indefinidas** (Notas Analíticas e algumas Sugestões).

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Apresentação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados**. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 76, 1º sem. 1995.

LAPRADELLE, A. de; POLITIS, N. **L'Arbitrage anglo-brésilien de 1904**. Paris: V. Giard & E. Brière, 1905.

LASMAR, Edison Netto. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Moskow – RR**. FUNAI/BSB/ 3438/81. Vol. II.

LEE, E. S. A Theory of Migration. In: DEMKO, G. J., ROSE, H. M.; SCHNELL, G. A. (1970). **Population Geography: A Reader**. McGraw- Hill Book Company, 1996.

LEE, Frantz. J. T., Leoni, Raul. **Documentos presidenciais, 1960**. Disponível em: <<http://www.franz-lee.org/files/coopguy.html>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

LEVINE, Daniel H. **Conflict and political change in Venezuela**. Princeton, Nueva Jersey: Princeton University Press, 1973.

LIMA, Maria Regina Soares de **Instituições Democráticas e Política Exterior**. Contexto internacional, v. 22, n. 2, 2000.

_____. Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. n. 83, Ano XIX, abr.-jun., 2005.

_____. SANTOS, Fabiano. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 52, 2001.

_____. **Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior**. Brasileña. América Latina internacional. v.1, n. 2, out/inv, 1994.

LINTON, Ralpf. **O homem: uma introdução à Antropologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

- LOOK LAI, Walton. **The Chinese in the West Indies: a documentary history, 1806-1995.** Jamaica: Stephenson Litho Press, 1998.
- LUTCHMAN, H. A. **Interest Representation in the Public Service: A History of the Guyana Public Service Association,** 1973.
- MACTURK, Michael. **Essays and fables in the vernacular.** Georgetown: The Daily Chronicle, 1949.
- MAJEED, Halim. **Forbes Burnham.** New York: Global Communications Publishing.
- MARCUS, E. G; CUSHMAN, D. Etnographies as texts. In: **Ann. Rev. Anthropol.**, 1982.
- MASSEY, D. S. et al. **The social organization of migration. Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico.** Berkeley: University of California Press, 1990. p.139-171
- _____. Theories of International Migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, sep., v. 1, n. 1, 1993.
- MATTOSO, Ernesto. **Limites da República com a Guyana Inglesa.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1898. p. 19-20.
- MC KNIGHT, John. Brazilian miners are taking over in the interior [Letter to the editor]. **Stabroek News Archive.** 14 jan. 2006. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em:
- MCGOWAN, W. **Walter Rodney Lecture Series: The Atlantic Slave Trade, Slavery and the Demographic History of Guyana.** Department of Social Studies, School of Education and Humanities, University of Guyana, Turkeyen, Guyana, 2006.
- MELLO, Flávia Campos. **Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90.**2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MEMORANDUM OTCA – COICA. **Memorandum de entendimiento entre la Organizacion del Tratado de Cooperacion Amazonica (Otca) Y la Coordinadora de las Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazonica (COICA).** 2005. Disponível em: <http://www.otca.org.br/portal/admin/_upload/documentos/MemorandumOTCA-Coica.pdf> Acesso em: 03 jun. 2011.
- MENEZES, Mary Noel. **The Potuguese of Guyana: A study in culture and conflict.** Anand Press, 1992.
- MERRIAM, S. B. **Case Study Research in Education: A Qualitative Approach.** San Francisco: Jossey-Bass, 1988

MERTENS, D. M. **Research Methods in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative and Qualitative Approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

MILNER, Helen. **Interests, institutions and information - domestic politics and international relations**. New Jersey, Princeton University Press, 1997.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Annexes du Premier Mémoire du Brésil**, Vol. V. Documents Divers. Deuxieme Série. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903. 236

_____. Org. Nabuco, Joaquim. **Annexes du Premier Mémoire du Brésil**, Vol. I, Documents d'Origine Portugaise (Texte Portuguais), Primeire série. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

_____. **Second Memoire**. Vol. I. La Pretention Anglaise. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

_____. **Second Memoire**. Vol. II. Notes sur la Premier Mémoire Anglaise. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

_____. *Second Memoire*. Vol. III. La Preuve Cartographique. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1903.

_____. **Troisième Memoire**. Vol. I. La Construction des Mémoires Anglaise. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1904.

_____. **Troisième Memoire**. Vol. II. Histoire de la Zone Contestée selon le Contre-Memoire Anglais. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1904.

_____. **Troisième Memoire**. Vol. III. Reproduction dès Documents Anglaise suivis de brèves observations. Paris: A. Lahure Imprimeur-Editeur, 1904. Ministry for National Commitment. A Primer for National Commitment. *Georgetown*: Office of the General Secretary, PNC, 1974.

MISIR, Prem. Identidade cultural e creolização na Guiana. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 6, 2007.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, militares e fronteiras. In: João Pacheco de Oliveira (org.) **Antropologia e Indigenismo**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1999, pp. 49-59.

_____. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, UnB, V. 1, nº 01, março de 1989, pp. 145-163.

_____. GONÇALVES. Willimas da Silva. Militares, diplomatas e política ex-terna no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000, vol. 4.

MOORE, Brian L. **Race, Power and Social Segmentation in Colonial Society: Guyana after Slavery**. New York.: Gordon and Breach Science Publishers, 1987.

MORGAN, D. Practical strategies for combining qualitative and quantitative methods: Applications on health research. **Qualitative Health Research**, 8(3), p. 362-376. 1998.

MORRISSON, Andrew. **The Struggle For Democracy in Guyana 1952 – 1992**. Georgetown: Red Thread Women's Press, 1997.

MORSE, J. M. **Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation: Nursing Research**, 40 (1), p. 120-123, 1991.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. 1979. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Reflexões sobre uma política para as relações internacionais em relação ao continente africano: o papel da sociedade civil. In: **X Encontro Anual da ANPOCS**, Campos do Jordão, outubro, 1986. (mimeo)

MURZI, Alfredo Tarre. **Lópes Contreras: de la tirania a la liberdade**. Caracas: Editora Ateneo, 1982.

NABUCO, Joaquim. **O direito do Brasil**. SP: Editora Nacional, 1941.

NAMEM, Alexandro et al.. Trabalho e marginalização indígena em Boa Vista. In: **XX Reunião Brasileira de Antropologia, I Conferência: relações étnicas e raciais na América Latina e Caribe**, Salvador, 14 a 18 de abril de 1996.

NATH, Dwarka. **A History of Guyana**. London, 1975.

NYE JR, J. S., Introduction. In: THE TRILATERAL COMMISSION, **Addressing the new international terrorism: prevention, intervention and multilateral cooperation**. Washington D.C., The Trilateral Commission, p. 01-04, 2003.

O 'VELHO' QC chamado para Bar da Inglaterra. **Stabroek News**. 2008. Disponível em:<
<http://www.stabroeknews.com/2008/news/stories/09/16/qc-%E2%80%98old-boy%E2%80%99-called-to-bar-of-england/print/>> Acesso em: 21 jun. 2011.

OJER, Pablo. **Robert Schomburgk: explorador de Guayana y sus líneas de frontera**. UCV. Inst. de Estudios Hispano-americanos, Caracas, 1969.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. **Instituições e Política Externa**. Carta internacional, ano VIII, n. 85, março 2000.

_____. O papel da coalizão empresarial brasileira e as negociações da Alca. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. In: **Tempo da Ciência**, p. 13, 25 : 71-85, 1º sem. 2006.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização européia entre os séculos XVI e o XVIII. As relações internacionais na fronteira norte do Brasil.** Boa Vista, UFRR, 2008. (Coletânea de Estudos).

ORTIZ, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

OSZALAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. **Estado y políticas estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación.** Buenos Aires: CLACSO, 1976.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. (Coord.). **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI.** São Paulo: FNUAP, 1996.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes. In: PATARRA, Neide L. (Ed.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: FUNUAP, 1995. p. 78-88

PATTON, M. Q. **Qualitative Evaluative and Research Methods** (2 nd ed.) Newbury Park: CA: Sage. 1990.

PEREIRA, José Alexandre Lopes. **Diplomacia federativa: o escritório de representação do Itamaraty na cidade de São Paulo, motivações e perspectivas.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, M. C. **Processo Migratorio na Fronteira Brasil-Guiana.** Dossiê Migração. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Estudos Avançados. v. 20, n. 57, São Paulo, 2006.

_____. **Reconstruções Identitárias em Sociedades Plurais: os povos da fronteira Brasil – Guiana.** Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1305/1073>: Acesso em: 15 de mar. 2011.

PROCÓPIO, Argemiro. A presença brasileira, russa, indiana e chinesa na Amazônia caribenha. In: Cadernos Adenauer, ano XI, n. 4, **O Brasil no contexto político regional.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2010.

_____. **Amazônia: ecologia e degradação social.** São Paulo: Alfa- ômega, 1992.

_____. **Destino Amazônico.** São Paulo. Editora da Hucitec, 2005.

_____. **Diplomacia e desigualdade.** 2. ed., Curitiba: Juruá, 2011.

_____. Organizador. O multilateralismo amazônico e as fronteiras da segurança. In: **Os Excluídos da Arca de Noé.** São Paulo, ed. Hucitec, 2004.

_____. **Subdesenvolvimento sustentável.** 4. ed. Curitiba: Juruá., 2009.

_____. **Subdesenvolvimento sustentável**. 5. ed. Curitiba: Jurua., 2011.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. In: EVANS, Peter B. et al. **Double-edged diplomacy – international bargaining and domestic politics**. University of California Press, 1993.

RABE, Stephen G. **U.S. Intervention in British Guiana: a cold war story**. The University of North Carolina Press, 2005.

RAM, Chistopher. Guiana: entre a história e a realidade. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 3, 2005.

RAMKHARAN, Ralph. A nova ordem humana global de Cheddi Jagan. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 5, 2007.

RAMPERSAUD, Rajendra. Economia da Guiana: avaliação e projeções. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 7, 2007.

RAMRAJ, Robert. Guyana: Population, Environments, Economic Activities. **BattlegroundPrinting&Publishing**. Greensboro, North Carolina/USA, 2003.

RAMSAROOP, Peter R.; PHILIPS, Eric M. A Guiana – vinculando o Brasil ao Caribe: um potencial que encontra a sua oportunidade. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. n. 4, 2006.

RICUPERO, Rubens. **Tratado de Cooperação Amazônica**, Revista de Informação Legislativa, Brasília, n.º 81, ano 21

RIVIERE, Peter. **O indivíduo e a sociedade na Guiana**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **The forgotten frontier**. Holt, Rene Hart and Winston, Inc., 1972.

RODWAY, James. **Chronological history of the discovery and settlement of Guiana**. Georgetown, 1888.

ROMERO, Carlos A. **Reforma y política exterior de Venezuela**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.

ROULET, R. G. **Exemplary individual characteristics associated with learning to use computers in preservice teacher preparation**. Doctorial Dessertation, OISE, University of Toronto, Canada, 1998.

SAHOTA, G. S. An economic analysis of internal migration in Brazil. **Journal of Political Economy**, 76(2), p. 218-45, March-April, 1968.

SALATI, Enéas et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

SALIM, C. A. Migração: O fato e a controvérsia teórica. **VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Brasília, DF, 1992.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: um pensador do império**. São Paulo: TopBook, 2003, 238 p.

SAMANI, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 19-49, 1995.

SAMPAIO, Ferreira Rodrigues. Diário do Rio Branco, 1986. D’ALMADA, Lobo. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1861.

SANDERS, A. **Amerindians in Guyana. A minority group in a multi-ethnic society**. Caribbean Studies, 1972.

SANTANA, Helton Reginaldo Presto. Grupos de interesse e a Política Externa Brasileira para a ALCA. **Contexto internacional**, n. 23, n. 1, 2001.

SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco**. São Paulo: Fapesp, NHII/USP, 1994.

_____. **Os Macuxi: história e política no séc. XX**. Campinas: Dissertação de mestrado, Unicamp, 1989.

SANTOS, C. A. D, BRASIL, M, C.; MOURA, H. A. Personae non gratae?: A imigração indocumentada no Estado do Amazonas. In: CASTRO, M. G. (Ed.), **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001. p. 479-488.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da conquista: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. EDUA, Manaus, 1999.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. **Teorias das Migrações Internacionais**. Sessão 3 – A migração internacional no final do século. XII Encontro Nacional da ABEP, 2000.

SASSEN, S. **The mobility of labour and capital: a study of international investment and labour flow**. New York: Cambridge University Press, 1988.

SAUL, Compton. Population and Amazonian Development: the case of Guyana. In: ARAGÓN, L. E.; IMBIRIBA, M. N. (orgs.). **Populações humanas e desenvolvimento amazônico**. Belém: ARNI/UFGA, 1989. p. 193-265.

SCHLESINGER, Arthur M. **A thousand days, John Kennedy in the White House**. Boston: Houghton Mifflin, 1965.

SCHOENRICH, Otto. The Venezuela-British Guiana Boundary Dispute. **The American Journal of International Law**. v. 43, Jul. 1949.

SCHOMBURGK, Robert. **A Description of British Guiana, Geographical and Statistical: exhibiting its resources and capabilities together with the present and future condition and**

prospects of the colony. London: Frank Cass & Co. Ltd. 1970. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, 2004.

_____. **Report nº.3:** Letter from Mr. Schomburgk to Governor Light, Demerara, 15 de Setembro de 1841. Reports de dezembro de 1841 a janeiro de 1843. Disponível em: <http://www.guyana.org/suriname/schomburgk_reports.html> Acesso em: 15 mar. 2010.

SCHULTZ, T. W. Reflections on Investments in Man. **Journal of Political Economy**, n. 70, v. 5, p.1-8, pt.2, Oct. 1962.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SERBIN, Andrés. **Geopolítica de las relaciones de Venezuela com el Caribe**. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica, 1982/1983.

_____. **Nacionalismo, etnicidad y política en la República Cooperativa de Guyana**. Caracas: Bruguera, 1980.

SIEBER, D. T. The integration of field work and survey methods. **American Journal of Sociology**, 78, p. 1335-1359, 1973.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. **A Revolta de Rupununi: uma etnografia possível**. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2005.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Direito Sócioambiental – Tratado de Cooperação Amazônico**. Curitiba: Juruá, 2005

SIMMS, Peter. **Trouble in Guyana**. London: George Allen & Unwin Ltd., 1966.

SIMONIAN, L. T. L.; FERREIRA, R. S. D. Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa. **História Revista**, Goiânia, UFGO, v. 10, n. 2, p. 227-352, 2005.

SINCLAIR, Carlton. Artigo 46 (2) do Acordo Colectivo de Trabalho reconhece que haverá greves. **Stabroek News**. 2010. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/index.pl/article?id=41494689>> Acesso em: 21 jun. 2011.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SINGH, Jai Narine. **Diplomacia o guerra: analisis de la controversia fronteriza entre Venezuela e Guiana**. Caracas: Eduven, 1982.

SJAASTAD, L. J. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, 70(5), p. 80-93, Oct. 1962.

SMITH, J. K. Quantitative versus qualitative research: An attempt to clarify the issue. **Educational Researcher**, 12, p. 6-13, Mar. 1983.

SMITH, Raymond T. **British Guiana**. London: Oxford University Press, 1964. 239

SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: Fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO DA BEP. 13. Ouro Preto, **Anais...** Ouro Preto, p. 4-8, 2002.

SOLIMANO, A. Globalizing Talent and Human Capital: Implications for Developing Countries.. **Economic Development Division**, CEPAL, Santiago, Chile, 2002. (Serie Macroeconomía del Desarrollo)

SPINNER JR., Thomas J. **A political and social history of Guyana, 1945-1983**. Colorado: West view Press, 1984.

STABROEK NEWS. Border security. **Stabroek News Archive**. 30 Aug. 2006b. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. Brazilians helped re-energise mining sector. **Stabroek News Archive**. 11 sep. 2005a. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. Five Brazilian women remanded over stripping at Red Dragon. **Stabroek News Archive**. 12 set. 2006c. Disponível em: <www.stabroeknews.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. PM Hinds to miners: Don't muddy the waters Lauds diamond production. **Stabroek News Archive**. 13 jan. 2004. Disponível em: <www.stabroeknews.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. Prime Minister to Address Amerindians' Environmental Concerns. **Stabroek News Archive**. fev. 2000. Disponível em: <www.stabroeknews.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. Six Brazilians remanded over illegal entry. **Stabroek News Archive**. 20 set. 2005b. Disponível em: <www.stabroeknews.com>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. Trafficking in Persons. **Stabroek News Archive**. 10 jun. 2006. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 mar. 2011.

STAKE, R. E. **The Art of Case Study Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

STALKER, P. **Stalker's Guide to International**. Migration. Mar. 2007. Disponível em: <Available online: <http://pstalker.com/migration/index.htm>> Acesso em: 15 mar. 2011.

STECKLER, A, MCLEROY, K. R., GOODMAN, R. M., BIRD, S. T.; MCCORMICK, L. Towards integrating qualitative and quantitative methods: An Introduction. **Health Education Quarterly**, 19(1), p. 1-8, 1992.

SUKHDEO, G. All is not lost for Sugar. **Guyana Journal**, Georgetown. 2007. Disponível em: <<http://www.guyanajournal.com/index.html>> Acesso em: 15 mar. 2011.

TAKHAKKORI, A.; TEDDIE, C. (Eds.) **Mixed Methodology: Combining qualitative and quantitative approaches.** Thousand Oaks, CA: Sage, 1998. 153

TARGINO, Vaneza. Sem passaporte, brasileiras que se prostituíam em Georgetown são deportadas. **Jornal Folha de Boa Vista.** [s.d.].Disponível em <http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=111630> Acesso em: 05 jun. 2011.

TENNASSEE, Paul N. **The post independence era: Alienation and Insurrection.** Georgetown: Guyana Journal, s/d. The Washington Post, 22 de março de 1964.

THEIJE, Marjo de. Migration and Religious Transnationalism: recent Research and the case of the Brazilians in Suriname. In: BIRLE,P.; COSTA, S.; NITSCHACK, H., (Eds.) **Brazil and the Americas. Convergence and Perspectives.** p. 151-170. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana / Vervuert Verlag, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales. Europe XVIIe – XXe siècle.** Paris: Éditions du Seuil, 1999.

THOMAS, C. Omai's Gold Production in Guyana. In: DENNIS, Canterbury (ed.), **Guyana's Gold Industry: Evolution, Structure, Impacts and Non-Wage Benefits.** Georgetown: University of Guyana, p. 37-56, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORREALBA, Pompeyo. **A um siglo del despojo.** Venezuela: Torre-Alba Editores C.A, 2003.

TUCKER, V. G. Introduction: a cultural perspectives on development. In: TUCKER, V. G. (Ed.), **Cultural perspectives on development.** London, 1990.

TURNO A., Sadio Garavini di. **Política Exterior de Guyana.** Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudos de América Latina, 1988.

URBANEJA, Diego Bautista. **Informe de los expertos venezolanos para la cuestion de limites com Guyana Britanica presentan al Gobierno Nacional.** Caracas: Ministério de relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1967, p. 25-26

URBANEJA, Diego Bautista. **La Política Venezolana desde 1899 hasta 1958.** 2. Ed. Caracas: Fundacion Ciento Gumilla, 2003. (Cuadernos del Curso de Formación Sociopolítica)

_____. **Livro Amarello,** 1963.

_____. **M.R.E: Reclamación de la Guayana Esequiba,** Caracas, Documentos, 1966.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças: história e sociologia.** SP: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Marco Antônio Muxagata de Carvalho. Idéias e instituições: uma reflexão sobre a política externa brasileira do início da década de 90. **Contexto Internacional**, v. 23, n 1, 2001.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. **International migration in Latin America and the Caribbean**: a summary view of trends and patterns, Santiago de Chile: CELADE, 2004. mimeo.

VULLIMAY, G.; STEVENS, D. **Doing educational research in developing countries**: Qualitative Strategies. Basingstoke: Falmer Press, 1990.

WAUGH, E. **Ninety-Two Days**: A Journey in Guyana and Brazil. Harmondsworth: P. Books, 1987.

WHITEHEAD, N. L. (Ed). **Histories and historicities in Amazonia**. Lincoln and London, University of Nebraska Press, 2003.

_____. **Lords of the tiger spirit**: a history of the Caribes in colonial Venezuela and Guyana (1498-1820). Providence – USA: Foris Publications, 1988. 240

WILHELMY, Manfred. **Política internacional**: enfoques y realidades. Buenos Aires: GEL, 1988.

WILLIAMS, D. **Prehistoric Guiana**. Ian Randle Publishers, Government of Guyana, p. 411, 2003.

WLATON, Richard J. **Cold War and counterrevolution**. New York: S. Ed., 1972.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical – Structural perspectives on migration. **International Migration Review**, n. 16, v. 2, p. 228-318, 1982.

WOOLFORD, Hazel. A history of political alliances in Guyana: 1953-199, In: **Guyana Chronicle**, 2000.

YAP, L. Internal migration and economic development in Brazil. **Quarterly Journal of Economics**, n. 90, v. 1, p. 119-137, 1976.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3.^a ed. Bokkman, São Paulo, 2005.